

ISSN 1516-8085

ANPOCS **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

64

Neste número:

**Crise do Sindicalismo
Conceito de Identidade na Teoria Social
Teoria do Desenvolvimento Humano
Metodologia da Pesquisa Social Empírica
Cultura e Violência Familiar**


EDUSC

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Diretoria (Gestão 2007-2008)

Presidente: Ruben George Oliven (UFRGS); *Secretário Executivo:* Marcelo Ridenti (Unicamp); *Secretário Adjunto:* Gildo Marçal Bezerra Brandão (USP); *Diretores:* Gláucia Villas Boas (UFRJ); Renato Athias (UFPE); Yan de Souza Carreirão (UFSC).

Conselho Fiscal: Brasilmar Ferreira Nunes (UnB); Iracema Brandão Guimarães (UFBA); Carmen Sílvia Rial (UFSC).

Coordenação: Marcelo Siqueira Ridenti (Unicamp).

Editor: João Trajano Sento-Sé (Uerj).

Comissão Editorial: Emerson Alessandro Giumbelli (UFRJ); José Eisenberg (IUPERJ); José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ); Maria Celi Scalon (IUPERJ).

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar).

Edição

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli

Copidesque/preparação/revisão de textos: Gislaíne Maria da Silva

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans e Juris Megnis Jr.

Edição eletrônica: Marcelo Andriani

Produção gráfica: Edusc

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996)- -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995; BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais.

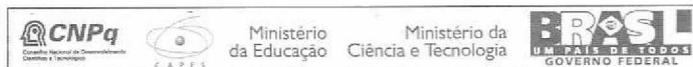
ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
Universidade de São Paulo – USP
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
e-mail: anpocs@anpocs.org.br

Apoio:



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica <i>Eugênio Carlos Ferreira Braga</i>	5
Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social <i>Claudia Barcellos Rezende</i>	29
Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura <i>Carla Machado e Ana Rita Dias</i>	43
Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia <i>Ednaldo Ribeiro</i>	75
Sindicatos em Transformação. “Modelos” de Ação Sindical: o Debate Internacional <i>Sônia M. K. Guimarães</i>	91
Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs	109
Fontes de Pesquisa	113
Trabalhos Publicados: 1975-2007	119

Colaboraram nesta edição

Eugênio Carlos Ferreira Braga é mestre em Sociologia e doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp. Foi pesquisador da Unesco e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e editor-adjunto da revista *Opinião Pública* do Cesop (Centro de Estudos de Opinião Pública/Unicamp). Trabalha com sociologia das profissões e do trabalho, estratificação social e metodologia de pesquisa, e na intersecção entre essas três áreas

Claudia Barcellos Rezende é doutora em Antropologia pela London School of Economics e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Encontram-se artigos seus nas coletâneas *The anthropology of friendship* (organizada por Sandra Bell e Simon Coleman. Oxford, Berg, 1999) e *Mediação, cultura e política* (organizada por Gilberto Velho e Karina Kuschnir. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001); colaborou na organização e apresentação, junto com Yvonne Maggie, da coletânea *Raça como retórica: a construção da diferença* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002) e publicou o livro *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade* (Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002). E-mail: cbrezende@alternex.com.br

Carla Machado é licenciada em Psicologia e doutora em Psicologia da Justiça pela Universidade do Minho (Portugal), onde é professora-auxiliar. Foi, entre 2002 e 2005, Diretora da Licenciatura em Psicologia dessa universidade. Foi coordenadora do projeto de investigação Enquadramento Cultural da Violência contra Mulheres e Crianças e é atualmente coordenadora do projeto Violência nas Relações Juvenis de Intimidade, assim como coordenadora para Portugal do projeto International Perspectives on War and Peace (dirigido pela professora Kathleen Malley-Morrison, da Boston University). É autora de vários livros sobre vitimologia, psicologia criminal e psicologia forense, assim como de vários artigos, publicados em diversos países. E-mail: cmachado@iep.uminho.pt

Ana Rita Dias é licenciada em Psicologia e mestre em Psicologia Clínica, com a tese *A representação da violência conjugal e das relações de gênero nos media*. Atualmente é doutoranda em Psicologia da Justiça na Universidade do Minho (Portugal), com o estudo *Repertórios interpretativos sobre o amor: dos discursos sociais às narrativas das vítimas*. E-mail: cmachado@iep.uminho.pt

Ednaldo Ribeiro é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Desenvolve pesquisas nas áreas de cultura política, participação e teoria da democracia. É autor de trabalhos publicados em coletâneas e periódicos especializados. E-mail: ednaldorip@uol.com.br

Sônia M. K. Guimarães é professora titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); PhD em Sociologia pela London School of Economics & Political Sciences, Universidade de Londres; pós-doutorada no MIT, Cambridge, Estados Unidos; coordenadora do grupo de pesquisa Trabalho na Sociedade Contemporânea (UFRGS/CNPq); e pesquisadora 1 do CNPq. Tem vários artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais sobre mudanças na organização do trabalho e no emprego e suas implicações para os sindicatos. E-mail: sonia21@ufrgs.br; <http://www.ufrgs.br/ppgsocio>

Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica

Eugênio Carlos Ferreira Braga

Introdução

Para muitos pesquisadores, o elemento mais básico da investigação social empírica é o que se costuma denominar por dado. Mas o que é o dado? “Em contexto sociológico, dados são fatos que os cientistas sociais coletam, analisam e interpretam” (Johnson, 2000, p. 76). Porém, nem mesmo as definições de conceitos tão básicos como os de dado e fato encontram nas ciências sociais estabilidade e consenso; sobrepõem-se crescentemente revisões quanto à sua caracterização. Ainda mais porque a idéia de algo “dado” desconsidera a participação do sujeito na construção da informação e do objeto de estudo. O que é dado, livre da influência “negativa” do pesquisador, possui todo seu conteúdo oriundo das características inerentes do próprio objeto e, ao exteriorizá-las, o faz de forma objetiva, clara, direta.

No limite, pode-se partir da citada definição de dado e alcançar toda a controvérsia sobre a possibilidade da utilização do método científico das ciências físicas para as ciências humanas e sociais, criando vínculos em tradições sociológicas que caminharam desde o positivismo de Comte e Durkheim ao quantitativismo da sociologia norte-americana do pós-guerra.

De modo cada vez mais consensual, no entanto, a tônica nos textos metodológicos, que nem precisam estar explicitamente

incluídos em uma definição pós-positivista, é tal que não há como negligenciar a idéia de que

os dados não são coletados, mas produzidos. Os fatos não existem de forma independente do meio pelo qual são interpretados, seja um modelo teórico explícito, um conjunto de pressupostos ou os interesses que levaram aos dados a serem coletados em primeira instância (May, 2004, p. 43).

É na epistemologia que encontramos as origens desse debate: de um lado os empiricistas e sua crença na relação direta, mediada pelos sentidos, entre o observador e o dado real, entre conhecimento e realidade, considerando a mente como tábula rasa na qual são impressos os dados do real, como o faz Bacon; e, de outro, os racionalistas, que inserem o papel da razão e das idéias *a priori* no contato com o real, em muitos casos prescindindo desse contato, como Descartes (Haguette, 2001).¹

Encontramos essa referência no trabalho de Pereira (2001, pp. 22-3), o qual, ao fazer sua distinção entre pesquisa qualitativa e análise quantitativa de dados qualitativos, afirma: “a oposição entre essas duas abordagens [quantitativa e qualitativa] é uma representação, provavelmente extemporânea e inapropriada, da oposição entre racionalismo e empiricismo como paradigmas científicos distintos” e “o dualismo das abordagens

racional e experimental chega aos dias de hoje na oposição entre pesquisas qualitativas e quantitativas” (*Idem*, p. 25). Um “efeito colateral” do presente artigo é mostrar que a questão da compatibilidade entre ambas as metodologias envolve outros elementos e debates em nossa área. Há algo além que intriga os pesquisadores que discutem essa oposição. A princípio, meu objetivo é delinear, com a ajuda da literatura, algumas das principais questões metodológicas e epistemológicas relativas à pesquisa social empírica de orientação qualitativa e, posteriormente, à utilização conjunta de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas.

É comum na literatura sobre métodos de pesquisa que se ressaltam as oposições típicas entre duas abordagens distintas: objetivismo/subjetivismo, generalidade/particularidade, artificial/natural, conhecimento por fora/de dentro, explicação/compreensão, amplitude/profundidade, sujeito-objeto/ sujeito-sujeito, positivismo/pós-positivismo, regularidade estatística/descrição etnográfica, tratamento fragmentado por variáveis/holismo, fato social/construção social da realidade, e muitas outras. Em larga medida, como decorrência das diferentes origens e trajetórias que constituíram o pensamento nas ciências sociais, formou-se uma dicotomia entre pesquisa quantitativa e qualitativa, já em desuso, mas que ressurge vez por outra. Inúmeros trabalhos foram escritos, alguns fortalecendo, outros decretando a irrelevância da questão. De todo modo, não é surpreendente que várias empresas de pesquisa² também dividam suas atividades nesse mesmo modelo dicotômico, sem considerá-las incompatíveis. Uns dirão que isto se deve à parca qualidade das pesquisas realizadas nesse âmbito. E, no entanto, apesar das diferenças, a dinâmica dessas duas especialidades muitas vezes desemboca em uma mesma conclusão: complementaridade

metodológica e técnica. Adiante, mostro o debate envolvido nessas questões e uma sistematização de como a ciência social busca ultrapassar os obstáculos que ela mesma criou. Para tanto, percorrerei duas outras problemáticas importantes nas ciências sociais contemporâneas: a noção de incomensurabilidade paradigmática e a relação entre teorias e técnicas.

Partirei, então, deste princípio quase consensual (embora haja quem não consiga aliar intenção e ação): todo fato é mediado por um conjunto de elementos inevitavelmente alheios ao objeto de estudo (o clássico debate fato/valor, cerne da questão da objetividade). E, indo um pouco mais além, na atividade científica, não seria exagerado supor que as técnicas e procedimentos de pesquisa, as diferentes formas como produzimos os dados e as observações, também possuem seus pressupostos, tanto teóricos quanto operacionais. Mas quais seriam esses pressupostos? E como apreendê-los em favor da reflexividade na pesquisa?

Elementos e Teses sobre a Investigação Qualitativa

Associada a um leque de propostas teóricas e práticas (na sociologia, por exemplo, à etnometodologia, ao interacionismo simbólico, à hermenêutica, ao construtivismo social, à pesquisa-ação, ao interpretativismo, à fenomenologia, à *ground-theory* etc.) em várias disciplinas (antropologia, psicanálise, semiótica, educação etc.), a definição do que é pesquisa, metodologia ou investigação qualitativa só poderia resultar em muitas controvérsias e tentativas desencontradas. Flick (2002) diz que o termo “pesquisa qualitativa” é como um guarda-chuva para uma série de abordagens sobre a pesquisa em ciências sociais, muitas remontando a longas

tradições teóricas. Denzin e Lincoln (2000) escreveram que “o campo da pesquisa qualitativa é definido primordialmente por uma série de tensões essenciais, contradições e hesitações”.³

O que a une, à primeira vista, parece ser os métodos, técnicas ou procedimentos compartilhados: entrevista em profundidade, grupo focal, observação participante, história de vida, etnografia etc. Essa base técnica é freqüentemente privilegiada, evitando “batalhas” epistemológicas na crescente oferta de manuais de pesquisa qualitativa: “(...) privilegiar os procedimentos e a boa prática, e evitar confusões epistemológicas”, (Bauer e Gaskell, 2003, p. 16).

Diante do que consideram uma “exasperante diversidade teórico-metodológica”, que faz com que se coloque no saco da investigação qualitativa “tradições teóricas diferentes, com fundamentos epistemológicos alternativos, quando não excludentes”, Castro Nogueira e Castro Nogueira (2002) propõem uma sistematização a partir de uma hierarquia analítica interna à própria noção de pesquisa qualitativa. Desse modo, três planos distintos, porém referenciados, estão envolvidos na reflexão epistemológica sobre a pesquisa qualitativa:

1) *plano técnico*: diz respeito ao discurso tático e instrumental do processo de coleta de informações e dados, ou ainda à obtenção, produção e registro de enunciados de observação;

2) *plano teórico-metodológico*: fundamenta o plano anterior em um conjunto de critérios estratégicos e de artefatos teóricos que: (a) configuram o real de um modo determinado, construindo e produzindo os fenômenos de tal modo a corresponder aos compromissos teóricos assumidos; e (b) ordenam a prática da investigação estabelecendo a adequação técnica necessária no nível empírico/tecnológico;

3) *plano ontológico-epistemológico*: funda a validade teórica e metodológica estabelecendo-a

em um conjunto de concepções acerca do real e de sua representação, assim como na dimensão pragmática e praxeológica do conhecimento.

Cada um dos planos representa uma ruptura epistemológica diferente, e se relacionam de modo tal que cada um deles “remete e fundamenta o posterior” (*Idem*, p. 2). Técnica, formulação teórica e representação ontológica não estão no mesmo plano de conhecimento mas se inter-relacionam.

No plano ontológico-epistemológico, os autores acompanham a noção de “olhar qualitativo” de Luis Enrique Alonso, que “se interessa por, e com esse interesse institui, um modo de realidade específico, que somente é possível apreender/construir a partir de certos recursos metodológicos e técnicos” (*Idem*, p. 3). E tais recursos, reciprocamente, adquirem sua legitimidade por serem derivados de certas concepções sobre o real e sua apreensão pelo sujeito cognoscente. Essas concepções seriam os compromissos ontológico-epistemológicos – sobre a realidade e sobre a mediação do observador sobre a mesma e que resulta no conhecimento – que são distintivos de olhares diferenciados sobre os objetos sociais de estudo.

Segundo os Castro Nogueira, um primeiro compromisso geral, uma primeira tese, diz respeito à natureza dos fatos: *os fatos são construções científicas e não existem fatos brutos*, ou seja, por trás dos dados existem compromissos e opções teóricas que pertencem ao investigador e à ciência e não à realidade tomada por si mesma. Indo além, a investigação científica ajuda a criar a realidade. Voltamos aqui ao discutido anteriormente sobre a dificuldade atual de fundamentar o conhecimento em bases empiricistas.

Nas ciências sociais, existem duas aproximações distintas para a realidade e, assim sendo, há duas realidades distintas: *o social como fato e o social como processo*. Esta segunda tese, agora mais uma dualidade ontológi-

co-epistemológica, adotada de modo diferenciado por tradições teóricas na sociologia, está na raiz da distinção entre explicação e compreensão, modalidades distintas para a fundamentação do conhecimento científico.⁴ Considerado como fatos, os fenômenos sociais podem ser convertidos em eventos discretos, estáveis, etiquetáveis e padronizados, ou seja, preparados para tratamento matemático-estatístico. Porém, quando tratados como processos, é o dinamismo da emergência dos fenômenos sociais que é sublinhado, oferecendo-lhes continuidade, mudança e negociação constante em interações simbólicas, processos comunicativos e de formação de significados. E é por essas características que, em outros autores, “processo” é um termo equivalente a “significado” ou a “discurso”. A investigação social qualitativa está afinada com essa caracterização do fato como processo/discurso, que a torna metodologicamente inserida tanto na perspectiva interpretativo-hermenêutica quanto, por ser direcionada à semiose pela negociação simbólica nas microinterações do mundo da vida, nas palavras de Haguette (2001), na compreensão dos microprocessos de ação social, que, em contraposição às macroestruturas, são consideradas como o motor da história.

A terceira tese avança na dualidade dos fenômenos sociais: *existe uma indeterminação intransponível entre fatos e processos*. As aproximações da realidade são independentes e irredutíveis de tal modo que surge a “impossibilidade lógico-ontológica de representar um mesmo fenômeno psicossocial simultaneamente sob ambas perspectivas em sentido unívoco” (Castro Nogueira e Castro Nogueira, 2002, p. 5). Tal como o princípio químico de Heisenberg, “fatos e discursos pertencem a esferas epistemológicas radicalmente distintas e representam ordens de realidade excludentes”.

Essa “grande falha”, brecha onto-epistemológica, como olhares distintos que reconhecem coisas distintas ao se defrontarem com o mundo, divide fatos e processos em esferas distintas do conhecimento de acordo com a idéia de que nestes últimos estão consideradas três dimensões não abarcadas pelos fatos e que estão na raiz da citada indeterminação: *a linguagem, a conduta com significado e o imaginário*; esta é a quarta tese dos Castro Nogueira. A linguagem por ser polissêmica, conotativa, ideológica e “indexical”, a conduta significativa por se fundamentar “em um movimento constante de criação e reificação por meio da negociação social de significados” e o imaginário – sonhos, fantasias, imagens, ilusões e delírios – por ser também uma fonte de determinação da ação social. Mas então como enfrentar essa indeterminação?

Não há porque recusar a cooperação entre métodos e a livre concorrência e a convergência das práticas investigadoras mais heterogêneas. Mas convém lembrar que essa cooperação se faz sempre a partir de compromissos ontológicos e epistemológicos diferentes, e, em certas ocasiões, excludentes. Por mais que se deseje suavizar o tom de oposição metodológica – questão necessária por muitos motivos de ordens diferentes: maior produtividade, ordenação e cooperação corporativa do conhecimento... – não se pode esquecer a circunstância que funda a diferença e que torna impossível estar simultaneamente em ambos espaços. Complementação, convergência, triangulação etc., não são senão modos de articular a diferença, mas não de fazê-la desaparecer” (*Idem, ibidem*).

Nesse sentido, a escolha entre um modelo e outro segue em função de critérios de interesses e propósitos pragmáticos, em que se articulam problemas de investigação e uma aproximação da realidade na qual importa saber renunciar ao que se perde:

esta é a quinta e última tese que os autores nos apresentam.

Poderíamos denominar por ora a metodologia de investigação fundamentada na onto-epistemologia do *social como fato* – mesmo enquanto construção – como positivista e sua concorrente, fundada no *social como processo/discurso* como interpretivista, um termo freqüentemente utilizado com sentido mais abrangente e que engloba tradições variadas, referidas como compreensivas, fenomenológicas, hermenêuticas, interacionistas e construtivistas. De modo semelhante, existem na literatura diversos outros esforços distintos para dar sentido às várias perspectivas metodológicas e teóricas nas ciências sociais e, mesmo as que coincidem na forma, às vezes não o fazem no conteúdo. As idéias de Kuhn, e seu controverso conceito de paradigma, deram redobrado impulso a essas tipologias.

Indefinição e Incomensurabilidade Paradigmáticas

A idéia supracitada de uma “grande falha”, como afirmam os Castro Nogueira (2002, pp. 5-6):

(...) traz facilmente à memória a tão usada polêmica acerca da incomensurabilidade dos paradigmas, suscitada por T. S. Kuhn e acolhida em boa parte da produção pós-moderna em diferentes campos. Ao retomar essa polêmica, não pretendemos mais que ilustrar, uma vez mais, o arraigado desta brecha onto-epistemológica que, como uma grande falha, mantém dividido o cenário do conhecimento da realidade social e da realidade do conhecimento social.

Desde sua publicação, as idéias de Kuhn reverberam no pensamento sociológico, principalmente na análise de sua condi-

ção ou não de ciência normal. No entanto, como as possibilidades de interpretação são extremamente variadas, muitas foram as tentativas de captar quais os paradigmas atuantes na disciplina. Em 1979, por exemplo, Eckberg e Hill (1979, p. 925) observaram mais de dez delimitações diferentes desses paradigmas: “existem quase tantas visões do *status* paradigmático da sociologia quanto sociólogos realizando estas análises”. Apresento uma dentre muitas, que, por ser relativamente conhecida, servirá para expor o debate que suscitou.

Em artigo na *The American Sociologist* em 1975, George Ritzer propôs uma aplicação que julgava mais adequada das idéias de Kuhn para a sociologia, descartando a inflexão que fez com que Kuhn voltasse atrás em muitos dos pontos polêmicos da primeira edição do livro *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962. Nesta edição, Kuhn sublinha os aspectos políticos dos paradigmas e a irracionalidade das lutas científicas. Uma revolução paradigmática ocorre como resultado de disputas pelo poder dentro de uma disciplina, idéia longe da ciência linear e cumulativa que predominava na história da ciência. Central para o debate aqui proposto é a relação intrínseca entre paradigma e método: “os paradigmas (...) são fonte de métodos, áreas problemáticas e padrões de solução aceitos por qualquer comunidade científica amadurecida” (Kuhn, 2003, p. 137). Em uma passagem citada por Ritzer, Kuhn delimita como paradigma “toda constelação de crenças, valores, técnicas entre outras coisas compartilhadas pelos membros de uma dada comunidade científica” (Kuhn *apud* Ritzer, 1975, p. 156). De fato, Kuhn não forneceu, em suas primeiras tentativas, apenas uma definição do conceito. Masterman avalia que Kuhn utilizou o termo paradigma em pelo menos 21 modos diferentes (Masterman *apud* Eckberg e Hill, 1979, p. 926).

Para Ritzer, um paradigma é composto por quatro componentes básicos: um modelo ou um trabalho exemplar, uma imagem da área sob investigação, teorias, métodos e instrumentos. Portanto, a sociologia como disciplina multiparadigmática possuiria subcomunidades científicas disputando a hegemonia da disciplina, um embate político de teorias e métodos, ainda que nenhum paradigma tenha alcançado poder suficiente para dominá-la exclusivamente.

No entanto, na caracterização dos três paradigmas básicos na sociologia, os métodos e instrumentos não se encaixam perfeitamente: o paradigma dos fatos sociais, que possui como trabalhos exemplares *As regras do método sociológico* e *O suicídio*, de Durkheim, apresenta como correspondente técnico uma *tendência* ao uso de questionários e entrevistas; o paradigma das definições sociais, associado aos modelos de análise de Max Weber, encontra uma utilização *mais frequente* de métodos observacionais; e o paradigma do comportamento social, bem menos seguido que os anteriores, representado pelos trabalhos de B. F. Skinner, mostra uma *preferência* pelo método experimental, apesar de poder usar todas as técnicas dos demais paradigmas.⁵

Ocorre o que Ritzer chama de irracionalidade, que faz com que os métodos utilizados empiricamente na sociologia não sejam em muitos casos adequados aos paradigmas que os fundamentam. Sua abordagem baseada nos paradigmas kuhnianos, “ênfatiza a ligação geral entre métodos e teorias” (1975, p. 164).

Quase simultaneamente, em outro periódico, mas também em uma nota publicada no *The American Sociologist* no ano seguinte, William Snizek questiona a ligação entre teoria e método apontada por Ritzer (Snizek, 1975; 1976). Em uma avaliação sistemática de 1.434 artigos de nove dos prin-

cipais periódicos de sociologia no período de 1950 a 1970, Snizek observou que os sociólogos orientados pelo paradigma dos fatos sociais não utilizavam, mesmo como tendência majoritária, questionários e entrevistas. Ao contrário, encontrou mais da metade dos artigos desse paradigma utilizando métodos não-empíricos. Resultados contraditórios ao texto de Ritzer apareceram também nos outros paradigmas: os definicionistas preferiram entrevistas e questionários, e não métodos observacionais, assim como os comportamentalistas. Entretanto, Snizek não descredita totalmente a análise de Ritzer, que, segundo ele, precisaria de maior acurácia na definição dos paradigmas.

Ritzer responde, em uma carta publicada no número seguinte, criticando a metodologia da investigação empreendida por Snizek⁶ (Ritzer, 1977, p. 23). Mas também fica claro na carta como aquele paradoxo dos métodos empíricos no paradigma dos fatos sociais e a irracionalidade na escolha poderiam ser resolvidos: “Eu disse que os ‘fatistas sociais’ *deveriam* usar o método histórico/comparativo”, explicitando um dos termos da controvérsia normativa que voltarei a tratar em seguida. A predominância da utilização de questionários e entrevistas indicaria uma orientação geral cientificista e uma opção por métodos mais rápidos e com menor custo.

A análise paradigmática da sociologia elaborada por Ritzer, assim como outras onze, são colocadas em questão por Eckberg e Hill. Falta, segundo os autores, atenção às obras posteriores de Kuhn, onde ele privilegiou a noção de paradigma como modelo para a solução de problemas, exemplar ou *puzzle-solving*, em contraposição a definições mais amplas de pressupostos metafísicos ou de matriz disciplinar e aos dois aspectos centrais do termo mesmo em escritos anteriores a 1962: a natureza cognitiva e

funcional dos paradigmas e sua base em comunidades científicas específicas. Assim, se paradigmas existem na sociologia, estes não poderiam envolver toda a disciplina, mas áreas substantivas de pesquisa (como relações étnicas, socialização política etc.), envolvendo um conjunto de pesquisadores e gerando uma tradição de pesquisa visível (Eckberg e Hill, 1979). Ritzer, apesar de sinalizar sobre a centralidade do aspecto exemplar de paradigma, frustra as expectativas dos autores em sua análise.

A controvérsia que surgiu, com comentários de Ritzer e uma resposta de Eckberg e Hill, mostra claramente a imprecisão do conceito e as múltiplas interpretações possíveis (Ritzer, 1981; Eckberg e Hill, 1981). Ritzer discorda do que chama de “purismo kuhniano” dos autores ao apoiar uma definição de paradigma como exemplar que não cabe na sociologia. Não se conseguiria ter uma visão da estrutura do campo sociológico se tivéssemos tantos paradigmas quanto áreas substantivas de pesquisa. Seriam demasiados para dar uma visão geral do campo, possível com uma definição de paradigma como matriz disciplinar.

Ritzer poderia responder que resignificou o conceito de paradigma, que se apropriou da idéia sem se apropriar da totalidade das dimensões do conceito como elaboradas por Kuhn, e dar uma nova denominação para o seu constructo (perspectivas, temas, abordagens, escolas de pensamento etc.), uma estratégia não tão rara na literatura sociológica. De outro modo, imperfeições e incertezas conceituais não poderiam ser trabalhadas em um esforço posterior. O conceito de paradigma é originário da lingüística e mesmo Kuhn tendeu a privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros. O que importa considerar aqui são, em primeiro lugar, as ambigüidades do uso do termo paradigma e de suas implicações para a

sociologia⁷ e, em segundo lugar, que termos e conceitos metodológicos e epistemológicos podem ser, e são, continuamente resignificados, sem uma relação necessária com suas características originais. A relação entre significante e significado, entre um plano superficial e outro que fornece os elementos definidores da amplitude do que se trata, não é universal, mas construída discursivamente.

Por outro lado, quer se aplique o conceito de paradigma ou não, a sociologia se desenvolveu historicamente a partir de redes de ontologias, conceitos, teorias, práticas e técnicas, articuladas em nós, em planos complexos de significação e referencialidade. Não é necessário ater-se somente à noção de incomensurabilidade de paradigmas para se ter, em alguma medida, a realidade das grandes diferenças entre perspectivas metodológicas e teóricas da disciplina. Com tantas redes, o resultado de uma integração poderia resultar em contradições internas. A problemática reside na força desses laços de representação/referencialidade.

Talvez sejam essas redes de referências simbólicas e reais que fazem com que Ritzer advogue uma ligação normativa entre paradigma e pesquisa, como visto acima. Ou seja, falamos da imagem da área sob investigação, da representação aceita para um problema de pesquisa, enfatizada tanto por esse autor como por Eckberg e Hill (1979, p. 927), ou do “olhar” qualitativo ou quantitativo: “a função, então, de um exemplar é permitir um modo de ver a área sob investigação em nível concreto, possibilitando assim a solução de problemas”. Pode-se perceber a referência às mudanças perceptivas das revoluções científicas – Kuhn (2003, p. 171) afirmava que “após uma revolução, os cientistas trabalham em um mundo diferente” – mesmo quando o paradigma como concepção de mundo perdeu espaço para o paradigma enquanto exemplar, evocando a idéia de incomensurabilidade paradigmática.⁸

É isto que está em discussão na crítica e superação do positivismo, impulsionados como reação a um estado de coisas real, de dominação do homem pelo homem através da técnica e da ciência, que ensejaram abordagens tidas como irreconciliáveis. Tratava-se de uma nova maneira, de novos padrões de referência até cognitivos para se olhar o mundo. Na esteira das diferenças entre paradigmas/escolas de pensamento/abordagens teórico-metodológicas, surgiu, renovado no fim da década de 1970 e com vigor até hoje, um debate sobre a incompatibilidade entre metodologias e métodos quantitativos e qualitativos nas ciências sociais, alcançando também áreas como avaliação, pesquisa em saúde, em educação e em administração.

Blaikie (1991), por exemplo, distingue três perspectivas metodológicas ideal-típicas nas ciências sociais, e que sobrevivem por seus pressupostos ontológicos e epistemológicos incongruentes, a saber, positivismo, interpretivismo e realismo. Por extensão, caminharíamos em terreno de articulação restrita, pois como integrar visões de mundo que, de um lado, concebem o mundo social como real absoluto, como fazem os positivistas e, de outro, como um processo social cambiável ao longo do tempo, segundo a visão dos interpretivistas? Isso minaria também uma articulação entre métodos de pesquisa, correspondentes às diferentes perspectivas. Assim, metodologia e métodos qualitativos e quantitativos quando combinados poderiam resultar em confusão, ecletismo e ilusão de se obter maior confiabilidade nos dados, sem uma “consciência dos pressupostos ontológicos e epistemológicos diferentes e incomensuráveis associados a teorias e aos métodos” (*Idem*, p. 115). Assim, a articulação técnica tem algo que se relaciona com as idéias de paradigma, incomensurabilidade, pressupostos e com as tradições teóricas do pensamento social.

Nem todos trilham esse caminho. Do outro lado do debate estão aqueles que pensam como Kelle (2001):

um problema crucial é que todo o debate [sobre a integração técnica] tem sido sobrecarregado com argumentos metodológicos e epistemológicos em contraposição a argumentos teóricos. Se, de um lado, muitos “paradigm warriors” mostraram uma forte preferência por proposições epistemológicas gerais sobre a natureza da realidade (ênfatisando, por exemplo, que existem “múltiplas realidades”), “pacifistas” ou “integracionistas” têm desenvolvido principalmente diretrizes metodológicas para a integração dos métodos, considerando aspectos teóricos como uma questão do projeto de pesquisa concreto e de questões de pesquisa.⁹

Ambos, Kelle e Blaikie, discutem a noção de triangulação entre métodos de pesquisa, cunhada no fim da década de 1950 por Campbell e Fiske. E, apesar de remeter a um lado mais técnico, a noção de triangulação pode se referir também a metodologias e paradigmas, conceitos mais abrangentes. Há uma dificuldade semântica nesse debate, que reside nas diferentes terminologias para a utilização conjunta: triangulação, integração, suplementação, multimétodos, *mixed-methods*, *bridging*, hibridização. Além disso, no outro extremo, maus exemplos de práticas de integração são chamados por outros termos como subordinação e simples justaposição. Mas a triangulação ou integração técnica está no mesmo plano da metodológica?

Veremos, em seguida, algumas posições suscitadas por outra análise que nos relembra os diversos planos que compõem a reflexão metodológica.

Inter-relação entre os Planos

Um artigo de Alan Bryman (1984) retoma alguns dos pontos centrais da controvérsia entre Ritzer e Snizek, além de permitir relacionar essa discussão com o debate sobre pesquisa quantitativa e qualitativa.

Para Bryman, muito do debate em torno da utilização combinada de métodos qualitativos e quantitativos se sustenta em uma confusão entre métodos de pesquisa e metodologia, entre questões técnicas e questões epistemológicas, sendo que cada qual indica um nível de análise diferente:

Enquanto o aparente debate entre metodologias qualitativas e quantitativas pode ter algum significado em um nível epistemológico, (...) no contexto da prática da pesquisa não há ligação direta entre esses preceitos e técnicas particulares, já que a pesquisa tipicamente se utiliza de ambos os elementos (p. 88).

Para o autor, a relação entre metodologia e técnicas da pesquisa empírica não é mais do que uma convenção. E acrescenta logo em seguida: “pode ser o caso de se dizer que as técnicas são neutras em relação a questões e debates epistemológicos” (*Idem, ibidem*).

As principais idéias de Bryman encontram ressonância no texto de Jennifer Platt sobre a relação entre o funcionalismo e o método de pesquisa de *survey*. Mais do que a esse relacionamento específico, interessamos a generalização que realiza. Para a autora, assumir que em um método está implícita uma posição teórica “implica que nenhuma criatividade adicional é requerida para desenvolver um método e que os métodos não possuem base social ou processos de desenvolvimento independentes daqueles das teorias” (Platt, 1986, p. 505). Desse modo, não há nenhuma relação necessária, sem que implique dizer que isso nunca aconteceu. Para Platt, fica claro que a relação entre método e teoria tem mais a ver com posições normativas do que com a prática da disciplina, uma idéia já destacada no texto de Ritzer.

Seguindo o argumento de Platt, os métodos de pesquisa possuem uma autono-

mia relativa, adquirida pelo desenvolvimento da pesquisa empírica, tornando-se uma especialidade diferente da teoria: “como consequência, uma hegemonia dentro de uma das especialidades não necessariamente se difunde a outra como uma séria influência intelectual” (p. 526). Isso ajudaria a explicar o predomínio da utilização de entrevistas e questionários tal como observados pelo estudo empírico de Snizek.

Tese polêmica, que gerou pouco depois uma resposta crítica na mesma publicação (Layder, 1988) e que recolocou as marcas do debate. No texto de Derek Layder, a perspectiva epistemológica dita o teor do argumento. Segundo o autor, existe sim uma relação racional necessária entre elementos que possuem uma mesma infra-estrutura epistemológica, relação bem diferente da que poderia existir em nível ontológico, esse último corretamente retratado por Platt. Assim, “(...) práticas de pesquisa (métodos) nunca são autônomos em relação a um tal conjunto de idéias” (Layder, 1988, p. 446), o que caracteriza uma relação de “*interdependência acausal*” entre ontologia e epistemologia.

Para Layder, mesmo indicando, como fez Platt, que historicamente funcionalismo e *survey* não possuem uma relação “ontológica” necessária, há uma conexão epistemológica entre ambos, assemelhada a uma intersecção com o discurso positivista e com o empiricista, mesmo se isso não estiver sendo levado em conta na escolha dos métodos pelo pesquisador.

Posições contrárias, resumidas da seguinte maneira por Platt em uma comunicação pessoal a Layder (1988, p. 452): “respostas históricas são necessárias para perguntas históricas, respostas epistemológicas, a perguntas epistemológicas”. De um lado, uma perspectiva histórico-técnica do desenvolvimento e dinâmica das práticas de pes-

quisa e, de outro, uma perspectiva epistemológica focada nos pressupostos distintos entre os métodos, impedindo uma integração. Permanece o debate nas linhas gerais que mostramos anteriormente.

É comum aos argumentos de Platt, Bryman e Kelle uma visão que concede proeminência à dinâmica das práticas de pesquisa social, longe de ser mero reflexo de decisões teóricas. Mas mesmo Layder (1988) também não pode ser entendido como totalmente contrário a essa posição, quando afirma: "(...) minha abordagem alternativa não sustenta uma visão que comprometimentos teóricos fundamentais devem determinar a prática em um sentido causal" (p. 451). De certa forma, é congruente com o argumento de Platt:

A conexão racional acausal que indiquei não implica um "ajuste perfeito" entre teorização e métodos de pesquisa, mas implica sobreposição de, ou inter-relação entre, noções centrais em diferentes níveis no discurso. Além disso, muito claramente os métodos possuem bases sociais independentes e podem retardar ou antecipar movimentos na teoria social (*Idem, ibidem*).

A integração entre prática de pesquisa e teoria social é um dos pilares em que se baseia outro trabalho posterior de Derek Layder (1998). Contrário à especialização excessiva nas ciências sociais, sua *adaptive theory* procura integrar teoria geral e conteúdos teóricos substantivos, já acumulados em uma área específica, com a dinâmica da pesquisa empírica, conservando o potencial de emergência dos dados e, com isso, de reformulações, aprimoramentos ou mesmo abandonos das teorias utilizadas. O princípio é que não existem dados livres de teorias e, em vez de sobredimensionar a prática da coleta e análise dos dados, como faz a *grounded theory*, caindo até no positivismo que critica, é necessário reco-

nhecer a inexorável carga teórica no processo de pesquisa, como quando afirma:

A pesquisa está conectada com questões filosóficas e nunca pode ser neutra em relação a teorias. Mesmo um pesquisador que alegue que sua teoria [extraída indutivamente] não é afetada por definições teóricas [*a priori*], inevitavelmente, estaria realizando uma alegação teórica a esse respeito (Layder, 1998, p. 22).

A novidade neste trabalho está na defesa do que chama de "abertura epistemológica", o que implica considerar pelo menos três elementos: teorias gerais devem estar abertas a transformarem-se de acordo com resultados empíricos; como discursos, elas devem estar abertas à influências mútuas; e diferentes métodos e técnicas de coleta de dados podem estar combinados em uma abordagem multiestratégica. Este último ponto, no entanto, não significa desconsiderar pressupostos, como quando Layder (p. 42) diz que:

Antes de qualquer compromisso que um diálogo entre diferentes métodos e técnicas possa se estabelecer, há que se considerar algumas das premissas e compromissos implícitos, os quais podem trabalhar contra a consecução desse objetivo.

Estratégias de Superação

Eis o que surge então a partir de uma revisão da discussão metodológica: há, de um lado, tentativas de fundamentar a integração de modo mais aprofundado, mas esbarram na divisão fundamental do "cenário do conhecimento da realidade social" ou em conceitos como de paradigma, olhar, compromisso e ecletismo; de outro, há a prática da pesquisa empírica (é a discus-

são/transmissão do conhecimento mais operacional nos manuais), que se desenvolveu como uma especialidade à parte, sem se restringir ao que os pressupostos das técnicas podiam dizer implicitamente. Desse modo, na contramão das aporias epistemológicas, a pesquisa social caminha na direção da utilização combinada de técnicas e metodologias: é uma tendência crescente da ciência social e da pesquisa social como um todo, como aponta Flick (2002).

Isso parece claro para muitos dos autores citados aqui, e esse é um ponto de inflexão onde o debate é revertido em implicações práticas para a pesquisa imbuída de reflexividade. Assim, vários argumentos podem ser elencados na defesa da integração metodológica, cada qual com um raciocínio próprio. Ou seja, existem algumas boas razões para se fazer uma pesquisa multimétodos, como exemplos (*exemplars*) na solução de nossos quebra-cabeças. Talvez o esforço seguinte seja o de pensar se são mesmo boas razões. Em todo caso, o que pretendo destacar adiante é uma breve sistematização das principais posições que podem justificar a integração técnica e metodológica (ou triangulação). É importante lembrar, de antemão, que quase todos os autores combinam mais de um argumento e que essas posições também estão sujeitas a críticas, sendo algumas mais consistentes e mais bem fundamentadas que outras.

1º argumento: “definição moderada”

Retomando Layder (paramos onde ele sugeria uma abordagem multiestratégica, sem desconsiderar a diferença entre pressupostos), a solução que ele oferece reside em uma “definição moderada”, de forma a permitir complementaridade das principais alternativas implícitas em questão – teorização indutiva ou dedutiva, epistemologia da ciência social positivista ou interpretivista e ontologia da realidade social objetivista ou

subjetivista, como no extrato a seguir: “A *adaptive theory* tenta desviar-se da incompatibilidade, evitando definições extremas, rígidas ou dogmáticas (...), concebendo [as posições] como discursos potencialmente abertos” (Layder, 1998, p. 135). A intenção é conciliar a ontologia plural do mundo social com os níveis independentes mas inter-relacionados da interação e da estrutura social, com uma epistemologia também plural e dialógica.

O livro de Layder tem a vantagem de considerar os dois pólos do debate sem desconsiderar questões mais abstratas, mas nem por isso irrelevantes, e sem inviabilizar filosoficamente uma pesquisa integrada ao supervalorizar divisões rígidas em relação ao conhecimento em ciências sociais. Em vez disso, ele nos incita a pensar sobre a complexidade do mundo social, que remonta a Weber, por meio de um diálogo entre perspectivas e metodologias complementares. Ou como coloca Uwe Flick (2002, p. 17):

Seria especialmente importante discutir como conceitualizar de forma tal que leve seriamente em consideração ambas as abordagens [os que ressaltam a incompatibilidade e os integracionistas] e suas particularidades teóricas e metodológicas sem qualquer subordinação prematura de uma abordagem pela outra.

2º argumento: ação e estrutura

Dentro desse debate entre metodologias quantitativas e qualitativas, outros autores recorrem para o que seriam os aspectos fundamentais ou ontológicos do mundo social para embasar uma posição conciliatória. Fielding e Fielding (1986) advogam a articulação das técnicas em função de uma articulação teórica entre ação e estrutura, que está significativamente presente na teoria sociológica nos últimos 25 anos (ver tam-

bém Brettell, 2002; Monsma, 2001). Essa idéia está presente na sistematização do fluxo teórico da sociologia elaborada por Jeffrey Alexander, segundo a qual a sociologia contemporânea volta a caminhar para uma síntese, depois da tentativa frustrada de Talcott Parsons (Alexander, 1987). A teoria sociológica, dotada de um movimento pendular, lutando contra a hegemonia do estrutural-funcionalismo, rumou ao outro extremo, o desacordo total. Daí as extremadas elaborações teóricas da microsociologia (etnometodologia, individualismo metodológico, escolha racional etc.) e da macrosociologia (estruturalismo, análise de classe, althusserianismo etc.), em um diálogo de surdos.

A articulação teórica entre estrutura e interação, entre objetivismo e subjetivismo, entre fatos sociais e definições sociais, macro e microsociologia, figura entre as principais idéias de autores de destaque na teoria social contemporânea, como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, além de permear a literatura clássica na disciplina, presente em Marx, Weber e Durkheim, apesar das diferentes ênfases durante seus escritos (Bourdieu, 2000; Giddens, 1978; Alexander *et al.*, 1987).¹⁰

Retomando, os Fielding recomendam uma visão dualista, de apreensão da estrutura e da interpretação em um desenho de pesquisa, com pelo menos um método para cada “semblante” da sociedade. A articulação metodológica possuiria, portanto, uma legitimidade teórica. Em contrapartida, os métodos podem ter e fornecer uma multiplicidade de finalidades e perspectivas para cada desenho de pesquisa, como os autores afirmam quando lembram que “certamente nós não relacionaríamos métodos quantitativos com uma única ou principal orientação para as estruturas” (Fielding e Fielding, 1986, p. 83).

3º argumento: contextuais

Javier Callejo, mesmo influenciado pelo livro dos Fielding, percebe a articulação dos métodos como reflexo também de mudanças no contexto da investigação social, daí afirmar que “a necessidade de articular o microsociológico com o macrosociológico é *outro* fator impulsionador da articulação do qualitativo com o quantitativo” (Callejo, 1998, p. 105; *destaque meu*). Os demais fatores que Callejo relaciona são a admissão dos dados qualitativos como via de investigação formal nos moldes quantitativos, as inúmeras críticas ao método quantitativo em questões relativas a pressupostos, análise e interpretação dos dados, a linguagem e a fraca relação entre conceitos e indicadores e as conseqüências do pós-modernismo e sua cultura do ecletismo. Essa multiplicidade de fatores levantada por Callejo seria um forte argumento para prevenir uma relação entre integração metodológica de forma direta em função da teoria social.

4º argumento: pragmatismo

Um exemplo recente de pesquisa combinando metodologia quantitativa e qualitativa ajuda a explicitar as linhas gerais desse argumento que confere não-relevância aos aspectos epistemológicos e ontológicos do mundo social:

É nossa visão que a diferença essencial entre métodos quantitativos e qualitativos está nas distintas maneiras de se ir da parte para o todo. Mas nós interpretamos isso como uma conseqüência não de concepções fundamentalmente diferentes do mundo social e do modo como estas deveriam ser percebidas em uma pesquisa, mas de técnicas de coleta e análise de dados que, embora diferentes, podem ser combinadas para produzir respostas mais completas para nossas questões (Marpsat, 2001).

Trata-se de um texto de uma estatística francesa sobre sua pesquisa com os sem-teto. É isso que começam a denominar por “hibridização”, ou seja, “o uso pragmático de princípios metodológicos e a fuga de uma filiação restritiva a um discurso metodológico específico” (Flick, 2002).

Vimos também esse argumento pragmático no já citado texto dos Castro Nogueira, em sua quinta tese. Mesmo que se leve a sério, como os autores, a tal irreduzibilidade entre fatos e processos, a pesquisa empírica não é realizada sem “requerimentos pragmáticos”:

Qualquer um que tenha experiência investigadora sabe que a prática da investigação transforma as aporias e diferenças teóricas mais irreduzíveis em uma aparência de formas metodológicas e técnicas concretas, implementadas com a finalidade de propor soluções a problemas práticos (Castro Nogueira e Castro Nogueira, 2002, p. 8).

Ainda não é comum, mas pode-se construir um argumento integrador tendo como base o neo-pragmatismo de filósofos como Richard Rorty, em sua crítica à reflexão que paralisa a ação, advogando o

abandono de algumas amplas e arraigadas concepções sobre filosofia e epistemologia (...) e do debate filosófico se não tiver consequências visíveis, apontando especialmente o que ele vê como debates infrutíferos sobre a natureza das coisas onde não há como decidir entre visões em competição (Baert, 2001, p. 142).

5º argumento: planos distintos

Consiste em considerar que técnicas e metodologias/paradigmas não possuem uma relação direta. Vimos este argumento nos textos de Bryman e Platt. Escolher uma técnica quantitativa não significa adotar, mesmo implicitamente, o paradigma positi-

vista, digamos. A literatura é rica em exemplos que provam esse desequilíbrio do normativo-ideal, como Snizek analisou. Parsons, grande expoente do estrutural-funcionalismo, era um que se utilizava de uma ampla variedade de métodos, muitos qualitativos. Como afirmam Reichardt e Cook (1979), existem muitos pesquisadores que usam métodos quantitativos e adotam uma postura fenomenológica, assim como é possível conduzir uma pesquisa nos moldes positivistas mesmo sendo etnográfica. Nas palavras de Marli André (1991, p. 164):

Assim, poder-se-ia concluir dizendo que, do ponto de vista das técnicas de coleta, a convergência é possível e não raro desejável para que se possa chegar a uma aproximação do real que se pretende conhecer. No que se refere aos pressupostos ou à lógica [metodologia] que preside o uso destas técnicas, a convergência parece não só indesejável, mas sobretudo impossível. Em um caso temos um processo de pesquisa orientado por uma lógica formal, que se caracteriza por uma concepção linear do conhecimento. Em outro, temos uma lógica conceitual que se insere numa perspectiva dinâmica de conhecimento e a incompatibilidade entre elas parece evidente.

6º argumento: coexistência paradigmática

A indefinição acerca da noção de paradigma faz com que seja possível pensar em uma aplicação distinta da que faz Kuhn, pontuando decisivas diferenças entre as ciências sociais e as naturais. É o que propõe Irene Gialdino. Na sociologia, não existe um paradigma único dentro do qual a solução de problemas seria progressiva, nem a necessidade de uma substituição por outro paradigma na ocorrência de anomalias (Gialdino, 1992). Assim, conceitos como ciência normal ou revolução científica não caberiam. O que ocorre, em contrapartida, é que a própria coexistência paradigmática, onde teorias, concei-

tos e métodos de diferentes paradigmas são utilizados em um mesmo objeto, possibilita a acumulação de conhecimento e o desenvolvimento das ciências sociais.

E, nesse sentido, a teoria da ação comunicativa habermasiana, e os três mundos coexistentes – objetivo, subjetivo e social –, reforçaria o argumento. Como diz a autora: “De alguma maneira, a teoria da ação comunicativa vem resolver o aparente conflito entre paradigmas mediante a assimilação e a superação de grande parte de pressupostos que pareciam irreconciliáveis” (Gialdino, 1992, p. 29). É tal a complexidade de nossos objetos de estudo que apenas a convergência metodológica seria capaz de dar conta dos fenômenos processados nos três mundos, com a contribuição dos três paradigmas que a autora identifica na produção sociológica: o materialista histórico, o positivista e o interpretativo.

7º argumento: foco no problema

Essa é uma das mais utilizadas. Diz respeito à utilização das técnicas de pesquisa que sejam apropriadas para determinado problema em investigação, ou às questões de pesquisa, independente de quais sejam. Reichardt e Cook (1979, p. 20) escrevem sobre isso, para a área que representam (avaliação): “Ao invés de serem rivais incompatíveis, os métodos podem ser utilizados combinados de acordo com a exigência da questão de pesquisa”. Também está presente no livro de metodologia qualitativa de Teresa Haguette (2001, p. 101):

acreditamos com Trow que diferentes tipos de informação sobre o homem e a sociedade são coletadas em maior profundidade e de forma mais econômica de maneiras diferentes, e que o problema sob investigação é que dita o método de investigação.

Esse debate da pesquisa qualitativa, que Flick (2002, p. 20) chama de “indicação” –

“similarmente à maneira pela qual, na medicina ou na psicoterapia, a adequação de um certo tratamento para problemas e grupos de pessoas específicos é verificada” –, requer desenvolvimentos futuros e a busca de critérios que possam dizer quando métodos qualitativos são mais apropriados ou quando uma combinação de técnicas é a mais indicada. Nesse caso, as críticas recaem à pouca atenção dada ao fato de que determinadas formas estabelecidas de se “visualizar” um problema de pesquisa e seu desenho podem impedir a procura de alternativas, ainda mais quando nem todos os pesquisadores são capacitados em todas as metodologias e técnicas disponíveis.

8º argumento: alcances e limites

No livro de Haguette, também se pode perceber outro argumento importante na metodologia de pesquisa em ciências sociais: toda técnica ou metodologia tem alcances e limites definidos, não conseguem apreender toda a complexidade do mundo social. Questionários, por exemplo, não conseguem captar nada além de potencialidades de ação, que se costuma chamar de atitude, mas que não significa a ação em si. Esta pode ser visualizada em uma observação participante, por exemplo, mas, nessa técnica de pesquisa a validade externa (questões de generalização/análise dos dados) é limitada assim como a comparabilidade dos dados.¹¹ Umas técnicas são mais econômicas, outras são mais ágeis.

De maneira semelhante, a preocupação de Denzin no início do debate sobre integração estava em articular técnicas para aumentar a validade interna (isto é, se as técnicas captam aquilo que foram desenhadas para captar ou se forçam nos pesquisados uma definição realizada previamente pelo pesquisador, ou seja, de coleta de dados) e externa, e diminuir os vieses. Assim ele escreveu:

Nenhum único método é sempre superior. Cada um tem forças e fraquezas especiais próprias. É chegada a hora de os sociólogos reconhecerem este fato e caminharem a uma posição que os permita abordar seus problemas com todos os métodos relevantes e apropriados, em uma estratégia de triangulação metodológica (Denzin *apud* Blaikie, 1991, p. 116).

Com a triangulação, a fraqueza de um método seria preenchida pela força de outros, se eles não compartilharem os mesmos defeitos. No entanto, essa perspectiva é criticada por Blaikie e pelos Fielding.

9º argumento: estilos diferentes

Em um livro que se tornou clássico na área de metodologia nos Estados Unidos, King, Keohane e Verba (1994) vêem as diferenças entre as tradições de pesquisa quantitativa e qualitativa como de “estilo”, tendo como pano de fundo a mesma lógica de inferência presente em toda pesquisa nas ciências sociais: “(...) as diferenças entre as tradições quantitativa e qualitativa são apenas estilísticas e não são metodologicamente e substancialmente importantes” (p. 4). Mesmo no âmbito limitado deste texto, é questionável pelo que já foi visto afirmar que o objetivo de toda a atividade em ciência social é inferir ou “fazer inferências descritivas e explanatórias com base em informações empíricas sobre o mundo (...) que vão além das observações particulares coletadas” (p. 8).

Becker (1996) tem um argumento similar e não menos polêmico. Ele insiste que o que há são diferenças em estilos de trabalho, tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa “compartilham a mesma epistemologia, ou uma muito similar” (p. 53) ou “apenas funcionam em situações diferentes e perguntam questões diferentes” (p. 66), mesmo quando, pelo seu texto, escrito a

partir de uma participação em conferência, pode-se perceber que seus interlocutores não acharam que sua posição resolvia verdadeiramente os problemas.

Mesmo assim, existe aqui uma afinidade com a posição mais atual de Blaikie (2000) no que concerne à mediação entre métodos e “estratégias de pesquisa”. Antes de pressupostos inerentes, as técnicas adquirem os pressupostos da estratégia na qual estão inseridas e que pode ser indutiva, dedutiva, retrodutiva ou abdutiva.¹² Uma das formas de se obter uma combinação legítima de métodos e dados é trabalhar tendo em vista uma mesma estratégia de pesquisa e, assim, os mesmos pressupostos ontológicos e os mesmos critérios de validade.

10º argumento: em seqüência

A outra forma de triangulação proposta por Blaikie é a utilização de diferentes métodos, em diferentes estratégias de pesquisa, em estágios distintos de um mesmo projeto de pesquisa. No entanto, para o autor, isso não é precisamente triangulação, pois esta buscaria um retrato mais completo da realidade ao se apoiar em mais de uma metodologia ou método como fonte de informação para um mesmo fenômeno. Como cada estratégia de pesquisa diz respeito a pressupostos diferentes sobre a realidade social, não procede que o limite ou o viés de um método seja superado pela força de outros, promovendo assim maior validade.

Com certa afinidade com o “foco no problema”, esta posição de convergência é bastante comum em desenhos de pesquisa complexos, ou nos quais uma etapa anterior é imprescindível para o encaminhamento da próxima, normalmente em fenômenos relacionados mas não coincidentes. Um exemplo é a pesquisa realizada por Neuma Aguiar (1978) no Nordeste, onde ela combinou *sur-*

vey e observação participante. Também é costume realizar ambas as metodologias, quantitativa e qualitativa, em seqüência, nos termos que uma fornece alcance ou cobertura e outra dá profundidade, ou que uma explora e a outra confirma. Um discurso que se tornou bem difundido na pesquisa privada.

Conclusão

Foram vistos dez motivos utilizados para justificar uma articulação técnica e metodológica, uns mais fortes, outros mais fracos. Apesar de questões relacionadas a essas justificativas certamente ensejarem um trabalho maior do que o âmbito deste texto, alguns enfoques (principalmente os extremamente pragmáticos) trazem consigo o inconveniente de negligenciar questões epistemológicas a respeito da natureza do conhecimento possível com nossos instrumentos de pesquisa, e que nunca estão separadas da prática da pesquisa social empírica.

Quer se denomine crítica ou reflexão, metodológica ou epistemológica, epistemologia prática ou sociologia da ciência,¹³ a pesquisa social está cada vez mais comprometida em adquirir altos níveis de consciência a respeito da prática da pesquisa, analisando desde a construção da informação que serve de referencial empírico para o trabalho sociológico até a problematização de cada uma das técnicas de pesquisa. Isso vale tanto para a sociologia quanto para a pesquisa de opinião realizada fora dos limites da universidade. Mais do que uma questão do local onde se realiza a pesquisa, trata-se de uma questão para o profissional. Como bem coloca Thiollent (1982, p. 15):

Não se trata de negar a necessidade de tais instrumentos sem os quais a pesquisa sociológica perderia sua especificidade, mas sim

de pôr em questão a concepção da técnica, sua estrutura interna e as condições de aplicação, variáveis segundo os tipos de população e de assuntos. Tal questionamento desemboca acerca da prática dos sociólogos. O tipo de conhecimento social encomendado pelas burocracias é condicionado pelas exigências do mercado, por certas características culturais e pelos imperativos de carreira dos investigadores, tendo como efeito desestimular o espírito crítico, a problematização e a teorização sem compromisso. A aplicação dos instrumentos se torna um fim em si.

Se, de um lado, grande parte da literatura percebe que uma técnica de pesquisa não implica necessariamente uma determinada visão sobre o mundo social, por outro, não resta dúvida de que as duas podem estar vinculadas ocasionalmente. Mais do que revelar uma concepção positivista do mundo social, um *survey* estaria vinculado a esta por outras características, tais como: a pretensão de verdade ou de correspondência com a natureza (ou de que seu instrumento mostra as coisas como elas são), a separação total entre fato e valor (o pesquisador como neutro), a relação dicotômica entre sujeito/objeto na pesquisa, um ideal de construção de leis gerais para seu objeto de pesquisa (que é diferente de realizar generalizações) e uma desconsideração com a diferença entre as ciências sociais e as naturais (linguagem, interação, representações, imaginários etc.). Guardadas as devidas proporções, um pesquisador poderia perfeitamente realizar entrevistas em profundidade com essa imagem de ciência na cabeça.

O tipo de reflexividade que me refiro coloca como objeto de análise a prática dos instrumentos de pesquisa social empírica, suas implicações e pressupostos, ou seja, estudos sobre a congruência com determinada visão sobre o conhecimento possível sobre o mundo, tais como construtivismo,

interpretativismo, behaviorismo, positivismo, operacionalismo etc., e sobre questões práticas e teóricas como a adequação à compreensão do significado da ação social, a manipulação das respostas e indução por estímulos, a inserção em contextos de relações sociais artificiais, as conseqüências da forma de recrutamento e incentivo aos entrevistados, entre outros. Na pesquisa qualitativa, por exemplo, várias são as dimensões que são estudadas: a situação de interação que pressupõe, as características do discurso produzido por essa interação, a possível não-coincidência de significados entre entrevistador e entrevistado, a construção de significados pela interação, a influência nas respostas ou o viés do entrevistador, a dinâmica nos grupos e a influência de indivíduos “altamente verbalizadores”, até questões de análise de dados por computador, critérios de validade ou da pesquisa qualitativa bem feita e discussões éticas.

Uma reflexão desse gênero não é nova, mas o crescente foco nos métodos de pesquisa sob um prisma puramente procedimental ou descritivo (como fazer) tende a desconsiderar a discussão dos “referentes conceituais e supostos subjacentes ao método”, como diz Barba (2002). Em 1951, Festinger realizava algo assim em relação aos pressupostos implicados em alguns procedimentos estatísticos (como normalidade na distribuição, variabilidade entre amostras e tipos de dados) e, na década seguinte, Lazarsfeld (1962) demonstrava uma preocupação a respeito da falta de uma análise mais filosófica dos procedimentos de pesquisa social que ele e seu grupo desenvolviam. O desafio para o pesquisador é conciliar a prática e seus interesses pragmáticos (e algumas das boas razões para a integração que abordei) sem eliminar a reflexão sobre os pressupostos que os acompanham.

Notas

- 1 É preciso ressaltar, como o faz Roberto Cardoso de Oliveira, que as tradições positivistas que constituíram fundamentalmente o início da sociologia com Comte e Durkheim não são empiricistas, como muitos tendem a observar em parte das obras desse último. Durkheim foi influenciado pelo racionalismo cartesiano em sua defesa rigorosa do método – na convergência entre ambas as tradições para a “obsessão” pela objetividade – e no papel concedido às idéias e conceitos em organizar a realidade dos sujeitos cognoscentes. Sua veia positivista está mais relacionada com a obtenção de leis gerais e universais para a explicação causal dos fatos sociais e com a adoção das ciências naturais – a biologia, nos dois casos – como referência paradigmática para o estudo da realidade social (Cardoso de Oliveira, 1995). O racionalismo durkheimiano é o fundador de sua crítica veemente às prenoções e da sua defesa do método sociológico – muito embora ambas sejam também fundamentos para os empiricistas como Bacon – e o que estrutura sua abordagem é justamente as operações categoriais (“o homem não pensa sem a ajuda de categoriais”) de estabelecimento dos fatos sociais como coisas para então extrair as leis causais para a explicação. Caracterizar um determinado autor como empiricista, racionalista ou positivista é tarefa complexa devido à multiplicidade das influências em seu pensamento.
- 2 Este texto é uma versão resumida do último capítulo da minha dissertação de mestrado (Braga, 2004) onde trabalhei com maior ênfase sobre questões profissionais derivadas de uma preocupação metodológica. E, durante o decorrer da pesquisa empírica que realizei com

- empresas de pesquisa, as questões abordadas aqui surgiram com mais intensidade, tornando imprescindível uma revisão da literatura metodológica. Agradeço aos entrevistados e aos professores Tom Dwyer, Rachel Meneguello, Josué Pereira da Silva e Fernando Lourenço.
- 3 Scribano (2000) apresenta uma categorização com doze enfoques distintos que orientam pesquisas qualitativas acadêmicas, de modo a rebater o argumento de que esse é um tipo de investigação mais fácil de se desenhar e de ser executada.
 - 4 Indiquei explicação e compreensão como modalidades diferentes para a fundamentação do conhecimento científico, pois Cardoso de Oliveira (1995), retomando Ricoeur, não considera compreensão como método. É o momento não-metódico das ciências sociais, o que não implica incompatibilidade, visto que a intersubjetividade é parte integrante da definição do método e dos critérios de validação em uma determinada comunidade científica.
 - 5 Não escapa a Ritzer (1975, p. 160), nem posso deixar de mencionar aqui, um paradoxo central para se pensar métodos de pesquisa para apreender fatos sociais: “(...) respostas individuais explicitam suas próprias definições de um fato social, e não o que um fato social ‘realmente’ é”.
 - 6 As principais críticas a Snizek referem-se à transposição de sua categorização das quatro principais correntes teóricas para adaptar-se aos paradigmas tal como delineados por Ritzer, o que implicou brechas, e à opção pela análise de artigos em jornais de “reputação e prestígio”, justamente os mais prováveis a publicar pesquisas quantitativas utilizando questionários e entrevistas.
 - 7 Outro exemplo pode ser visto no livro de Boudon e Bourricaud (1993), onde os autores entendem por paradigma “um conjunto de proposições ou enunciados metateóricos baseado menos na realidade social do que na linguagem a ser empregada para tratar dessa realidade” (p. 558), uma visão diferente da de Kuhn, como os próprios autores esclarecem. Três conjuntos de paradigmas são destacados: os classificatórios, os analógicos e os formais, sendo que percebem um mais geral, comum a todos, aquele “que concebe os fenômenos sociais, quer se trate de acontecimentos, de regularidades estatísticas, de diferenças ou semelhanças entre grupos ou sociedade, como produtos da agregação de ações individuais” (p. 564).
 - 8 Mesmo que a noção de incomensurabilidade também tenha evoluído no sentido de se restringir à impossibilidade localizada de tradução entre certas teorias rivais e que a mudança de concepção de mundo e a *gestalt switch* tenha perdido seu caráter instantâneo, adquirindo o escopo de um processo que leva tempo (Cupani, 1996), não é necessário um vínculo estrito às idéias kuhnianas para se mostrar as dificuldades e os limites de integração entre escolas de pensamento, perspectivas metodológicas, abordagens, ou qualquer outra denominação que se dê. Além disso, é um conceito largamente utilizado nas ciências sociais, com ou sem essas ressalvas.
 - 9 Outros exemplos de abordagens que sustentam a visão paradigmática estão em Lincoln e Guba (1985) e, mais recentemente, em Sale, Lohfeld e Brazil (2002).
 - 10 Outra abordagem anterior, escrita em 1966, bastante influente e criticada, de integração entre objetivismo e subjetivismo, encontra-se em Berger e Luckmann (2002).
 - 11 Isso supondo um pesquisador que realiza observação participante e se preocupa com validade externa. Na verdade, na maioria dos casos, o que ocorre é que problemas de validade se configuraram como um dos focos preferenciais das críticas dos pesquisadores incli-

nados para pesquisa quantitativa. Porém, essa crítica é limitada porque aplica os mesmos critérios de validade para ambos os tipos de pesquisa, mostrando os diferenciais de *status* das comunidades científicas (Becker, 1996). Além disso, a generalização a partir de casos particulares não é de modo algum impossível, como lembram Castro e Bronfman (2000). A busca pelos critérios para uma boa pesquisa qualitativa é uma das grandes questões metodológicas atuais.

- 12 A estratégia de pesquisa retrodutiva busca a explicação por meio da abstração sobre a real estrutura ou mecanismo que é responsável pela regularidade que se quer explicar e a abdução está mais relacionada com temas relativos à construção social da realidade, com a compreensão em vez da explicação.
- 13 Becker (1996) chama de sociologia da ciência ou epistemologia prática o descendente empírico da epistemologia, que ultrapassou a análise da ciência por princípios gerais para focalizar o que os pesquisadores fazem, com as necessárias acomodações à realidade.

Bibliografia

- AGUIAR, N. (1978), "Observação participante e 'survey': uma experiência de conjugação", in E. de O. Nunes (org.), *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*, Rio de Janeiro, Zahar.
- ALEXANDER, J. C. (1987), "O novo movimento teórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2., n. 4.
- ALEXANDER, J. C. *et al.* (1987), *The micro-macro link*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- ANDRÉ, M. E. A. (1991), "Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou convergência?". *Cadernos CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, n. 3, série 2.
- BAERT, P. (2001), "Richard Rorty's pragmatism and the social sciences". *History of the Human Sciences*, v. 15, n. 1.
- BARBA, C. C. (2002), "El grupo de discusión en el estudio de la cultura y la comunicación: revisión de premisas y perspectivas". *Revista Mexicana de Sociología*, v. 44, n. 2.
- BAUER, M. W. & GASKELL, G. (2003), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed., Petrópolis, Vozes.
- BECKER, H. S. (1996), "The epistemology of qualitative research", in R. Jessor *et al.* (eds.), *Ethnography and human development: context and meaning in social inquiry*, Chicago, University of Chicago Press.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. (2002), *A construção social da realidade*. 21. ed. Petrópolis, Vozes.
- BLAIKIE, N. W. H. (1991), "A critique of the use of triangulation in social research". *Quality & Quantity*, v. 25, n. 2.

- _____. (2000), "Using triangulation and comparative analysis to advance knowledge in the social sciences: the role of four research strategies". Texto apresentado na 5ª Conferência Internacional de Lógica e Metodologia, Colônia, Alemanha.
- BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. (1993), *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo, Ática.
- BOURDIEU, P. (2000), *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris, Éditions du Seuil.
- BRAGA, E. C. F. (2004), *Ciências sociais e o mercado da pesquisa: questões de sociologia dos cientistas sociais*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas.
- BRETTELL, C. B. (2002), "The individual/agent and cultural/structure in the history of the social sciences". *Social Science History*, v. 26, n. 3.
- BRYMAN, A. (1984), "The debate about quantitative and qualitative research: a question of method or epistemology?". *The British Journal of Sociology*, v. 35, n. 1.
- CALLEJO, J. (1998), "Sobre el uso conjunto de prácticas cualitativas y cuantitativas". *Revista Internacional de Sociología*, 21, tercera época.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1995), "O lugar (e em lugar) do método". *Série Antropologia*, 190, Brasília, UnB.
- CASTRO, R. & BRONFMAN, M. N. (2000), "Integration of qualitative and quantitative methods in social research of health: some unsolved problems". Texto apresentado na 5ª Conferência Internacional de Lógica e Metodologia, Colônia, Alemanha.
- CASTRO NOGUEIRA, M. A. & CASTRO NOGUEIRA, L. (2002), "Hacia una correcta comprensión de la metodología cualitativa". *Política y Sociedad*, 39 (2): 481-96, maio-ago., Universidad Complutense de Madrid.
- CUPANI, A. (1996), "Inconmensurabilidad: problemas y fecundidad de una metáfora". *Manuscrito: Revista Internacional de Filosofía*, v. 19, n. 2.
- DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (eds.). (2000), *Handbook of qualitative research*. 2. ed., Thousand Oaks, California, Sage.
- ECKBERG, D. L. & HILL Jr., L. (1979), "The paradigm concept and sociology: a critical review". *American Sociological Review*, v. 44, n. 6.
- _____. (1981), "Clarifying confusions about paradigms: a reply to Ritzer". *American Sociological Review*, v. 46, n. 2.
- FESTINGER, L. (1951), "Assumptions underlying the use of statistical techniques", in M. Jahoda et al. (eds.), *Research methods in social relations (with special reference to prejudice), part 2: selected techniques*, New York, The Dryden Press.
- FIELDING, N. G. & FIELDING, J. L. (1986), *Linking data: the articulation of qualitative and quantitative methods in social research*. Newbury Park, Sage.
- FLICK, U. (2002), "Qualitative research: state of the art". *Social Science Information*, v. 41, n. 1.

- GIALDINO, I. V. de. (1992), *Métodos cualitativos I: los problemas teórico-epistemológicos*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.
- GIDDENS, A. (1978), *Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensivas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HAGUETTE, T. M. F. (2001), *Metodologias qualitativas na sociologia*. 8. ed., Petrópolis, Vozes.
- JOHNSON, A. G. (2000), *The Blackwell dictionary of sociology: a user's guide to sociological language*. 2. ed., Oxford, Blackwell.
- KELLE, U. (2001), "Sociological explanations between micro and macro and the integration of qualitative and quantitative methods". *Forum: Qualitative Social Research* [On-line Journal], v. 2, n. 1. Disponível na internet: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>
- KING, G.; KEOHANE, R. O. & VERBA, S. (1994), *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, Princeton University Press.
- KUHN, T. S. (1962/2003), *A estrutura das revoluções científicas*. 7. ed. São Paulo, Perspectiva.
- LAYDER, D. (1988), "The relation of theory and method: causal relatedness, historical contingency and beyond". *The Sociological Review*, v. 36, n. 3.
- _____. (1998), *Sociological practice: linking theory and social research*. Londres, Sage.
- LAZARSELD, P. F. (1962), "Philosophy of science and empirical social research", in E. Nagel et al. (eds.), *Logic, methodology and philosophy of science: proceedings of the 1960 International Congress*, Stanford, Stanford University Press.
- LINCOLN, Y. S. & GUBA, E. G. (1985), *Naturalistic inquiry*. Beverly Hills, Sage.
- MARPSAT, M. (2001), "Problems in comparative and triangulated homelessness research". *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 71.
- MAY, T. (2004), *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed., Porto Alegre: Artmed.
- MONSMA, K. (2001), "Estrutura e ação na teoria social contemporânea". *Teoria & Pesquisa*, n. 38 e 39.
- PEREIRA, J. C. R. (2001), *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. 3. ed., São Paulo, Edusp.
- PLATT, J. (1986), "Functionalism and the survey: the relation of theory and method". *The Sociological Review*, v. 34, n. 3.
- REICHARDT, C. S. & COOK, T. D. (1979), "Beyond qualitative versus quantitative methods", in T. D. Cook & C. S. Reichardt (eds.), *Qualitative and quantitative methods in evaluation research*, Beverly Hills, Sage.
- RITZER, G. (1975), "Sociology: a multiple paradigm science". *The American Sociologist*, v. 10, n. 3.
- _____. (1977), "Letter: on the relationship between paradigms and methods". *The American Sociologist*, v. 12, n. 1.

_____. (1981), "Paradigm analysis in sociology: clarifying the issues". *American Sociological Review*, v. 46, n. 2.

SALE, J. E. M.; LOHFELD, L. H. & BRAZIL, K. (2002), "Revisiting the quantitative-qualitative debate: implications for mixed-method research". *Quality & Quantity*, 36.

SCRIBANO, A. (2000), "Reflexiones epistemológicas sobre la investigación cualitativa en ciencias sociales". *Cinta de Moebio* [Revista eletrônica], n. 8, Universidad de Chile. Disponível na internet: <http://rehue.csoliales.uchile.cl/publicaciones/moebio/08/frames06.htm>

SNIZEK, W. E. (1975), "The relationship between theory and research: a study in the sociology of sociology". *Sociological Quarterly*, 16.

_____. (1976), "An empirical assesment of sociology: a multiple paradigm science". *The American Sociologist*, v. 11, n. 4.

THIOLLENT, M. (1982), *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed., São Paulo, Polis.

• Artigo recebido em jul/2007

• Aprovado em ago/2007

Resumo

Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica

No decurso de uma investigação empírica, o volume e as variações na literatura metodológica podem confundir o pesquisador em vez de servir-lhe como guia de trabalho. Esse é o pano de fundo deste artigo, que apresenta algumas questões metodológicas e epistemológicas relativas à pesquisa social empírica de orientação qualitativa, para então se debruçar sobre o debate em torno da utilização conjunta de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas. Duas questões estão por trás do desacordo entre integracionistas e seus opositores: a incomensurabilidade paradigmática e a inter-relação entre planos ou entre teoria e técnica. Por fim, é apresentada uma sistematização dos principais argumentos que justificam a integração técnica e metodológica (ou triangulação).

Palavras-chave: Pesquisa social empírica; Metodologia, quantitativa e qualitativa; Técnicas e instrumentos.

Abstract

Between Facts and Discourses: on the Debate about Technical-methodological Convergence

In the making of an empirical investigation, the volume and variations in methodological literature may confuse the researcher rather than serve as guidelines for fieldwork. With this back-

ground, this article presents some methodological and epistemological issues related to empirical social research of a qualitative orientation in order to deal with the debate of using conjointly qualitative and quantitative research techniques. Between integrationists and their critics there are two questions: paradigmatic incommensurability and the interrelations between plans or between theory and techniques. Finally, a systematization of the major arguments that justify the technical and methodological integrations (or triangulation) is presented.

Keywords: Empirical Social Research; Methodology Quantitative and Qualitative; Techniques and Instruments.

Résumé

Entre faits et discours: à propos du débat sur la Convergence Technique-méthodologique

Au cours d'une recherche empirique, le volume et les variations dans la littérature méthodologique peuvent confondre le chercheur au lieu de le guider dans son travail. Voilà la toile de fond de cet article, qui présente quelques questions méthodologiques et épistémologiques relatives à la recherche sociale empirique dans un contexte qualitatif. Il aborde ensuite le débat sur l'usage simultané de techniques de recherche quantitatives et qualitatives. Deux questions sont à la base de ce désaccord entre les intégrationnistes et leurs opposants : l'incommensurabilité paradigmatique et l'interrelation entre plans ou entre théorie et technique. Finalement, l'article présente une systématisation des principaux arguments qui justifient l'intégration technique et méthodologique (ou triangulation).

Mots-clés: Recherche sociale empirique; Méthodologie quantitative et qualitative; Techniques et instruments.

Introdução

O conceito de identidade é atualmente um dos mais presentes nos estudos das ciências sociais. Ao mesmo tempo, em torno dele encontramos acalorados debates a respeito de sua conceituação e aplicabilidade. Neste artigo, busco mapear alguns contornos e questões sobre a identidade, tendo em foco o modo como seu uso implica compreensões distintas da relação entre indivíduo e sociedade e das transformações sociais e políticas na sociedade ocidental moderna.

As discussões acerca do conceito de identidade tornaram-se frequentes nas ciências sociais nos últimos quarenta anos. Até então, era um tema mais restrito à filosofia e à psicologia. Nas ciências sociais, falava-se, sobretudo, nos papéis que cada indivíduo desempenhava, múltiplos, às vezes conflitantes até, deixando implícito, no entanto, certa independência ontológica entre o sujeito e seus papéis (Calhoun, 1994). A teoria dos papéis sociais buscava assim pensar a mediação entre a sociedade e o indivíduo, rompendo com uma visão estreitamente essencializada e biologizada do sujeito. Mas, ao contrário da discussão posterior sobre o conceito de identidade, tratava essas instâncias como separadas (Hall, 1998).

O trabalho de Goffman (1999) já adiantava algumas questões sobre identidade, embora não usasse o conceito. Para ele, a

identificação do eu com o papel desempenhado poderia acontecer, mas não era necessária ao desenrolar adequado da cena. Esta separação era possível, pois Goffman partia da distinção entre *eu humano* – criatura com impulsos variáveis – e *eu socializado*, que controlava seus sentimentos em suas representações (p. 58). Ambos fariam parte do ator, que encenava personagens em cenários de interação específicos, com públicos variados, produzindo-se assim um “eu” que seria produto e não causa da cena (p. 231). Se esta última formulação parecia antecipar a discussão atual sobre a variação ou não das identidades de acordo com os contextos, a possibilidade de não haver identificação entre o ator e seu papel dificultava o uso do conceito de identidade.

A partir das décadas de 1950 e 1960, a categoria identidade tornou-se um instrumento analítico comum nas ciências sociais. Isso se deu devido principalmente às transformações sociais ocorridas desde então. Tanto a sociologia como a antropologia vieram a questionar e repensar conceitos que pressupunham unidades autocontidas, definidas e integradas – cultura, sociedade, nação e sua contrapartida no nível microssozial: o indivíduo. Os debates passaram a realçar as contradições e os conflitos internos a cada unidade destas, bem como seu caráter dinâmico e fluido. Surgiu uma visão do indivíduo como inextricavelmente asso-

ciado à sociedade, com uma subjetividade construída cultural e socialmente.

Com essas concepções cada vez mais compartilhadas nas ciências sociais, foi tornando-se mais freqüente o uso do conceito de identidade, que remete a uma relação de unidade entre indivíduo e grupo social, reconhecida socialmente – pelos afins e pelos outros – e com significado para o sujeito enquanto algo que o define subjetivamente. É nesse sentido subjetivo que a noção de identidade se distingue do conceito de papel social, que não prevê identificação necessária entre o sujeito e a posição social ocupada.

Mais recentemente, o conceito de identidade vem sofrendo questionamentos, uma crise teórica semelhante à crise de identidade que muitos autores argumentam que seria vivenciada pelo sujeito na modernidade tardia. [Neste artigo, pretendo analisar como alguns autores pensam a relação entre esse conceito e as transformações sociais das últimas décadas, explorando principalmente as dimensões teóricas do debate. Até que ponto a revisão do conceito é um modo de ajustá-lo às recentes mudanças sociais e políticas? Ou trata-se também de uma mudança teórica que vem colocando, em novas bases, a relação entre indivíduo e sociedade? O modo como essa relação é pensada implica também um determinado conceito de pessoa, uma categoria que varia no tempo e no espaço, e sua relação com a coletividade, outra noção igualmente variável. Assim, podemos usar o conceito em qualquer sociedade, independente dos diversos significados atribuídos à categoria de pessoa?

Este ensaio se debruçará, portanto, na relação entre teoria e empiria em torno da forma como o conceito de identidade vem sendo discutido. Orientada pelas indagações acima, minha análise têm dois eixos fundamentais: a construção de sujeito que orienta

a discussão, em particular o problema da existência ou não de uma essência distinta da identidade, e o grau de relativização dessa concepção de sujeito no tempo e no espaço, em especial na modernidade ocidental. São essas questões que norteiam meu recorte da literatura sobre o tema.

A bibliografia sobre identidade é atualmente extensa, focalizando freqüentemente a formação de identidades específicas como as de gênero, sexualidade, etnicidade. O tema também vem sendo abordado a partir tanto de suas apropriações subjetivas como das dinâmicas políticas dos movimentos identitários. Na literatura selecionada, alguns debates já dividem o campo, como a disputa entre perspectivas mais essencialistas, que postulam uma identidade elaborada a partir de uma essência fixa, e outras mais construtivistas, segundo as quais a identidade é pensada como processo sempre em construção e particularmente relacionada aos contextos de interação (Calhoun, 1994).

Para este artigo, escolhi analisar como alguns autores pensam a identidade de modo mais geral – sua definição e seu processo de formação. Nesses trabalhos, a questão do sujeito – como ele é concebido – está em foco, tanto em sua relação com a sociedade, como a sua variação no tempo ou no espaço. Esses autores são: Peter Berger e Thomas Luckmann, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Henrietta Moore e Richard Handler. Com exceção dos dois primeiros, todos os demais escrevem já na década de 1990, pensando a configuração das identidades no mundo moderno e suas implicações teóricas. Como contraste, recorro a Berger e Luckmann em seu trabalho clássico para uma visão do conceito de identidade nos primeiros tempos de sua utilização. A seguir, então, discuto cada autor separadamente, com uma breve apresenta-

ção de cada obra como forma de situar suas análises sobre identidade.

Identidades Centradas: Berger e Luckmann

Berger e Luckmann (1973) apresentam, em seu clássico *A construção social da realidade*, a questão do conhecimento como problema fundamental da sociologia – os “processos pelos quais qualquer corpo de ‘conhecimento’ chega a ser socialmente estabelecido como ‘realidade’” (p. 15). Tratando esta última como construção social, postulam uma visão da sociedade como realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva. Entendida enquanto um processo dialético entre exteriorização, objetivação e interiorização, etapas que acontecem simultaneamente, a sociedade e o indivíduo devem ser compreendidos como caracterizados por esses três momentos. Assim, o indivíduo “exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva” (p. 173).

Nesse estudo, a questão sobre identidade surge na discussão sobre o processo de interiorização da sociedade pelo indivíduo. Para Berger e Luckmann, o indivíduo ao nascer ainda não é membro da sociedade. Teria sim a predisposição para a sociabilidade e para tornar-se membro dela (p. 173). É somente com a socialização, vista por eles como um processo “ontogenético”, que isso se realiza. Há, entretanto, alguns elementos subjetivos que lhe escapam, tais como uma consciência da existência do corpo anterior e à parte de qualquer apreensão social dele. Nesse sentido, “a biografia subjetiva não é completamente social” (p. 179).

Ainda assim, o indivíduo está desde o início localizado em uma estrutura social objetiva, com definições de situação partilha-

das e dadas, que é mediada para ele através de outros significativos, em geral, a família. Esse processo de socialização é tanto cognoscitivo como também fortemente emotivo. Assim, produz-se uma identificação entre a criança e os outros significativos, e é somente com essa identificação que se realiza a interiorização do mundo objetivo. Através da identificação com os outros significativos, Berger e Luckmann argumentam, “a criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível” (p. 177).

Berger e Luckmann oscilam entre uma visão processual da identidade e outra na qual esta se cristalizaria na idade adulta, articulando de forma coerente as socializações primária e secundária. Segundo os autores, a interiorização da sociedade e da identidade não se dá de forma completa nem acabada. Se na socialização primária não há problema de identificação, uma vez que não há escolha dos outros significativos, a socialização secundária põe em foco “submundos” institucionais, realidades parciais que podem não ser coerentes com a interiorização primária. Com isso, a identificação nessa segunda etapa pode ser pouco afetiva e se restringir ao necessário para a comunicação entre os indivíduos. O que importa destacar é o processo contínuo de modificação da realidade subjetiva – uma identidade formada por processos, que em algum momento pode se cristalizar.

Para Berger e Luckmann, a questão da identidade como escolha é limitada. Assim, a possibilidade de o indivíduo escolher entre identidades definidas como verdadeiras alternativas biográficas se restringe, segundo os autores, aos casos de socialização imperfeita, em sociedades altamente diversificadas, nas quais há comumente situações de discordância entre as socializações primária e secundária. Nas sociedades com uma divi-

são simples do trabalho, as identidades são pré-definidas e facilmente reconhecidas, tanto em termos objetivos como subjetivos. “Todo mundo sabe quem é todo mundo e quem a própria pessoa é” (p. 217). Não haveria, segundo eles, “o problema da identidade”, expresso na questão “quem sou eu?” e em uma divisão entre um eu “mais profundo” ou “mais real”.

Essas questões se colocariam apenas nas sociedades com divisão do trabalho complexa, nas quais há uma diversidade de mundos acessíveis e uma possibilidade maior de discordância entre as socializações primária e secundária. Surge uma consciência maior da relatividade desses mundos, de tal modo que o indivíduo passa a se relacionar com eles como em um “papel”, podendo desligar-se deles. Subjetivamente, isso implica uma distinção entre representar e ser e na possibilidade de escolher, de certo modo, com qual desses mundos haverá uma relação de identificação.

Assim, para os autores naquela época, a identidade seria um conceito que permite articular as dimensões objetivas e subjetivas da vida social, havendo, no entanto, uma base individual anterior ao social e possível de ser pensada, até certo ponto, à parte da sociedade. Além disso, embora enfatizem o caráter processual da formação das identidades, Berger e Luckmann também afirmam uma cristalização dessas na idade adulta, que devem ser coerentes em sua articulação dos vários mundos e socializações. Nesse sentido, a identidade só se torna uma questão para o indivíduo – sujeita a inconsistências e escolhas – em determinadas conjunturas.

Identidades Reflexivas: Giddens

No título em inglês de seu livro – *Modernity and self-identity* (1991), Giddens

já apresenta sua preocupação fundamental: como se desenvolve a identidade no contexto da modernidade tardia. Nessa obra, dá continuidade às análises anteriores sobre as transformações sociais que vêm ocorrendo nesse período, dessa vez dando atenção às mudanças sofridas pelo indivíduo. Assim, as características que ele havia apontado em estudo anterior (1990) como traços daquele momento – a separação entre tempo e espaço, o desencaixe das relações sociais, a apropriação reflexiva do conhecimento – serão discutidos em relação à experiência do indivíduo, em particular o modo como constrói sua “auto-identidade”, que ele define como sendo a compreensão reflexiva do eu em termos de sua biografia.

Antes de desenvolver seus argumentos específicos sobre a modernidade, Giddens apresenta o que considera ser as bases para a formação de qualquer sentido de auto-identidade. Sua premissa é a de que *ser humano significa saber o que faz e por que faz*, isto é, é ter assim consciência reflexiva. Para tal, é preciso ter também consciência prática: aceitação tácita de categorias, o que permite monitorar continuamente as atividades e promover a sensação de segurança ontológica. Assim, a identidade pessoal é “rotineiramente criada e sustentada pelas atividades reflexivas do indivíduo” (1991, p. 52, tradução minha).

Para Giddens, faz parte dessa compreensão reflexiva do eu a relação que distingue o “eu” do “outro”, dada pela linguagem, e um conceito de pessoa, culturalmente elaborado, embora a habilidade de usar o “eu” em vários contextos seria, segundo ele, um elemento presente em todas as sociedades (*Idem*, p. 53). A continuidade no tempo e no espaço é importante não enquanto característica dada, mas sim enquanto traço interpretado reflexivamente pelo sujeito. A identidade pessoal depende também da capacidade de

manter uma narrativa biográfica particular, que integre continuamente eventos que acontecem no mundo exterior. Para tanto, o controle regular do corpo é mais um meio de manutenção dessa biografia pessoal. Assim, há tanto fragilidade como força na identidade: ela é frágil enquanto uma entre muitas histórias sobre si que o indivíduo pode contar; e é forte porque se sustenta, assim como o sentido de segurança ontológica, contra tensões e mudanças nos meios sociais pelos quais a pessoa transita (*Idem*, p. 55).

O conteúdo da identidade pessoal, em termos do material sobre o qual as biografias são construídas, varia socialmente e culturalmente. Igualmente significativas são as variações de forma e estilo, principalmente no contexto da modernidade ocidental. Nesta, o eu e sua identidade passaram a ser vistos como um projeto reflexivo pelo qual o indivíduo é responsável, com uma trajetória coerente e uma narrativa explícita. O corpo se torna um elemento importante desse projeto identitário, parte de um sistema de ação e não um objeto passivo (*Idem*, p. 77). O eixo moral desse projeto de auto-identidade passa a ser a autenticidade, que implica distinguir o falso do verdadeiro eu.

O contexto fundamental de realização desse projeto é a diversidade de escolhas que confrontam o indivíduo. Essas alternativas estão associadas à importância para a identidade pessoal do estilo de vida, como um conjunto mais ou menos integrado de práticas rotineiras atreladas a circunstâncias socioeconômicas. Embora haja limites para as possibilidades de escolha de estilos de vida, ainda assim esses são percebidos como sendo “adotados” e não “impostos” (*Idem*, p. 81). É a opção por um estilo de vida particular que fornece material para a elaboração de uma narrativa específica de auto-identidade, que envolve também o modo como se lida com o corpo – sua aparência, sua postura.

Apesar de a vida moderna ser marcada pela pluralidade de meios pelos quais transita o indivíduo, Giddens argumenta a favor da manutenção de uma coerência da auto-identidade contra autores que falam em múltiplos eus, sem um núcleo identitário interior. Ainda que os vários cenários de interação exijam ajustes de postura e comportamento, haveria, segundo ele, uma constância de conduta através da qual seria preservada uma consistência identitária. Seria, em outros termos, uma divisão entre o desempenho em contextos sociais específicos e uma identidade pessoal, mantida à parte.

Se, no geral, Giddens trata a identidade como uma questão pessoal, que na modernidade assume a forma de um projeto reflexivo, ao final de seu livro as injunções sociais mais amplas ganham espaço como forças com as quais o indivíduo tem que lidar. A narrativa da auto-identidade é moldada e alterada em um contexto de rápidas transformações sociais, locais e globais. Nesse sentido, a reflexividade dessa narrativa torna-se a forma de dar coerência a um mundo exterior em mudança. Mais ainda, o projeto identitário passa a estar articulado a uma política de vida, que restringe as decisões pautadas em critérios internos e restitui a importância das questões morais. A relação com o corpo, por exemplo, adquire uma dimensão política em virtude das várias modalidades de intervenção desenvolvidas na modernidade – desde seu cuidado diário ao tratamento de doenças –, com as quais o indivíduo tem que lidar rotineiramente.

Em linhas gerais, portanto, Giddens constrói sua discussão da identidade a partir de uma visão filosófica da natureza humana, tratada como tendo traços gerais, tais como a consciência reflexiva e a habilidade de usar o “eu” em vários contextos distintos. É essa continuidade de conduta que permite, segundo ele, falar em um núcleo identitário

interior, relativamente coerente, distinto de desempenhos em contextos específicos, lembrando assim a distinção goffmaniana entre personagem e ator, indivíduo e papéis sociais. O que se modificaria com a modernidade é o caráter explícito da percepção da identidade como projeto reflexivo construído diante da diversidade de escolhas que se coloca para o indivíduo. Mesmo nesse cenário plural, haveria ainda, para ele, uma identidade centrada e coerente.

Identidades Fragmentadas: Bauman e Hall

Em seu livro *Identidade* (2005), Bauman retoma sua preocupação com as ambivalências da modernidade. Já em estudos anteriores, se afirmava sua visão de que a tensão entre segurança e liberdade seria constitutiva da vida moderna. Seja na busca da vida em comunidade (2003) ou na fragilidade das relações afetivas (2004), esse conflito de valores estaria sempre presente. Não será diferente ao tratar a identidade, que é para o autor a encarnação mais aguçada da ambivalência (2005, p. 38).

Ao contrário dos autores anteriores, Bauman não se detém no processo de construção de identidades no geral. Mas é possível perceber, em algumas passagens, sua visão a respeito disso. Para ele, o fundamento da identidade é a resposta à pergunta “Quem sou eu?”, a qual deve gozar sempre de credibilidade. Esta é constituída em relação aos laços que unem o eu a outras pessoas, vínculos que deveriam ser como fidedignos e relativamente estáveis (2005, pp. 74-5).

Na verdade, Bauman argumenta que a questão da identidade não ocorrerá às pessoas “enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem

alternativa” (2005, p. 18). Ou seja, questionar “Quem sou eu?” só tem sentido quando se acredita que é possível ser outra coisa, quando há escolha e esta depende do sujeito. A idéia de identidade, para o autor, surge da crise do pertencimento gerada na modernidade e do esforço conseqüente em transpor a lacuna entre o “dever” e o “ser”.

Ao falar sobre a modernidade, Bauman, em vários trabalhos, discute o que ele chama de “liquefação” das estruturas e instituições sociais, que não conseguem manter sua forma por muito tempo. Essa fluidez das referências sociais cria o que ele considera o “desafio da auto-identidade” (2005, p. 56), marcado também pela responsabilidade basicamente individual de escolher uma identidade sem apoio. Assim, a identidade torna-se uma “tarefa”, que, se por um lado liberta o indivíduo dos vínculos tradicionais, coloca-se como necessidade de escolha permanente, fonte de ansiedade e ambivalência.

Neste mundo em movimento, Bauman argumenta que as identidades são no máximo quebra-cabeças incompletos, nos quais sempre faltam peças. As imagens a serem produzidas não são dadas antecipadamente e deixam de formar ao final um todo consistente e coeso, o que seria receita de uma inflexibilidade repetidamente execrada (2005, p. 59). Na verdade, o problema da coerência se coloca desde o momento a partir do qual o indivíduo passa a transitar por mais de uma “comunidade de idéias e princípios”. Com isso, as narrativas biográficas têm que lidar com a questão da continuidade e da consistência, buscando ajustes constantes que não chegam a finalizar esse jogo de ajustamento (2005, p. 61). Nesse sentido, as identidades são frágeis e provisórias.

Mesmo o contraste entre o eu e os outros, que faz parte do processo de identificação, adquire outra dinâmica nestes tempos modernos. As relações afetivas tornam-

se mais provisórias, colocando em questão a estabilidade de vínculos que são referência na construção das identidades. Em um plano mais amplo, as fronteiras entre os nós e eles – base das identidades étnicas e nacionais – estão obscuras com a globalização e a reavaliação do elo entre Estado e nação. Se essas fronteiras foram sempre construções mantidas à força para sustentar o Estado-nação, Bauman discute como seu esmaecimento provoca também a busca de refúgio em comunidades que oferecem segurança para identidades mais estáveis pelo custo da perda da liberdade (2005, p. 65). Assim, as linhas que traçam os contrastes entre identidades e alteridades perdem seus contornos fixos e claros, deslocando-se mais continuamente.

Assim como Bauman, Hall pensa a identidade em meio à modernidade, vendida deslocada e fragmentada. Tema de vários estudos seus desde a década de 1990, analisado de modo mais amplo (1996), ou específico, como no caso das identidades étnicas (1991), sua marca nessa discussão tem sido o tratamento crítico do conceito, que seria “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (1998, p. 8). Assim, mais do que refletir sobre as transformações sociais ocorridas na modernidade, Hall vai repensar o sentido da identidade a partir de diversas correntes de pensamento – do marxismo ao feminismo, da lingüística à psicanálise. Tomo como meu objeto de análise seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (1998), texto didático que traz uma síntese de seus argumentos apresentados em obras anteriores.

Hall aponta para uma transformação estrutural distinta, no fim do século XX, que vem fragmentando as “paisagens culturais” de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e

nacionalidade. Antes eram elas referências sólidas para a localização social dos indivíduos, que também se pensavam como sujeitos integrados. É a esta perda de um “sentido de si” estável que as idéias de deslocamento ou descentramento do sujeito se referem. A crise de identidade resultaria então de um duplo deslocamento vivido pelo indivíduo moderno – de seu lugar social e cultural e de si mesmo (1998, p. 9).

Contudo, tanto quanto focalizar as mudanças sociais, Hall se dedica ao exame teórico de como o sujeito foi pensado a partir do Iluminismo. Nesse plano, ele assume uma postura contra qualquer concepção essencialista ou fixa da identidade, que teria predominado até recentemente. Tal visão permeou as noções de sujeito do Iluminismo e da sociologia até a primeira metade do século XX, divisão que ele apresenta de forma assumidamente esquemática. Na primeira, teríamos uma concepção de indivíduo centrado, singular, unificado, racional, consciente, capaz de agir. Seu “centro” estaria em um núcleo interior que surgia com o nascimento do sujeito e se desenvolvia com ele, “ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo” (1998, p. 11).

Tal essência se mantém ainda no que Hall chama de sujeito sociológico. Com a modernidade e a crescente complexidade da vida social, vem a percepção de que esse centro interior não era autônomo, mas formado na relação com outras pessoas que mediavam para o indivíduo valores e significados. Assim, surge a idéia de que a identidade é constituída na interação entre o eu e a sociedade, mantendo-se a visão de uma essência interior, um “eu real”, embora este exista em diálogo com os mundos culturais “exteriores”. Indivíduo e sociedade são aqui entidades separadas, mas conectadas através da

identidade, que “estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam” (1998, p. 12).

O sujeito pós-moderno, que não teria uma identidade fixa nem essencial, é produzido tanto pelas transformações sociais que fragmentam os cenários sociais e culturais como por mudanças teóricas na segunda metade do século XX. Hall aponta cinco grandes correntes do pensamento que teriam contribuído para um descentramento do sujeito cartesiano. A releitura do marxismo na década de 1960 problematiza a noção de agência individual, situando-a em relações sociais dadas historicamente. A teoria de Freud sobre o inconsciente e a interpretação feita por Lacan recolocam a idéia do eu unificado como uma imagem que é aprendida gradualmente e que permanece sempre incompleta, “em processo”. A lingüística estrutural de Saussure e sua apropriação por Derrida relativizam a visão do sujeito como “autor” das afirmações que ele faz, uma vez que a língua é um sistema social que preexiste ao indivíduo e cujos significados, embora submetidos a regras de utilização, são instáveis. O trabalho de Foucault em torno de uma “genealogia do sujeito moderno” mostra como sua individualização é intensificada pela ação do poder disciplinar, fruto das novas instituições coletivas. Por fim, o feminismo, enquanto crítica teórica e movimento social, contesta noções de público e privado, mostrando que “o pessoal é político” e politizando assim a formação de identidades e subjetividades.

A partir desses descentramentos, Hall argumenta que a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (1998, p. 13). Além disso, são várias as identidades que o indivíduo assume em diferen-

tes situações, havendo muitas vezes contradições entre elas. Assim, não haveria uma identidade unificada em torno de um eu coerente, sendo esta imagem construída e mantida somente através de uma narrativa de si. Com a multiplicação dos sistemas culturais, o sujeito se vê diante de uma variedade “desconcertante e cambiante” de identidades possíveis. Portanto, segundo o autor, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (1998, p. 13).

Hall e Bauman problematizam assim a concepção de uma identidade fixa e coerente, ressaltando por sua vez o caráter dinâmico dos contextos de interação, bem como contradições na própria vivência subjetiva. Em ambos, essa postura crítica parte da necessidade de adequar o conceito a várias características das sociedades ocidentais modernas, que acentuam o dinamismo e o pluralismo das identidades, além da fragilidade das coerências identitárias. Em Hall, encontramos ainda um questionamento da identidade que advém de várias correntes teóricas que repensam, de modo mais geral, o sujeito e sua relação com a identidade.

A Visão da Antropologia: Moore e Handler

Ao contrário dos outros autores, Moore e Handler vêm trabalhando com o problema da identidade a partir de vinculações específicas – de gênero e nacional, respectivamente, particularmente em contextos culturais específicos. Assim é que suas discussões mais gerais sobre o conceito, que analiso abaixo, provêm de capítulos de livro. Na verdade, esta é uma tendência mais comum na antropologia, que tradicionalmente lidou com manifestações particulares da identidade, com os trabalhos pioneiros sobre identidade

étnica já na década de 1960. O foco em formações identitárias específicas e a relativa falta de análises mais gerais do conceito revelam uma postura antropológica que problematiza a adoção ampla dessa categoria.

Em seu livro *A passion for difference* (1994), Moore discute alguns impasses em torno das identidades de gênero a partir da antropologia feminista. Antes porém de tratar das questões de corpo, gênero e sexualidade, a autora faz uma reflexão sobre o estado do debate sobre identidade na antropologia, que, segundo ela, tem contribuído pouco para a discussão. Para Moore, isto é paradoxal, uma vez que a relativização dos conceitos de pessoa e de eu, que já vêm sendo estudados em várias sociedades nas últimas décadas, colabora para uma crítica do sujeito racional e unificado do pensamento ocidental moderno. Moore localiza a dificuldade em torno de algumas tensões a respeito do que seriam qualidades universais do sujeito e o que seriam noções culturalmente específicas.

Nesse sentido, haveria um consenso sobre o fato de que a capacidade de ter consciência de si, a habilidade de distinguir entre o eu e o outro e a apreensão de continuidade do eu seriam vistos como essenciais para o funcionamento humano. Já o tipo de relação entre o eu e o outro, a separação entre corpo e mente – quando existe este último conceito –, e se a agência e a motivação são concebidas como surgindo de dentro ou de fora do sujeito, são idéias que variam culturalmente.

Por outro lado, há mais divergência sobre até que ponto os modelos culturais locais seriam constitutivos de processos psicológicos. Alguns acreditariam em uma função da memória independente de como ela é pensada em contextos particulares. Contudo, eles reconhecem que, como os processos psíquicos são relacionais, a nature-

za da relação entre o eu e o outro, bem como o conjunto de relações sociais e sistemas simbólicos desempenham um papel importante na formação da subjetividade (1994, p. 31). Admitem, portanto, que, em alguns lugares, as pessoas não acreditam que o eu é unificado ou delimitado nem que a essência da identidade reside no corpo.

Moore também localiza certa ansiedade quanto à atribuição da capacidade de agência a pessoas que não se pensam como separadas umas das outras. Estaria por trás desse debate o confronto entre um modelo ocidental de sujeito e outras concepções de pessoa, nas quais o corpo nem sempre é a fonte ou núcleo da identidade; a noção de eu interior nem sempre existe e, caso exista, pode estar na origem da intenção ou da agência.

No discurso filosófico do ocidente moderno, por sua vez, a questão da identidade reside na idéia de uma essência ou núcleo do sujeito que existiria antes de sua inserção social e que teria no corpo sua base fundamental, conferindo continuidade ao indivíduo ao longo do tempo. Entretanto, se a experiência corporal é um fato significativo, ela não pode ser tomada como definidora da identidade de uma pessoa em todas as sociedades. Do mesmo modo, atributos como continuidade e coerência da pessoa são social e culturalmente estabelecidas.

Portanto, para Moore, o problema de fundo, ao discutir a questão da identidade, parece estar na necessidade de reconhecer a existência de outros modelos de pessoa e de eu, os quais colocam em cheque afirmações e conhecimentos baseados em uma noção ocidental de sujeito. Mais ainda, seria preciso admitir também que não há apenas um discurso ou modelo de pessoa em cada sociedade, mas vários, alguns dos quais são dominantes e outros adequados a contextos bastante específicos. Para ser válida enquanto conceito, seria preciso então tomar a

identidade como “algo que tem que ser socialmente definido através de um conjunto de discursos que são ao mesmo tempo discursivos e práticos” (1994, pp. 36-7), implicando noções particulares do que seja um sujeito.

No artigo de Handler (1994), o título já apresenta sua preocupação fundamental: o conceito de identidade é útil nas comparações entre culturas? Assim como Moore, ele situa a identidade como uma categoria peculiar ao mundo ocidental moderno, que traz alguns sentidos específicos e problemáticos para estudos comparativos. Seja em referência ao indivíduo, seja em termos de coletividades ou grupos, a identidade seria uma qualidade de singularidade, originada de dentro e não de fora, mantendo-se a mesma ao longo do tempo. Mesmo no discurso acadêmico, Handler aponta uma tensão entre uma visão da identidade enquanto atributo essencial, unitário e fixo e outra na qual ela é construída e reconstruída através da ação histórica.

Além disso, Handler argumenta que o conceito de identidade pressupõe uma visão de sujeito cultural e historicamente específica. A noção de um sujeito singular e contido, cujo corpo é fonte desse limite e de continuidade ao longo do tempo, é freqüentemente ausente em muitos lugares. Assim, o discurso recente sobre identidade parece mais ser fruto da disseminação de idéias hegemônicas sobre modernidade e etnicidade do que da universalidade de uma preocupação coletiva com identidade (1994, p. 38). Portanto, Handler questiona se o conceito de identidade é útil na análise de sistemas culturais distintos, embora afirme sua função política na luta de minorias por reconhecimento e direitos.

Seria importante então, aponta Handler, examinar criticamente o conceito de identidade, assim como vem acontecen-

do com outras noções das ciências sociais, como “cultura”, “tradição” e “grupo étnico”. A reificação destas últimas enquanto entidades delimitadas e fixas no tempo estaria associada a uma ideologia nacionalista hegemônica, segundo a qual as nações são unidades com identidades singulares, definidas no tempo e no espaço e internamente homogêneas quanto ao seu conteúdo cultural. Recentemente, esses conceitos, bem como essa ideologia, vêm tendo tais atributos questionados e substituídos por uma visão de processos de construção e negociação, marcados por pluralidade de vozes e disputas internas. Falta, portanto, submeter o conceito de identidade à mesma crítica para repensar seus contornos e sua dinâmica, levando em conta que a noção de um sujeito autônomo e único é particular no tempo e no espaço.

Considerações Finais

A partir desta análise, gostaria de salientar algumas questões mais gerais. Primeiro, em todos os autores recentes, o conceito de identidade precisa de ajustes, alguns mais conjunturais – às características da modernidade tardia –, alguns mais estruturais – com questionamentos inclusive sobre a sua utilidade. Mesmo Berger e Luckmann já previam alterações na forma de vivenciar a identidade em sociedades altamente diversificadas. Segundo, o modo de pensar esses ajustes está relacionado à forma de elaborar a relação entre indivíduo e sociedade ou cultura. Em todos os autores, pensar o conceito de identidade implica levar em conta um modelo de sujeito. A maior diferença entre eles está no quanto esse modelo é aceito como fato ontológico, como entidade que pode ser até certo ponto pensada à parte da sociedade, ou se é visto como um desenho

histórica e culturalmente elaborado, como categoria cujos significados mudam através do tempo e do espaço.

Para os analistas das sociedades ocidentais, encontramos a percepção de que as transformações que caracterizam a modernidade afetam fundamentalmente o sujeito e, portanto, torna possível falar da categoria identidade. Essas mudanças são vistas como modificando o caráter da relação entre o sujeito e os outros que integra o processo de construção da identidade. Um consenso entre todos é o fato de que, na sociedade ocidental moderna, a elaboração da identidade implica escolha – de outros significativos, de estilos de vida, de narrativas biográficas. Nesse sentido, o desenvolvimento acentuado do consumismo não apenas coloca para o sujeito um amplo leque de escolhas, como também as torna cada vez mais provisórias.

O que vai variar entre os autores é o quanto essa nova relação entre o eu e os outros – mais instável e mais plural em termos de suas referências – gera também uma nova construção subjetiva. De um lado, temos Giddens que fala em maior reflexividade do eu, mas mantém a visão de um núcleo central fixo e coerente. De outro, temos Hall, que vê a identidade e o sujeito como “celebrações móveis” – múltiplas e potencialmente incoerentes –, localizando esse sujeito em um tempo e espaço específicos.

A questão da coerência remete ao problema de até que ponto as identidades são elaboradas contextualmente. Nas visões de Berger, Luckman e Giddens, existiria um núcleo fixo, separável do mundo interiorizado na socialização secundária e do desempe-

nho de papéis, que permite pensar em uma base identitária relativamente contínua e consistente. Para Bauman e Hall, não haveria tal núcleo do sujeito, sendo as identidades – no plural – (trans)formadas em cada contexto, podendo inclusive entrar em contradição umas com as outras.

Essa visão situacional das identidades e do sujeito é compartilhada por Moore e Handler, como exemplos da perspectiva antropológica sobre o assunto. Trabalhando com um campo mais vasto, são vários os modelos de sujeito possíveis em sociedades distintas e o conceito de identidade é avaliado com restrições. Mesmo no mundo ocidental moderno, é preciso considerar que há uma história por trás da visão do indivíduo autocontido, autônomo e coeso, e mesmo essa visão coexiste com outras formas de pensar o sujeito. Para Moore, o conceito pode ser útil se definido de forma mais genérica, menos embasado em um modelo específico de sujeito. Para Handler, a discussão sobre identidade deveria estar restrita às sociedades ocidentais modernas, visto que está marcada por significados particulares a elas.

De modo geral, portanto, o debate sobre o conceito de identidade traz consigo elementos particulares às sociedades ocidentais modernas. Seja na necessidade de ajustar sua definição às transformações recentes, seja na crítica ao seu uso em outras sociedades com modelos variados de sujeito, a reflexão sobre identidade aponta para uma categoria marcada pela sociedade e pelo tempo que a engendram.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. (2003), *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. (2004), *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. (2005), *Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. (1973/1985), *A construção social da realidade*. 6. ed. Petrópolis, Vozes.

CALHOUN, Craig. (1994), "Social theory and the politics of identity", in Craig Calhoun (org.), *Social theory and the politics of identity*, Oxford, Blackwell.

GIDDENS, Anthony. (1990), *The consequences of modernity*. Oxford, Polity Press.

_____. (1991), *Modernity and self-identity*. Oxford, Polity Press.

GOFFMAN, Erving. (1999), *A representação do eu na vida cotidiana*. 8. ed. Petrópolis, Vozes.

HALL, Stuart. (1991), "Old and new identities, old and new ethnicities", in Anthony D. King (ed.), *Culture, globalization and the world-system: contemporary conditions for the representation of identity*. New York, State University of New York at Binghamton.

_____. (1996), *Questions of identity*. Londres, Sage.

_____. (1998), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro, DP&A.

HANDLER, Richard. (1994), "Is 'Identity' a useful cross-cultural concept?", in John Gillis (org.), *Commemorations: the politics of national identity*, Princeton, Princeton University Press.

MOORE, Henrietta. (1994), *A passion for difference*. Oxford, Polity Press.

• Artigo recebido em abr/2007

• Aprovado em ago/2007

Resumo

Identidade e contexto: algumas questões de teoria social

Neste ensaio, examino a forma como o conceito de identidade vem sendo discutido nas ciências sociais, a partir dos trabalhos de Peter Berger e Thomas Luckmann, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Henrietta Moore e Richard Handler. Com exceção dos dois primeiros, que discutem a identidade de forma mais geral, os outros autores pensam a configuração das identidades no mundo moderno e suas implicações teóricas. Parto de duas questões fundamentais: a construção de sujeito que orienta a discussão, em particular o problema da existência ou não de uma essência como base da identidade; e o grau de relativização dessa concepção de sujeito no tempo e no espaço, em especial na modernidade ocidental.

Palavras-chave: Identidade; Teoria social; Modernidade ocidental; indivíduo.

Abstract

Identity and context: some issues in social theory

In this article, I examine the way in which the concept of identity is used in the social sciences, through the works of Peter Berger and Thomas Luckmann, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Henrietta Moore, and Richard Handler. With the exception of the first two, who discuss identity in general, the others have looked at identity configurations in the modern world and their theoretical implications. My analysis tackles two issues: notions of the subject which underlie the discussion, in particular whether or not there is an essential basis to identities; and the degree to which this concept of the subject varies in time and space, especially its forms in the modern West.

Keywords: Identity; Social theory; Western modernity; individual.

Résumé

Identité et contexte: quelques questions de théorie sociale

Dans cet article, j'examine, à partir des travaux de Peter Berger et Thomas Luckmann, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Henrietta Moore et Richard Handler, la façon par laquelle le concept d'identité est abordé dans les sciences sociales. À l'exception des deux premiers, qui discutent l'identité de façon plus générale, les autres auteurs analysent la configuration des identités dans le monde moderne et ses implications théoriques. J'ai eu comme point de départ deux questions fondamentales: la construction du sujet qui oriente la discussion, en particulier le problème de l'existence ou pas d'une essence en tant que fondement de l'identité ; et le degré de relativisation de cette conception du sujet dans le temps et dans l'espace, en particulier dans le cadre de la modernité occidentale.

Mots-clés : Identité; Théorie sociale; Modernité occidentale; individu.

Violência na Família: a Necessidade de uma Abordagem Cultural

A partir da influência pioneira das abordagens feministas, tornou-se quase incontornável reconhecer a influência das dimensões culturais da violência intra-familiar. No entanto, a produção científica nesse domínio tem sido escassa, sendo raros os estudos que identificam empiricamente os mitos e crenças culturais subjacentes à violência, a forma como estas dimensões influenciam o comportamento de ofensores e vítimas, ou o modo como as mudanças no contexto cultural podem afetar as taxas e formas de violência. De fato, a investigação sobre a violência intrafamiliar tem privilegiado a identificação da prevalência dos diferentes atos abusivos e o estudo exaustivo dos seus efeitos, a curto e longo prazo, em detrimento de outros temas.

Também no plano teórico, a dimensão cultural tem sido remetida para um plano periférico, já que, embora os aspectos culturais sejam quase sempre mencionados quando se discutem os fatores de risco para a violência, tal referência raramente ultrapassa um caráter genérico, centrando-se a discus-

são habitualmente nas dimensões de ordem pessoal e familiar facilitadoras do abuso.

Nesse contexto, torna-se importante destacar duas abordagens explicativas da violência que têm concedido maior atenção ao tema, nomeadamente os autores que enfatizam uma abordagem ecológica do fenómeno dos maus tratos e as perspectivas feministas. Assim, enquanto as primeiras destacam o contexto sociocultural dos maus tratos, focando a sua análise sobretudo nas dimensões do suporte social e da estrutura socioeconómica que facilitam a violência, as perspectivas feministas destacam a organização sociocultural patriarcal como estando na origem dos relacionamentos violentos.

Mais recentemente, contudo, vários autores têm reclamado a necessidade de maior atenção às questões culturais, enfatizando, entre outros aspectos, as dificuldades de definição e de avaliação dos maus tratos incrementadas pela variabilidade cultural, a hiper-representação dos grupos desfavorecidos e minoritários entre a população alvo de intervenção judicial (Abney, 2002) e a intersecção de género, classe e raça na experiência de marginalização e violência. Tal consciência tem também conduzido a um

* Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto Enquadramento Cultural da Violência contra Mulheres e Crianças (2001), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III, com co-participação do Feder (Fundo Comunitário Europeu).

crescente número de autores preocupados com a competência cultural dos técnicos, isto é, com a necessidade de estes estarem preparados para entender, o melhor possível, a visão do mundo dos sujeitos com os quais lidam, adaptando as suas práticas às especificidades culturais (*Idem*). Atendamos, então, à forma como essas preocupações têm dado lugar a abordagens mais atentas à dimensão cultural da violência familiar.

Cultura e Violência Familiar: Modelos de Influência e Estudos Empíricos

Levesque (2001) identifica cinco dimensões através das quais a cultura pode afetar a violência: a definição do que é ou não uma conduta abusiva, o estímulo ou não do relato dos maus tratos sofridos e a entidade junto da qual é buscado suporte, a forma pela qual as atitudes culturais estimulam, legitimam ou desculpabilizam o abuso, o impacto da violência experienciada, e o significado que lhe é atribuído, quer pela vítima quer pelo contexto social.

A análise dessas diferentes dimensões não tem sido igualmente abordada pelos estudos, e a maioria das investigações empíricas que tratam da dimensão cultural dos maus-tratos tem sobretudo tentado identificar os níveis e formas de violência experienciados em diferentes contextos sociais. Isso resulta numa literatura já significativa mas pouco sistemática sobre os níveis de maus-tratos familiares em vários países e as variáveis sociodemográficas que lhes estão associadas. Secundariamente, alguns estudos têm considerado as atitudes culturais dominantes em relação a essa forma de conduta, por vezes enfatizando a sua relação com os recursos legais ou estruturas de suporte para as vítimas. Como afirmam Machado e Dias (2007), o grau de

sensibilidade cultural desses estudos varia de forma substancial, desde aqueles que apenas replicam, em espaços geográficos diferentes, os modelos de investigação ocidentais, aos que tentam interpretar os seus resultados de prevalência no contexto cultural do estudo. Este é, por vezes, discutido a partir de pressupostos genéricos não estudados empiricamente (por exemplo, o coletivismo nos contextos asiáticos ou o machismo nas comunidades hispânicas), mas outros estudos analisam de forma mais detalhada as crenças e práticas culturais de grupos ou regiões específicas.

Assim, podemos, do nosso ponto de vista, agrupar os estudos culturais em três grandes categorias: (a) os estudos antropológicos ou etnográficos, quase sempre de natureza qualitativa e centrados em pequenas comunidades locais; (b) os estudos inter-étnicos, que comparam diferentes grupos étnicos que residem num mesmo contexto geográfico; e (c) os estudos que procuram obter indicadores sobre as taxas e atitudes quanto à violência em diferentes países e regiões do globo. Tais estudos e as categorias a que pertencem estão tabulados nos quadros 1, 2 e 3 a seguir.

O nosso objetivo neste artigo é apresentar uma revisão da investigação publicada no âmbito dessas três linhas de estudo, de forma a sistematizar conclusões e extrair orientações para futuros estudos e para a intervenção no foro da violência íntima. Essa revisão baseia-se numa pesquisa sistemática nas revistas publicadas entre 1985 e 2005 nas bases de dados *PsycARTICLES*, *PsycINFO1887*, *Sociology: A SAGE Full-Text Collection*, *EBSCO-HOST: Research Databases* e *IBSS – International Bibliography of the Social Science*, para além da análise, necessariamente menos exaustiva, dos livros e monografias publicadas no mesmo período.

Estudos Antropológicos e Etnográficos

Como podemos ver no Quadro 1, é possível estabelecer, dentro dos estudos antropológicos, uma diferenciação adicional: as investigações de tipo correlacional (que procuram associar os níveis de violência documentados em diferentes contextos com as condições de vida aí experienciadas – cf. Levinson, 1989) e os estudos descritivos, centrados em comunidades específicas, tais como os de Hautzinger (2003), de Tang, Wong e Cheung (2002) ou de Counts, Brown e Campbell (1999).

Globalmente, esses estudos têm documentado a ampla disseminação do fenômeno da violência contra as mulheres – bem mais do que dos maus-tratos infantis –, havendo mesmo autores (Campbell, 1999) que o consideram uma variável universal.

Apesar da generalização do problema, os estudos mencionados identificam claramente diferentes perfis de vitimação: por exemplo, a distinção estabelecida entre *wife beating* (atos de agressão pontual de gravidade menor a moderada) e *wife battering* (agressão severa e recorrente, exercida num contexto de controle coercivo) no estudo de Counts, Brown e Campbell (1999). Por sua vez, Levinson (1989) distingue sociedades onde a agressão apenas é tolerada em situações de adultério, outras onde é aceita caso seja percebida como merecida (por exemplo, pelo não-cumprimento de deveres por parte da mulher) e, finalmente, grupos culturais onde a agressão conjugal é tolerada de modo indiferenciado. Segundo o autor, embora as primeiras situações sejam muito comuns, a tolerância indiscriminada da violência é substancialmente mais rara. Tais dados são corroborados pela afirmação de Campbell (1999) de que a maioria das culturas dispõe de algum tipo de norma reguladora da vio-

lência, estabelecendo parâmetros dentro dos quais ela é considerada aceitável e não suscita intervenção externa, mas permitindo interferência quando a agressão é claramente percebida como excessiva, perigosa ou imotivada.

Do ponto de vista dos fatores preditores dos maus-tratos, esses estudos têm relacionado a violência conjugal com o estatuto social inferior da mulher, a sua falta de recursos econômicos, o isolamento da mulher e a centralidade das alianças masculinas no tecido social. Por outro lado, os estudos antropológicos têm também valorizado a existência de fatores protetores contra a violência conjugal, como a visibilidade pública da atividade doméstica, a existência de sanções imediatas e percebidas como certas (que podem ir desde castigos legais à retaliação familiar ou à crença numa sanção divina), a disponibilidade de estruturas de apoio para as mulheres que queiram abandonar o casamento, e a existência de redes de solidariedade feminina (Campbell, 1999).

É, contudo, de salientar o papel ambivalente das relações entre mulheres, que podem ser fortemente protetoras (Levinson, 1989), mas também um estímulo e uma fonte de legitimação da violência. Tal é o caso, por exemplo, quando a hierarquia de gênero está associada a uma forte hierarquia etária e quando a cultura valoriza em extremo a subordinação e a castidade feminina, casos em que freqüentemente as mulheres mais velhas estimulam ou legitimam a violência contra as mais novas, quer para preservarem a sua aceitabilidade social (por exemplo, mutilação genital feminina por parte das mães para manterem o valor social das filhas), quer para reforçarem o estatuto pessoal e interesses familiares (exigência de dotes e de subordinação da noiva à sogra, associada a agressões no caso de não-cumprimento desses deveres) (Campbell, 1999).

Quadro 1:
Estudos Antropológicos e Etnográficos

Comunidades/ Sociedades	Autores e data	Objetivos	Conclusões
90 sociedades camponesas de pequena dimensão	Levinson, 1989	Identificação do grau de disseminação da violência conjugal e normas culturais relativas à mesma	<p>A violência conjugal está presente em 84,5% das sociedades estudadas: ocorria em quase todos os casais em 18,8%, na maioria em 29,9%, numa minoria de casamentos em 37,8% e nunca ou raramente em 15,5%.</p> <p>Existência de normas reguladoras da violência:</p> <p>– sociedades onde a agressão apenas é tolerada em situações de adultério, outras onde é aceita caso seja percebida como merecida (por exemplo, pelo não-cumprimento de deveres por parte da mulher) e, finalmente, grupos culturais onde a agressão conjugal é tolerada de modo indiferenciado. As primeiras situações são as mais comuns, sendo a tolerância indiscriminada da violência substancialmente mais rara.</p> <p>Quatro fatores culturais preditores da violência conjugal: (i) a desigualdade econômica entre sexos, (ii) o recurso usual à violência como forma de resolução dos conflitos, (iii) a autoridade masculina em casa e (iv) a impossibilidade de divórcio.</p>
Brasil: Salvador, Bahia	Hautzinger, 2003	Análise da violência contra a mulher sob a perspectiva da masculinidade	<p>Diferenciação entre dois tipos de violência: a vitimação decorrente do domínio do homem e a vitimação por contestação, em que as mulheres confrontam os padrões masculinos de autoridade e recusam-se a submeter-se. A vitimação por dominação assenta numa relação de poder assimétrica, em favor do homem; a violência é crônica, unidirecional, sistemática e de maior severidade; os padrões patriarcais são mantidos, o estatuto de poder e domínio são assegurados. A vitimação por contestação assenta numa relação de poder inconsistente e relativamente mais equilibrada, em que há conflitos de objetivos, interesses, desejos e necessidades; a violência é mais aguda, esporádica e flutuante, menos severa e pode ser mútua; verifica-se o desafio dos valores patriarcais, as mudanças nos papéis sociais e de gênero e o conflito dentro dos modelos de masculinidade fortemente enraizados.</p> <p>A coexistência dos modelos de masculinidade assentes na dominância e poder do homem com as mudanças atuais dos papéis e relações de gênero explica a convivência das duas situações de vitimação.</p>

Continua

Continuação

Comunidades/ Sociedades	Autores e data	Objetivos	Conclusões
China, Japão e Taiwan	Tang, Wong e Cheung, 2002	Análise da construção social da mulher como vítima legítima de violência	A representação do homem como não tendo controle sob os impulsos e da mulher como objeto sexual e provocadora desses impulsos contribui para o uso e legitimação da violência contra a mulher. Crenças em torno do dever da obediência da mulher e das virtudes que esta deve possuir: a mulher deverá sacrificar-se de modo a preservar a harmonia familiar e a honra grupal. Neste quadro cultural, a violência é freqüentemente percebida como um meio legítimo, ainda que indesejável, de disciplinar uma mulher que infringe essas prescrições culturais.
Nova Zelândia (Samoa)	Crichton-Hill, 2001	Identificação dos valores culturais samoanos e sua relação com a violência conjugal	A violência conjugal parece estar essencialmente relacionada com a progressiva nuclearização da família (quebra no controle social mas lato) e isolamento social das mulheres vitimizadas. Outras condições culturais, freqüentemente mencionadas nos estudos conduzidos em contexto ocidental (exemplo, objetificação da mulher, crenças numa ordem natural com primazia masculina) não se verificam neste contexto.
Estudo em 16 contextos cultu- rais: Austrália (população aborí- gine); África (Nova Guiné, Botsuana), América do Sul (Equador, Belize), Ásia (Índia, Taiwan), Oriente Médio (Irã) e Ilhas Fidji	Counts, Brown e Campbell, 1999	Identificação dos níveis de violência e fatores culturais facilitadores em várias comunidades	Distinção entre <i>wife beating</i> (agressões mais pontuais e de menor gravidade, existentes na grande maioria das sociedades), <i>wife battering</i> (atos severos e recorrentes de violência e controle masculino) e violência mútua no casal. Identificação do <i>battering</i> como quase exclusivamente dirigido contra as mulheres. Correlação entre níveis de <i>wife beating</i> e <i>wife battering</i> . Preditores da violência mais grave: ciúme sexual, definição da mulher como propriedade masculina, Protetores da violência: poder feminino fora da esfera doméstica, seja econômico ou mágico; sanções sociais contra a violência; refúgio para as mulheres vitimadas; intervenção social ou da comunidade perante situações de abuso.

Estudos Interétnicos

Freqüentemente os dados nacionais de prevalência da violência conjugal são apresentados como um todo, esquecendo as variações regionais, de classe ou étnicas. O conhecimento disponível sobre esse fenômeno tem pois sido acusado de negligenciar a experiência das mulheres de grupos étnicos minoritários, negligência essa por vezes atribuída ao fato de as abordagens feministas, centradas predominantemente na questão de gênero, terem até há algum tempo controlado conceitualmente a investigação nesse domínio. Assim, autores como Kastirirangan, Krishnan e Riger, 2004, p. 319) acusam o feminismo de “forçar as mulheres a priorizar a sua identidade de gênero sobre a sua identidade racial ou étnica”.

Saraga (1996), por exemplo, é um autor que considera que essa relutância em investigar o tema também pode advir do fato de os investigadores recearem trazer a questão racial para a discussão da violência conjugal, com medo de alimentarem os preconceitos raciais existentes na sociedade norte-americana, que estereotipa as etnias minoritárias como violentas e perigosas, especialmente no que diz respeito aos homens negros.

Mais recentemente, contudo, alguns estudos têm começado a procurar diferenciar as taxas de violência familiar entre os diferentes grupos étnicos de um mesmo país, buscando estabelecer uma ligação desses indicadores com as tradições e práticas culturais específicas de cada grupo. A maioria desses estudos tem-se desenvolvido nos Estados Unidos, mas, como podemos ver no Quadro 2, não há, mesmo aí, estudos estatísticos de grande escala, que

permitam conhecer a real taxa de prevalência da violência conjugal nas diversas comunidades étnicas. A variedade de estudos que encontramos é grande, quer na dimensão das amostras, quer no seu perfil (normativas ou clínicas), quer ainda nos seus objetivos específicos. Para nós, o mais relevante, é assinalar que muitos desses estudos não são verdadeiramente interculturais – isto é, não estabelecem comparações entre grupos – mas apenas analisam um grupo étnico específico (Mehrotra, 1999; Gillum, 2002; Cortina, 2001). No entanto, pela informação que esses estudos acrescentam a um *corpus* teórico que tem vindo a ser construído com população majoritariamente caucasiana, consideramos a necessidade de inclui-los nesta revisão, a par dos estudos com um enfoque especificamente comparativo (Hall *et al.*, 2005; Malley-Morrison e Hines, 2004; El-Khoury *et al.*, 2004; Yoshioka, DiNoia e Ullah, 2001).

Como é observável pelo quadro, a prevalência da violência tende a ser maior nos grupos desfavorecidos, especialmente entre a população negra, e tal tem conduzido a um reforço da estereotipação desses grupos como violentos e do abuso doméstico como sendo parte de seu repertório cultural (Saraga, 1996). Esse estereótipo deve, contudo, ser relativizado, quer pela consciência do viés existente na identificação da violência nos grupos desfavorecidos e minoritários (muito mais sujeitos ao escrutínio das agências de controle social e menos capazes de se proteger contra intrusões externas), quer pela consciência da variabilidade de atitudes e práticas que podem co-existir num mesmo grupo social (cf. Kastirirangan, Krishnan e Riger, 2004; Malley-Morrison e Hines, 2004).

**Quadro 2:
Estudos Interétnicos**

País	Autores e data	Grupos étnicos	Objetivos	Conclusões
EUA	Mehrotra, 1999	Mulheres ázio-índianas em grupos de apoio e mulheres ázio-índianas casadas	Avaliação da compreensão acerca do abuso e as estratégias que utilizam para lidar com situações abusivas	Reconhecimento da dimensão física, mental, verbal, emocional e econômica do abuso mas não do isolamento social a que são sujeitas. Os padrões relacionais normativos (o marido tem o poder de decisão e é esperado que a mulher use formas sutis e subterfúgios para poder ter algum controle) e as crenças (de que o confronto direto leva à recusa ou a retaliações) sustentam o evitamento do confronto direto com o perpetrador e as mulheres a não procurarem ajuda.
EUA	Yoshihama, 2000	Mulheres descendentes de japoneses vivendo nos EUA	Avaliação da influência de fatores socioculturais nas respostas das mulheres à violência conjugal (sua resistência e vulnerabilidade)	Existência de valores e normas partilhadas que intensificam o impacto negativo da violência (a tolerância, o evitamento do conflito e a indiferença à dominância masculina diminuem a capacidade de a mulher perceber os companheiros como abusivos e, mesmo quando o reconhecem, há uma forte pressão para não confrontar o perpetrador e não pedir ajuda). O fato de serem uma minoria étnica cria reservas em pedir ajuda externa, para preservar a reputação da comunidade.
EUA	Yoshioka, DiNoia e Ullah, 2001	Chineses, coreanos, vietnamitas e cambojanos vivendo nos Estados Unidos	Avaliação das atitudes relativas à violência contra a mulher	A visão monolítica da cultura asiática é posta em causa, havendo diferenças culturais nas atitudes desses subgrupos relativamente à violência contra a mulher: Os grupos do sudeste asiático (vietnamitas e cambojanos) manifestam mais atitudes que sustentam o privilégio do homem, o uso da violência e resistência ao fato de a mulher sair de casa ou ao divórcio das mulheres agredidas, em comparação com os do leste asiático (chineses e coreanos). Os coreanos são os que manifestam menos atitudes de suporte da violência, mesmo em situações específicas.
EUA	Yoshihama e Horrocks, 2002	Mulheres nipo-americanas	Análise da relação entre os sintomas de estresse pós-traumático e a percepção de vitimação	Mulheres com experiência de vitimação no passado (injúrias ou ameaças à vida), associadas à violência física e emocional por parte do companheiro, apresentam mais sintomas de DSPT (doenças derivadas de estresse pós-traumático) comparativamente com as mulheres que não sofreram esse tipo de experiência.

Continua

País	Autores e data	Grupos étnicos	Objetivos	Conclusões
EUA	Markowitz, 2001	Amostra representativa da população americana – inclui um grupo de “não-brancos” (maioria porto-riquenhos)	Avaliação das atitudes relativas à violência conjugal	Os “não-brancos” têm uma atitude mais favorável ao uso da violência contra a mulher, mas relatam menores índices de violência.
EUA	Gillum, 2002	Mulheres descendentes de japoneses vivendo nos EUA	Homens afro-americanos	Relação entre o tipo de estereótipos femininos e a legitimação do uso da violência – o estereótipo da “sedutora/meretriz” é o mais fortemente relacionado com a legitimação. Prevalência do estereótipo matriarcal/dominador, que é também legitimador da violência.
EUA	El-Khoury, Dutton, Goodman, Belamaric e Murphy, 2004	Mulheres caucasianas e afro-americanas	Avaliação das diferenças no uso dos serviços de saúde geral, dos serviços de saúde mental e o papel da espiritualidade nas vítimas de violência	A espiritualidade assume especial importância nas mulheres afro-americanas, sendo a reza uma das estratégias de <i> coping </i> mais usadas e valorizadas perante a violência. Tal é acompanhado por uma diminuição no recurso à ajuda externa.

País	Autores e data	Grupos étnicos	Objetivos	Conclusões
EUA	Malley-Morrison e Hines, 2004	Índios americanos, afro-americanos, hispânicos/latinos e asiático-americanos	Análise do impacto de fatores socioculturais nos índices de violência desses grupos étnicos	Elevados níveis de violência conjugal entre as minorias étnicas; associação da violência com os níveis de pobreza e exclusão desses grupos. Fatores culturais específicos facilitadores da violência: – na comunidade negra: desconfiança em face da cultura dominante (especificamente da polícia), familiarismo (preservação da família e proteção contra intrusões externas); – na comunidade latina: marianismo, fatalismo e forte catolicismo; – na comunidade asiática: coletivismo, evitamento do conflito, evitamento da vergonha, fatalismo.
EUA	Kim e Zane, 2004	Homens coreanos-americanos e europeus-americanos	Avaliação das variações étnicas e culturais na regulação da raiva e de padrões de vinculação e sua influência na violência física conjugal	Diferenças culturais e étnicas na regulação das emoções e nos padrões de vinculação: – os coreanos apresentam maiores níveis de raiva, menos comportamentos de controle e maiores índices de violência; – a adesão aos papéis tradicionais de gênero poder explicar esses resultados.
EUA	Berkel <i>et al.</i> , 2005	Adolescentes afro-americanos	Avaliação das crenças acerca do abuso masculino nas relações íntimas	Não percebem a violência sexual como forma de abuso no namoro; partilham atribuições causais intra-indivíduas; há elevada tolerância ao abuso verbal. As jovens mostram dificuldade em acabar as relações abusivas devido à crença de que há poucos homens de raça negra disponíveis para casar. Fontes de suporte: a fé e o apoio da igreja à qual pertence.

No entanto, é evidente a exacerbação do impacto da violência nas comunidades minoritárias – especialmente se estiverem em situação de emigração –, seja pelo desconhecimento da língua, seja pelo afastamento da família e da comunidade, ou ainda pela falta de acesso a trabalho qualificado, pela própria instabilidade legal, pelas experiências prévias no próprio país de origem, e pelos recursos reduzidos que encontram no país anfitrião. Acrescente-se a isso que as mulheres negras encontram frequentemente respostas discriminatórias quer das agências oficiais de realojamento quer dos próprios movimentos feministas, traduzidas em menor apoio econômico, residencial e jurídico (Dallos e McLaughlin, 1993).

Esses fatores podem também, obviamente, constituir condições favoráveis à emergência da violência, na medida em que aumentam as dificuldades cotidianas experienciadas pelos sujeitos de etnias minoritárias e, como tal, o seu grau de estresse. Isso significa que o maior nível de violência desses grupos, embora eventualmente associado a fatores culturais específicos (por exemplo, inconsistência entre as novas condições de vida e as tradições culturais enraizadas, tal como o homem perder o papel de ganha-pão e ser a mulher a sustentar a família), poderá também ser explicado pelas suas condições estruturais de vida, assim como pelo racismo e marginalização social a que são votados. De forma paradoxal, esse racismo poderá favorecer a criação de mecanismos de coligação étnica em detrimento dos interesses individuais ou de gênero, levando as mulheres a não denunciar situações de abuso pelo receio de reforçar os estereótipos que pesam sobre os homens do seu

grupo étnico (Kastirirangan, Krishnan e Riger, 2004).

Estudos de Prevalência em Diferentes Contextos Geográficos

As dificuldades na definição de violência, os diferentes intervalos temporais considerados nos estudos (últimos seis meses, último ano, vitimação ao longo da vida), o viés de amostragem (sobre-representação da população desfavorecida ou com queixa clínica) e o recurso a diferentes estratégias de inquérito (auto-relatos de ofensas, auto-relatos de vitimação, relatos de profissionais ou de figuras significativas da comunidade, relatos retrospectivos) têm conduzido a uma situação algo paradoxal, em que a proliferação de estudos de prevalência é acompanhada por alguma dificuldade em delimitar a amplitude da violência no seio da família. Essa situação afeta tanto a investigação conduzida em contexto ocidental como a que, sobretudo desde a década de 1980, começou a ser publicada sobre outras zonas do mundo, ainda que a generalidade dos estudos pareça convergir no sentido de confirmar a elevada prevalência e disseminação desse fenômeno.

Apresentamos a seguir uma revisão de estudos sobre a prevalência da violência conjugal, conduzidos em vários contextos culturais, incluindo aqueles que – mesmo sem fornecerem indicadores estatísticos – procuram elucidar as dimensões culturais favorecedoras do fenômeno. Como podemos ver no Quadro 3, a grande maioria desses estudos não possui um caráter verdadeiramente intercultural, restringindo o seu âmbito a um único contexto geográfico ou país, mas, no seu conjunto, consideramos que contribuem para construir uma visão intercultural do fenômeno.

Como podemos verificar no Quadro 3, a violência contra a mulher no contexto conjugal é presente em todos os países e culturas, ainda que seja difícil estabelecer uma verdadeira análise comparativa do fenômeno. Para além dos diferentes instrumentos e metodologias utilizadas, as próprias formas de violência avaliadas variam de estudo para estudo e nem todos distinguem as várias formas de violência (a maioria enfatiza a violência física e noutros não é possível discriminar a agressão física, psicológica, sexual, social e econômica). Por outro lado, o período de vitimação considerado influencia também as taxas de prevalência e impede a sua comparação, já que alguns estudos se referem à violência ocorrida no último ano, enquanto outros focam a violência ao longo da vida (outros ainda não especificam o período temporal considerado). Uma dificuldade adicional prende-se à variação nos critérios de seleção das amostras, que podem ir desde o nível nacional até amostras locais ou clínicas. Ainda no plano amostral, há estudos que focam as mulheres casadas ou que vivem maritalmente e outros as que, mesmo sem terem um companheiro atual, já foram alguma vez casadas, havendo também variações consideráveis nas faixas etárias inquiridas. A própria metodologia diverge substancialmente, desde o recurso a inquérito até a estudos de foro qualitativo.

Apesar das limitações apontadas, é incontornável a conclusão de que a violência contra a mulher no contexto íntimo é um problema mundial, ainda que sejam notórias as variações nas taxas de prevalência da violência entre os vários países. Para além de outros fatores sociais explicativos, parece haver fatores culturais específicos que influenciam a interação entre o gênero e a estrutura política, social, religiosa e familiar, com impacto na dimensão e formas que a violência pode assumir (Walker, 1999). Um

exemplo claro dessa interação específica e correspondente emergência de formas de violência prototípicas de um determinado contexto cultural são os “*bride-burnings*”.

As variações encontradas podem também remeter para a relação entre a violência, a percepção dos direitos da mulher e o seu estatuto social, já que os dados sugerem que a violência – ainda que subsista – tende a ser menor nos contextos sociais onde há maior igualdade de gênero.

Para uma Análise Integrativa dos Estudos Interculturais

Uma primeira conclusão a retirar dessa revisão da literatura refere-se à dificuldade em definir e partilhar significados relativamente àquilo de que falamos quando o assunto é violência. Na maioria das culturas não-ocidentais, a violência é percebida do ponto de vista da agressão física, não se levando em conta a violência verbal, emocional, econômica e sexual. Por outro lado, mesmo nos países ocidentais e dentro dos vários tipos de violência, não há um limiar definido ou critérios que distingam o que é ou não considerado um comportamento abusivo, dependendo da especificidade do contexto sociocultural, regional, de classe e até situacional.

Uma segunda conclusão possível, já abordada anteriormente, prende-se à dificuldade – não obstante os números demonstrados – de extrair inferências sólidas quanto aos níveis de violência contra a mulher existentes nos diferentes contextos culturais mencionados. Efetivamente e com frequência, os estudos citam taxas gerais de violência sem diferenciação da sua severidade ou repetição. Alguns deles distinguem a vitimação ao longo da vida da que é recebida no presente, enquanto outros apenas se cen-

tram numa dessas dimensões ou são omissos nessa matéria. Torna-se, pois, impossível estabelecer reais comparações e exprimir mais do que alguma surpresa em face dos elevadíssimos níveis de violência identificados em alguns contextos, assim como a reserva que nos merecem os números claramente “conservadores” obtidos noutros – por exemplo, a prevalência referida para a Índia, de 22%, é inferior à indicada para Espanha (32%).

Ainda assim, e se assumirmos, como parece claro, que os estudos tenderão sobretudo para a subestimação da violência, uma terceira conclusão parece óbvia: a ampla disseminação da violência contra as mulheres em todas as sociedades estudadas, à exceção de algumas comunidades rurais e pré-industriais abordadas pelos estudos antropológicos. Esses indicadores parecem sugerir que a elevação no estatuto da mulher, maior igualdade e autonomia comparativa, assim como o aumento dos níveis de vida e diminuição da conflitualidade social – situação que caracteriza a maioria dos países europeus – são incapazes de dar fim ou de controlarem de forma significativa tal violência.

É certo – e essa constitui a nossa quarta conclusão possível – que em praticamente todos os países ou comunidades estudadas, mesmo nos contextos mais favorecidos, se verificam desigualdades sociais na distribuição do poder e dos recursos e concepções hierárquicas da vida familiar. Como afirma Brownridge (2002), o patriarcado é um *continuum* e não uma forma de organização cultural estática que se possa afirmar que está ou não presente. Essa constatação, a par da verificação (emergente dos estudos antropológicos e que nos parece corroborada pela restante investigação analisada) de que a violência contra a mulher é maior onde há mais desigualdade econômica, mais autoridade mas-

culina, menos poder da mulher e menos possibilidade de divórcio, levou Campbell (1999) a considerar a leitura feminista da violência conjugal globalmente validada pelos estudos interculturais. Tal interpretação parece-nos também corroborada pela verificação de que nos países mais pacificados e onde o estatuto das mulheres é superior parece haver menores níveis de violência do que noutros contextos culturais, claramente mais adversos, sendo certo também que é naqueles que se parece verificar maior modificação nas atitudes culturais acerca da violência.

É, contudo, claro, e essa é a última idéia que gostaríamos de destacar, que as alterações culturais não se confinam aos países ocidentais, e que esforços significativos, promovidos por organizações de mulheres, pelos governos e por agências internacionais (como ONU e Anistia Internacional) estão a conduzir para alterações significativas, tanto no plano legislativo como nas respostas dadas às mulheres vítimas de violência. Vários dos estudos citados no Quadro 3 nos remetem à emergência dessas alterações culturais, em contextos tão diferentes como a África do Sul (Fourie, 1999), o Egito (Dawla, 2000) ou a China e Taiwan (Tang, Wong e Cheung, 2002). Ainda que exista discrepância entre o plano legislativo e a dimensão da sua aplicação – um recente relatório da ONU mostra que 99 países têm legislação orientada para o combate à violência de gênero, mas que em apenas 21 deles essas leis são plenamente aplicadas (UNFPA, 2004) – estas alterações legislativas virão, inevitavelmente, a traduzir-se em mudanças de práticas e de mentalidades.

Enfatizando a necessidade de tais mudanças, esta revisão permite-nos apontar duas necessidades centrais na redução da violência contra a mulher em nível mundial:

**Quadro 3:
Estudos Nacionais de Prevalência/ Atitudinais**

País	Estudos: autores e data	Prevalência	Crenças culturais
América do Norte			
EUA	<p>Estudo nacional, 1995/96 (cit. <i>in</i> WHO, World Health Organization, 2002)</p> <p>Inquérito Nacional de Vitimação Criminal, 1999</p> <p><i>Conflict Tactics Scale</i>, 1990-92 (cit. <i>in</i> Malley-Morrison & Hines, 2004)</p> <p>NVAWS – Inquérito Nacional de Violência Contra as Mulheres (cit. <i>in</i> Malley-Morrison & Hines, 2004)</p> <p>Yllo e Strauss, 1990 (cit. <i>in</i> Brownridge, 2002)</p>	<p>22,2% das mulheres agredidas fisicamente</p> <p>0,6% das mulheres vitimizadas</p> <p>17,4% das mulheres vitimizadas</p> <p>25,5% das mulheres vítimas de agressão física ao longo da vida</p>	<p>—</p> <p>—</p> <p>—</p> <p>—</p> <p>Yllo e Strauss encontraram, num estudo das diferenças entre os vários estados americanos, uma relação significativa entre a violência contra as mulheres e o nível de apoio à dominância doméstica masculina.</p>

Continua

Continuação

Canadá	Estudo nacional, 1991/92 (cit. <i>in</i> WHO, 2002) Brownridge, 2002	29% das mulheres sempre foram alvo de violência física Comparação das taxas de vitimação feminina no Quebec (13%) com o resto do Canadá (24%)	– Brownridge conclui que essas diferenças nas taxas de vitimação feminina estão associadas a um menor apoio de atitudes patriarcais naquela comunidade (Quebec).
África			
Egito	Diop-Sibidé, Campbell e Becker, 2006 Dawla, 2000 Estudo nacional 1998 (cit. <i>in</i> WHO, 2002) Estudo nacional 1991/92 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	34% das mulheres sempre foram alvo de violência física – 13% das mulheres sempre foram alvo de violência física 34% das mulheres sempre foram alvo de violência física	Legitimação e aceitação da violência no casamento. Código de valores de castidade: declaração pública do teste do sangue no lençol como sinal da pureza sexual da mulher. Corpo da mulher como propriedade social, subjugado às normas de castidade e pureza; valorização, obrigação e coerção para a maternidade (concepção de filhos rapazes). Mutilação genital feminina amplamente aceita. Casamento e maternidade das mulheres em idade pré-púbere (9 anos). – –

Continua

Continuação

África do Sul	Jewkes, Levin e Penn-Kekana, 2002 (3 províncias)	30% das mulheres sempre foram alvo de violência física e 30% foram-no no ano anterior ao estudo	Ampla tolerância da violência – dentro de determinados limites de severidade, as pessoas consideram esse tipo de comportamento normal. Crenças femininas: a mulher deve obedecer ao marido, deve dar-lhe o dinheiro, o homem é que toma a decisão final nos assuntos da família, a mulher precisa da permissão do marido para trabalhar, nada podem fazer para que o marido não tenha outras mulheres e, se a mulher faz algo de errado, o homem tem o direito de a castigar.
	Estudo Nacional, 1998 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	13% das mulheres sempre foram alvo de violência física	–
Gana	Amoakohene, 2004	70% das mulheres já sofreram alguma forma de abuso; 60% agressão física; 35% agressão psicológica; 10% restrição econômica	Valor da “privacidade”, evitamento da instabilidade ou desagregação da família. A violência sexual não é percebida como abuso, a mulher tem de estar ao dispor do marido.
	Ofei-Aboagye, 1994	–	A violência é aceita como uma forma esperada de disciplina, só sendo problematizada quando ultrapassa determinados limiares.
Etiópia	WHO, 2002	45% das mulheres agredidas fisicamente (não especifica o período temporal)	–
Quênia	WHO, 2002	42% das mulheres agredidas fisicamente (não especifica o período temporal)	–
Nigéria	WHO, 2002	31% das mulheres agredidas fisicamente (não especifica o período temporal)	–

Continua

Continuação

Zimbábue	WHO, 2002	17% das mulheres agredidas fisicamente (não especifica o período temporal)	-
Ásia e Pacífico Ocidental			
Japão	Kozu, 1999	77% das mulheres já sofreram algum tipo de abuso (sexual, físico, emocional)	<p>Estrutura familiar patriarcal: são prescritos papéis hierárquicos específicos e as expectativas quanto aos papéis de gênero tradicionais regulam a família (quando a mulher casa, esta passa a ser "absorvida" pela família do marido, assumindo o seu papel de esposa, prestadora de cuidados aos pais do marido, prescindindo de si própria e dos seus desejos; quer a mulher como as crianças possuem inerentemente um estatuto inferior na família).</p> <p>Evitamento de conflito de forma a manter a harmonia familiar, o que leva à aceitação e submissão da mulher à violência; a violência doméstica é um "segredo de família" e motivo de vergonha; o divórcio é considerado desviante e vergonhoso. A castidade e virgindade das mulheres são tidas como valores fundamentais e, para a mulher, os atos sexuais estão associados a vergonha e constrangimento.</p>

Continua

Continuação

Taiwan	<p>Hou, Wang e Chung, 2004 (amostra clínica)</p> <p>Sondagens de 1995 (cit. <i>in</i> Liu, 1999).</p>	<p>97% das vítimas são mulheres 82,6% em risco médio a perigo de vida</p> <p>Prevalência pouco clara: uma sondagem de 1995 sugere 12% de prevalência de vitimação conjugal feminina e outra aponta para 35%</p>	<p>As mulheres tendem a perceber a violência doméstica como um assunto privado, nomeadamente devido à pressão social e psicológica que sentem para não revelar o problema. As mulheres abusadas têm medo de ser ridicularizadas ou de ser alvo de maiores represálias e violência em face do contexto social em que estão inseridas.</p> <p>—</p>
Coréia	<p>Estudo de 1998 e sondagem de 2000 (cit. <i>in</i> Jang e Kim, 1999)</p> <p>Estudo nacional, 1989 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)</p>	<p>Prevalência de vitimação feminina pouco clara: um estudo de 1998 estima 5,6% mas uma sondagem de 2000 situa o número nos 28%</p> <p>12% a 38% das mulheres são alvo de violência física</p>	<p>—</p> <p>—</p>
Filipinas	<p>1998 – cidade de Cagayan de Oro e Província de Bukidnon (cit. <i>in</i> WHO, 2002)</p> <p>Estudo nacional, 1993 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)</p>	<p>26% das mulheres sempre foram alvo de violência física</p> <p>10% das mulheres sempre foram alvo de violência física</p>	<p>—</p> <p>—</p>

Continua

Bangladesh	Chawla, 1999 Nazneen, 1998 Estudo nacional, 1992 (cit. <i>in</i> WHO, 2002) Fauveau e Blanchet, 1989 (cit. <i>in</i> Rao, 1997)	– – 47% das mulheres alvo de violência física (não específica o período temporal) 7% das mortes das mulheres entre os 15 e os 44 anos devem-se a suicídio ou homicídio	“Mercado” do casamento – a questão do dote e o fracasso em cumprir as exigências estabelecidas pela família do marido são causas freqüentes da violência, num contexto em que os jovens casais residem junto dos pais do noivo e em que o pai do marido continua a ser o chefe da família, com a sogra a ter poder direto sobre a nora, inclusive o de a disciplinar. A infertilidade é uma área central de conflito; a maternidade traz maior tolerância e apoio familiar à mulher.
Camboja	1996 – 6 regiões (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	16% das mulheres são alvo de violência física (não específica o período temporal)	–
Nova Guiné	Estudo nacional nas zonas rurais, 1982 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	67% das mulheres são alvo de violência física (não específica o período temporal)	–
Tailândia	WHO, 2002	20% das mulheres são atualmente alvo de violência física	–

Continuação

Índia	Rao, 1997 Karkal, 1985 (cit. in Rao, 1997)	22% das mulheres são alvo de violência física (não especifica o período temporal) Em Bombaim, 25% das mortes das mulheres entre os 15 e os 30 anos é devida ao "dote" de casamento	"Mercado" do casamento e "dote" – quando o dote não é o esperado, a família do marido usa a violência contra a jovem esposa no sentido de conseguir mais valores por parte dos seus pais; mesmo na presença de maus tratos físicos graves, as mulheres tendem a não sair de casa ou a pedir o divórcio porque o pagamento do dote não é devolvido, não tendo oportunidade de obter autonomia financeira. Os pais da noiva não podem interferir nos problemas do casamento. O casamento não é uma escolha pessoal mas ditado pelas normas sociais e preferências dos pais.
-------	---	---	---

Continua

América Latina e Caribe			
Brasil	<p>Moraes e Reichenheim, 2002 (Serviços de Saúde do Rio de Janeiro)</p> <p>Diniz, Bispo, Rodrigues, Gomes e Menezes, 2001 (cit. <i>in</i> Souza Santos, 2004)</p> <p>Barker e Loewenstein, 1997</p>	<p>58,1% das mulheres grávidas que procuram os serviços de saúde são alvo de violência de menor gravidade e 32,3% de violência grave</p> <p>74% das mulheres que vão às urgências é por lesões causadas por violência doméstica (34% pelo companheiro; 26,2% pelos ex-companheiros; 10,8% por namorados ou ex-namorados)</p> <p>–</p>	<p>A violência doméstica, incluindo a violência e assédio sexual, é um fenômeno freqüente. É legitimada pelo não-cumprimento dos papéis de gênero tradicionais: se o homem provê o sustento da casa, é esperado que a mulher seja fiel, cuide dos filhos e mantenha a casa arrumada. Caso não cumpra com as suas obrigações, o homem considera que tem o direito à violência. Contudo, as mulheres têm simultaneamente um papel de vítimas e de perpetradoras dessa situação na intimidade.</p> <p>–</p> <p>A violência é vista em certos meios (por exemplo, nas favelas) como forma aceitável de resolução de conflitos; a violência masculina é vista como sendo incontrolável e socialmente aceitável.</p>
Haiti	CHREPROF, 1996 (cit. <i>in</i> Gage, 2005)	7 em cada dez mulheres são vítimas de violência e 37% destas são vítimas de abuso sexual	A violência é legitimada como penalização do mau comportamento da mulher (extrovertida, extravagante, desobediente ou adúltera). Fatores históricos alimentam o recurso à violência, nomeadamente sexual, para obter subordinação política e de gênero, tal como ocorria no anterior regime fascista.

Continuação

Colômbia	Pallitto e O'Campo, 2005 Estudo nacional, 1995 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	36,5% das mulheres são vítimas de violência física; 8,5% de abuso sexual; 37,7% de abuso sexual e violência física (não especifica o período temporal) 21% a 28% das mulheres são vítimas de violência física (não especifica o período temporal)	A violência é empregue como mecanismo de controle sobre a autonomia da mulher e como forma de contrariar as mudanças que presentemente estão a ocorrer nas relações de gênero. -
Chile	Larrain, 1994 (cit. <i>in</i> McWhirter, 1999)	1 em cada 4 mulheres sofre agressão física; 1 em cada três é vítima de violência física ou emocional ao longo de toda a relação	Legitimação da violência contra a mulher como prática normal na cultura chilena. A violência é ainda percebida como uma manifestação e prova de amor (Cáceres, 1993, cit. <i>in</i> McWhirter, 1999). As mulheres tendem a aceitar a violência porque o seu papel e valor são definidos com base na sua contribuição para o bem-estar e serviço ao outro (Sharim, 1991, cit. <i>in</i> McWhirter, 1999). Há fatores históricos e políticos que contribuem para essa legitimação (durante a ditadura, as mulheres e crianças eram torturadas como forma de retaliação e punição contra os "resistentes" ou "subversivos"), com efeitos atuais na família chilena – a violência permanece associada à noção de autoridade, tendo sido acomodada pela cultura familiar (Bunster, 1986; Larrain, 1994, cit. <i>in</i> McWhirter, 1999). As leis relativas à punição dos agressores de mulheres e crianças têm muitas limitações, sendo os mecanismos ineficazes para a sua aplicação.
Paraguai	Estudo nacional, 1995/96 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	10% das mulheres vítimas de violência física ao longo de toda a relação	-

Continua

Continuação

Antilhas	Estudo nacional, 1990 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	30% das mulheres vítimas de violência física (não especifica o período temporal)	–
Barbados	Estudo nacional, 1990 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	30% das mulheres vítimas de violência física (não especifica o período temporal)	–
Nicarágua	Ellsberg, Caldera, Herrera, Winkvist e Kullgren, 1999 Estudo nacional, (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	52% alvo de violência física pelo menos uma vez e 27% no último ano 28% sempre foram vítimas de violência física	O uso da violência contra a mulher com o propósito de a castigar ou "corrigir" é fortemente aceito e muitas mulheres a percebem como fazendo parte de suas expectativas de vida. Há forte subordinação econômica, legal, social e familiar da mulher. –
Médio Oriente			
Israel	Pagovich, 2004 Haj-Yahia, 2001 (adolescentes árabes residentes em Israel)	4 a 5% de vitimação feminina no ano anterior; 11% ao longo da vida 9% já assistiram à violência verbal interpessoal; 17% a ameaças e violência física; 9% a violência física severa	Maior cultura de direitos na comunidade judaica e menores níveis de vitimação nesse grupo – por exemplo, muito mais mulheres judias pedem divórcio quando maltratadas do que acontece entre as mulheres árabes. –

Continua

Continuação

<p>Palestina</p>	<p>Haj-Yahia, 2002 (Segundo Inquérito Nacional)</p> <p>Hay-Yahia, 1999 (Primeiro Inquérito Nacional)</p>	<p>16% a 73% das mulheres relatam vitimização psicológica pelo menos uma vez; 7% a 37% relatam vitimização física; 30 a 33% relatam ter sido vítimas de abuso sexual; e 19 a 40% relatam vitimação econômica (no último ano)</p> <p>19% a 74% das mulheres relatam vitimização psicológica, pelo menos uma vez; 8% a 34% relatam vitimização física; 27 a 31% relatam ter sido vítimas de abuso sexual; e 24 a 41% relatam vitimação econômica (no último ano)</p>	<p>Valores familiares: suporte mútuo, interdependência, harmonia, coesão familiar, coletivismo e sacrifício pessoal em benefício da família. Crença de que os problemas familiares são privados e que não pode haver envolvimento de outras pessoas, para preservar a honra e bom nome da família. Embora a mulher nos últimos anos tenha conseguido alguns direitos, o homem continua a assumir o poder; na família, é esperado que as mulheres e as crianças obedeçam às regras do homem, o respeitem e cumpram as suas exigências. A violência é aceita e justificada quando a mulher não vai ao encontro das expectativas tradicionais, sendo culpabilizada pelo sucedido; é esperado que a mulher compreenda o comportamento abusivo do marido, dando-lhe suporte e obedecendo-lhe, na tentativa de manter o bom nome da família. Ainda que a família de origem da mulher lhe dê apoio, é apenas temporário e condicional – dado que a situação põe em causa a educação que deram à filha. O divórcio não é visto como alternativa, tendo a mulher que sacrificar-se para garantir a unidade e continuidade da família</p>
<p>Irã</p>	<p>Hegland, 1999</p>	<p>–</p>	<p>A violência conjugal é comum, sobretudo quando as mulheres infringem os parâmetros do sistema hierárquico familiar, que determina que a autoridade é exercida em função do gênero e idade. Papel-chave das mulheres mais velhas, especificamente as sogras, na determinação dos níveis de agressão recebidos pelas jovens esposas. As mulheres ganham algum poder com a maternidade, alcançando um maior estatuto intrafamiliar e exercendo a sua influência através do domínio dos filhos. A par da maternidade, a obediência aos parâmetros de conduta estabelecidos é também determinante do estatuto atribuído à mulher e do grau de violência por ela sofrido.</p>

Continua

Europa			
Rússia	<p>Bodrova e David, 2001 (cit. <i>in</i> Zakirova, 2005)</p> <p>Inquérito familiar, 1999 (cit. <i>in</i> Zakirova, 2005)</p> <p>Human Rigths Watch Report, 1997 (cit. <i>in</i> Horne, 1999)</p>	<p>1/5 das mulheres é vítima de violência (não especifica o período temporal)</p> <p>50% das famílias experimentam violência perpetrada pelo homem (não especifica período temporal)</p> <p>14 mil são assassinadas por ano pelos companheiros</p>	<p>Os homens acusados muitas vezes recebem compreensão por parte dos polícias</p> <p>O estereótipo das mulheres russas, fortes e matriarcas, implica a idéia de acumular responsabilidades: trabalhar o tempo todo, ter responsabilidade total nas tarefas domésticas, no cuidado dos filhos e tolerar os maridos abusivos ou alcoólicos. Há uma valorização do casamento, através da crença de que é melhor ter uma má relação com o marido do que não ter marido. Assim, a maioria das mulheres não se percebem como vítimas de violência e discriminação, em face da sua socialização no âmbito dos papéis de gênero tradicionais. A violência doméstica é culturalmente banalizada, minimizada e ridicularizada. Não existe linguagem para descrever a experiência de ser vítima de violência conjugal: a palavra "batida" (em português de Portugal; no Brasil, "espancada") não existe em Russo e a palavra "violação" raramente é utilizada em público. A polícia continua a tratar o fenômeno como sendo algo privado e as próprias leis são insuficientes; as mulheres desconhecem o direito a uma investigação formal e, mesmo as que o conhecem, raramente chegam a tribunal devido a dificuldades processuais.</p>
Turquia	<p>PIAR, 1992, estudo local (cit. <i>in</i> Yalçinkaya, 1999)</p> <p>AAK, 1995, sondagem nacional (cit. <i>in</i> Yalçinkaya, 1999)</p>	<p>22% das mulheres é alvo de violência física (não especifica o período temporal)</p> <p>30% das mulheres é alvo de violência física (não especifica o período temporal)</p>	<p>A mulher tende a ser percebida como propriedade do marido e os seus direitos são ainda largamente negligenciados. Os homens acreditam no seu direito de bater nas mulheres caso estas infringam a sua autoridade (desobedecer, elevar a voz, fazer o que lhe apetece) e uma percentagem substancial de mulheres – cerca de 43% – partilha tal opinião.</p>

Continuação

República Moldava	Estudo nacional, 1997 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	14% das mulheres sempre foram alvo de violência física	—
Polônia	Estudo de 1993 (cit. <i>in</i> Kwiatkowska, 1998)	6% das mulheres são espancadas regularmente e 8% são alvo de agressões esporádicas	—
Países Baixos	Estudo nacional, 1986 (WHO, 2002)	21% das mulheres sempre foram alvo de violência física	—
Suíça	Estudo nacional, 1994/96 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	21% das mulheres sempre foram alvo de violência física	—
Inglaterra	Mirrlees-Black e Byron, 2001 (cit. <i>in</i> Donovan, 2004) Norte de Londres, 1993 (cit. <i>in</i> WHO, 2002)	23% das mulheres relatam episódio de agressão física 30% das mulheres sempre foram alvo de violência física	— —
Alemanha	Leembruggen-Kallberg, Rupperecht e Cadmus, 1999	1/3 das relações são caracterizadas como violentas	—
Islândia	Hauksdóttir e Getsdóttir, 2004	1.3% das mulheres relatam vitimização no último ano; 14% ao longo da vida	—
França	García, sem data	10% das mulheres são alvo de violência pelo menos uma vez na vida	—

Continua

Continuação

Grécia	Stathopoulou, 1999 Antonopoulou, 1999	20% das mulheres são alvo de violência pelo menos uma vez na vida -	- Embora os homens acreditem que a igualdade já foi alcançada, consideram também que a exigência de igualdade por parte da mulher é que provoca a violência doméstica. Há uma cláusula de obediência no contrato de casamento – 90% das mulheres não a considera relevante, mas um terço dos homens exigem que se cumpra
Espanha	Ruíz-Pérez <i>et al.</i> , 2005	32% de vitimação feminina ao longo da vida; 14,3% de violência física e 30,8% de violência emocional atuais	A violência emocional existe independentemente do nível socioeconômico, mas o abuso físico e sexual são mais comuns nas mulheres com maior dependência econômica. As mulheres com um estatuto mais elevado sentem que não têm de permanecer na relação abusiva se houver agressão.
Portugal	Machado, 2005 Lourenço, Lisboa e Pais, 1997	26,2% dos homens relatam pelo menos um ato de agressão; 21% das mulheres relatam vitimação (10,3% por agressão física e 20,8% por agressão emocional) – no último ano 6,7% das mulheres relatam violência física no último ano (maioria no contexto familiar)	As crenças (por exemplo, culpa da mulher, dever de satisfazer o marido, direitos desiguais, minimização da violência) veiculadas pelas vítimas que procuram ajuda contrastam como a reduzida admissão explícita, pela população em geral, de crenças legitimadoras da violência. Contexto cultural de mudança acelerado: coexistência de mitos e discursos legitimadores da violência com os discursos de reprovação e penalização da mesma. -

Continua

Bibliografia

- ABNEY, V. (2002), "Cultural competency in the field of child maltreatment", in J. Myers *et al.* (eds.), *The APSAC handbook on child maltreatment*, Thousand Oaks, Sage, pp. 477-85.
- AMOAKOHENE, M. (2004), "Violence against woman in Ghana: A look at women's perceptions and review of policy and social responses". *Social Science & Medicine*, 59: 2.373-85.
- ANTONOPOULOU, C. (1999), "Domestic violence in Greece". *American Psychologist*, 54: 62-5.
- APAV. (s.d.), *Relatório Penélope sobre violência doméstica no Sul da Europa*. Lisboa, APAV.
- ARAI, M. (1999), "Japan", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 283-99.
- BARKER, G. & LOEWENSTEIN, I. (1997), "Where the boys are: attitudes related to masculinity, fatherhood, and violence toward women among low-income adolescent and young adult males in Rio de Janeiro, Brazil". *Youth & Society*, 29: 166-96.
- BOONZAIER, F. & DE LA REY, C. (2003), "'He's a man, and I'm a woman'. Cultural constructions of masculinity and femininity in South African women's narratives of violence". *Violence Against Women*, 9: 1.003-29.
- BREITING, V. B. *et al.* (1989), "Injuries due to deliberate violence in areas of Denmark. Violence against woman and children". *Forensic Science International*, 41: 285-94.
- BROWNRIDGE, D. (2002), "Cultural variation in male partner violence against women". *Violence Against Women*, 8: 87-115.
- CAMPBELL, J. (1999), "Sanctions and sanctuary: Wife battering within cultural contexts", in D. Counts, J. Brown & J. Campbell (eds.), *To have and to hit. Cultural perspectives on wife beating*, Urbana, University of Illinois Press, pp. 261-85.
- CHAWLA, S. (1999), "India", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 265-79.
- CORTINA, L. (2001), "Assessing sexual harassment among Latinas: development of an instrument". *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 7: 164-81.
- COUNTS, D.; BROWN, J.; & CAMPBELL, J. (eds.) (1999), *To have and to hit. Cultural perspectives on wife beating*, Urbana, University of Illinois Press.
- DALLOS, R.; & MCLAUGHLIN, E. (eds.) (1993), *Social problems and the family*, London, Sage Publications.
- DAWLA, A. (2000), "Reproductive rights of Egyptian woman: Issues for debate". *Reproductive Health Matters*, 8: 45-54.
- DIOP-SIDIBÉ, N.; CAMPBELL, J. & BECKER, S. (2006), "Domestic violence against women in Egypt – wife beating and health outcomes". *Social Science & Medicine*, 62 (5): 1260-77.

- DONOVAN, E. (2004), "England", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 33-50.
- EL-KHOURY, M. et al. (2004), "Ethnic differences in battered women's formal help-seeking strategies: a focus on health, mental health, and spirituality". *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 10: 383-93.
- ELLSBERG, M. et al. (1999), "Domestic violence and emotional distress among Nicaraguan woman". *American Psychologist*, 54: 30-6.
- FASTENKO, A. & TIMOFEEVA, I. (1999), "Russia", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 111-29.
- FOURIE, R. (1999), "South Africa", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 245-61.
- GAGE, A. (2005), "Women's experience of intimate partner violence". *Social Science & Medicine*, 61: 343-64.
- GILLUM, T. (2002), "Exploring the link between stereotypic images and intimate partner violence in the African American Community". *Violence Against Women*, 8: 64-86.
- HAJ-YAHIA, M. (1999), "Wife abuse and its psychological consequences as revealed by the first Palestinian national survey on violence against women". *Journal of Family Psychology*, 13: 642-62.
- HAJ-YAHIA, M. (2001), "The incidence of witnessing interparental violence and some of its psychological consequences among Arab adolescents". *Child Abuse & Neglect*, 25 (7): 885-907.
- HAJ-YAHIA, M. (2002), "The impact of wife abuse on marital relations as revealed by the second Palestinian national survey on violence against women". *Journal of Family Psychology*, 16, 3: 273-285.
- HALL, G.; SUE, S.; NARAG, D. & LILLY, R. (2000), "Culture-specific models of men's sexual aggression: intra- and interpersonal determinants". *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 6: 252-67.
- HALL, G. et al. (2005), "Ethnicity, culture, and sexual aggression: risk and protective factors". *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73: 830-40.
- HAUKSDÓTTIR, A. & GESTSDÓTTIR, S. (2004), "Iceland", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 17-32.
- HAUTZINGER, S. (2003), "Researching men's violence – personal reflections on ethnographic data". *Men and Masculinities*, 6: 93-106.
- HEGLAND, M. (1999), "Wife abuse and the political system: a middle eastern case study", in D. Counts, J. Brown & J. Campbell (eds.), *To have and to hit. Cultural perspectives on wife beating*, Urbana, University of Illinois Press, pp. 234-51.
- HORNE, S. (1999), "Domestic violence in Russia". *American Psychologist*, 54 (1): 55-61.

- HOU, W.; WANG, H. & CHUNG, H. (2004), "Domestic violence against women in Taiwan: Their life-threatening situations, post-traumatic responses, and psycho-physiological symptoms". *International Journal of Nursing Studies*, 42 (6): 629-636.
- JANG, M. & KIM, M. (1999), "Korea", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 301-19.
- JEWKES, R., LEVIN, J. & PENN-KEKANA, L. (2002), "Risk factors for domestic violence: Findings from South African cross-sectional study". *Social Science & Medicine*, 55: 1.603-17.
- KASTIRIRANGAN, A.; KRISHNAN, S. & RIGER, S. (2004), "The impact of culture and minority status on women's experience of domestic violence". *Trauma, Violence & Abuse*, 5: 318-32.
- KIM, I. & ZANE, N. (2004), "Ethnic and cultural variations in anger regulation and attachment patterns among Korean American and European American male batterers". *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 10: 151-69.
- KOZU, J. (1999), "Domestic violence in Japan". *American Psychologist*, 54: 50-5.
- KWIATKOWSKA, A. (1998), "Gender stereotypes and beliefs about family violence in Poland", in R. Klein (Ed.), *Multidisciplinary perspectives on family violence*, London, Routledge, pp. 129-52.
- LEEMBRUGGEN-KALLBERG, E., RUPPRECHT, S. & CADMUS, D. (1999). "Germany", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 89-107.
- LEVESQUE, R. (2001), *Culture and family violence*. Washington, APA.
- LEVINSON, D. (1989), *Family violence in cross-cultural perspective*. Newbury Park, Sage.
- Liu, H. (1999), "Taiwan", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 321-37.
- MACHADO, C. (2005), "Violência nas famílias portuguesas. Um estudo representativo na região Norte". *Psychologica*, 39: 173-94.
- MACHADO, C. & DIAS, A. R. (2007). "Abordajes inter-culturales de la violencia familiar: teoría y investigación", in R. Arce, F. Fariña, E. Alfaro, C. Civera & F. Tortosa (eds.), *Psicología jurídica, violencia y víctimas*, Diputació de València, Colección Psicología y Ley n. 4, pp. 93-102.
- MALLEY-MORRISON, K. & HINES, D. (2004), *Family violence in a cultural perspective*. Thousand Oaks, Sage.
- MARKOWITZ, F. E. (2001), "Attitudes and family violence: linking intergenerational and cultural theories". *Journal of Family Violence*, 16: 205-18.
- MATOS, M. (2000), *Violência conjugal: o processo de construção da identidade da mulher*. Dissertação de mestrado. Universidade do Minho, Braga, Portugal.

- MCWHIRTER, P. (1999), "Domestic violence in Chile". *American Psychologist*, 54: 37-40.
- MEHROTRA, M. (1999), "The social construction of wife abuse – experiences of Asian women in the United States". *Violence Against Women*, 5: 619-40.
- MENJÍVAR, C. & SALCIDO, O. (2002), "Immigrant women and domestic violence – common experiences in different countries". *Gender & Society*, 16: 898-920.
- MILLER, B. (1999), "Wife beating in India: Variations on a theme", in D. Counts, J. Brown & J. Campbell (eds.), *To have and to hit. Cultural perspectives on wife beating*, Urbana, University of Illinois Press, pp. 203-15.
- MORAES, C. & REICHENHEIM, M. (2002), "Domestic violence during pregnancy in Rio de Janeiro, Brazil". *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, 79: 269-77.
- NAYAK, M. *et al.* (2003), "Attitudes toward violence against women: a cross-nation study". *Sex Roles*, 49: 333-42.
- NAZNEEN, R. (1998), "Violence in Bangladesh", in S. French, W. Teays & L. Purdy (eds.), *Violence against women*, Ithaca, Cornell University Press, pp. 77-91.
- NOLIDO, N. (2004), "The Philippines", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 339-60.
- OFEI-ABOAGYE, R. (1994), "Domestic violence in Ghana: Some initial questions", in M. Fineman & R. Mykitiuk (eds.), *The public nature of private violence*, New York, Routledge, pp. 260-84.
- PAGOVICH, O. (2004), "Israel", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 187-204.
- PALLITTO, C. & O'CAMPO, P. (2005), "Community level effects of gender inequality on intimate partner violence and unintended pregnancy in Colombia: Testing the feminist perspective". *Social Science & Medicine*, 60: 2.205-16.
- RAO, V. (1997), "Wife-beating in rural South India: a qualitative and econometric analysis". *Social Science & Medicine*, 44: 1.169-80.
- RUÍZ-PÉREZ, I. *et al.* (2005), "Sociodemographic associations of physical, emotional, and sexual intimate partner violence in Spanish woman". *Annals of Epidemiology*, 16 (5): 357-363.
- SARAGA, E. (1996), "Dangerous places: the family as a site of crime", in J. Muncie & E. McLaughlin (eds.), *The problem of crime*, London, Sage, pp. 183-226.
- STATHOPOULOU, G. (1999), "Greece", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 131-49.
- TANG, C., WONG, D. & CHEUNG, F. (2002), "Social construction of women as legitimate victims of violence in Chinese societies". *Violence Against Women*, 8: 968-96.
- UNFPA (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO). (2004), *A situação da população mundial 2004. O consenso do Cairo dez anos depois: População, saúde reprodutiva e esforços mundiais para acabar com a pobreza*. Nova York, UNFPA.

VANDELLO, J. & COHEN, D. (2003), "Male honor and female fidelity: implicit cultural scripts that perpetuate domestic violence". *Journal of Personality and Social Psychology*, 84: 997-1.010.

WALKER, L. (1999), "Psychology and domestic violence around the world". *American Psychologist*, 54: 21-9.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002). *World report on violence and health*. Geneva, WHO Publications.

YALÇINKAYA, A. (1999), "Turkey", in K. Malley-Morrison (ed.), *International perspectives on family violence and abuse*, Mahwah, LEA, pp. 151-63.

YOSHIOKA, M.; DINOIA, J. & ULLAH, K. (2001), "Attitudes toward marital violence. An examination of four Asian communities". *Violence Against Women*, 7: 900-26.

ZAKIROVA, V. (2005), "War against the family: Domestic violence and human rights in Russia – a view from the Bashkortostan Republic". *Current Sociology*, 53: 75-91.

• Artigo recebido em nov/2006

• Aprovado em dez/2007

Resumo

Cultura e violência familiar: uma revisão crítica da literatura

Este artigo apresenta uma revisão crítica da investigação sobre a dimensão cultural da violência conjugal, e baseia-se numa pesquisa sistemática nas revistas publicadas entre 1985 e 2005 nas bases de dados *PsycARTICLES*, *PsycINFO1887*, *Sociology: A SAGE Full-Text Collection*, *EBSCO-HOST: Research Databases* e *IBSS – International Bibliography of the Social Science*, para além da análise de livros e monografias publicadas neste mesmo período. Assim foram identificadas as três principais linhas de investigação: estudos antropológicos, estudos interétnicos e estudos interculturais. Discute-se a variabilidade das definições de maltrato encontradas e as dificuldades de operacionalização desse fenómeno, responsáveis pela impossibilidade de aceder a números seguros de prevalência e a reais estudos comparativos. Não obstante essa dificuldade, constata-se a ampla disseminação da violência contra as mulheres em todas as sociedades estudadas, assim como a generalização das desigualdades sociais na distribuição do poder e dos recursos e das concepções hierárquicas da vida familiar. A violência contra a mulher parece, contudo, ser menor nos países mais pacificados e onde o estatuto das mulheres é superior.

Palavras-chave: Violência conjugal; Cultura; Prevalência; Atitudes.

Abstract

Culture and family violence: a critical review of the literature

This paper presents a critical review of the published research on the cultural dimensions of marital violence. This review is based on a systematic research on the journals, books, and monographs published between 1985 e 2005. This literature review conducted to the identification of three main strategies of research on the cultural dimension of marital violence: anthropological studies, inter-ethnic studies and inter-cultural studies. The variability of the definitions of violence found is discussed, as well as the difficulties concerning the identification of objective prevalence data and real comparative studies. Despite these difficulties, results point to the wide dissemination of violence against women in all the societies studied, as well as to the existence of major social inequalities in the distribution of power and resources, along with hierarchical conceptions of family life. Violence against women does seem, however, to be less extensive in pacified countries and in those where the social status of women is higher.

Keywords: Marital violence; Culture; Prevalence; Attitudes.

Résumé

Culture et violence familiale: une révision critique de la littérature

Cet article présente une révision critique des recherches à propos de la dimension culturelle de la violence conjugale. Cette révision se base sur une recherche systématique dans les revues publiées entre 1985 et 2005 sur la base de données *PsycARTICLES*, *PsycINFO1887*, *Sociology: A SAGE Full-Text Collection*, *EBSCO-HOST: Research Databases* et *IBSS – International Bibliography of the Social Science* ainsi que sur les livres et monographies publiés au cours de cette même période. Ainsi, les trois principales lignes de recherche ont été identifiées : études anthropologiques, études inter-ethniques et études interculturelles. Les auteurs analysent la variabilité des définitions de maltraitance qui ont été identifiées ainsi que les difficultés de mise en place de ce phénomène, responsables de l'impossibilité d'accéder à des chiffres corrects de la suprématie et à de vraies études comparatives. Malgré cette difficulté, les auteurs constatent une ample dissémination de la violence contre les femmes dans toutes les sociétés étudiées, ainsi que la généralisation des inégalités sociales dans la distribution du pouvoir et des ressources et dans les conceptions hiérarchiques de la vie familiale. La violence contre la femme semble, néanmoins, être inférieure dans les pays davantage pacifiés et où le statut des femmes est supérieur.

Mots-clés: Violence conjugale; Culture; Suprématie; Attitudes.

Introdução

Em 1977, com a publicação de *The silent revolution*, Ronald Inglehart deu início a um programa de pesquisas que atualmente pode ser considerado um dos mais profícuos nas ciências sociais, devido tanto à quantidade de trabalhos que defendem e confirmam suas principais hipóteses, quanto aos vários críticos que conquistou.

Desde esse impulso inicial, quase três décadas de investigações empíricas e teóricas se passaram e, repetidamente, a tese da mudança lenta e gradual de um amplo espectro de valores humanos em direção a uma postura pós-materialista tem sido testada a partir de evidências cada vez mais robustas. *A teoria do desenvolvimento humano*, tal como definida por Inglehart e Welzel (2005) é o resultado atual dessa série de investigações sobre valores.

A tese fundamental defendida pelo autor e seus colaboradores, apesar das mudanças conceituais verificadas nas diferentes obras publicadas nesses quase trinta anos, permanece a mesma. Em síntese, a despeito das significativas diferenças culturais existentes entre as nações, uma mudança nos valores estaria ocorrendo associada ao desenvolvimento econômico experimentado, a partir da segunda metade do século XX, principalmente pelas sociedades industriais avançadas ou pós-industriais. Tal

mudança estaria provocando alterações profundas no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, nas normas sexuais e na atividade política (Inglehart, 1977; 1990; 2001).

No presente artigo, apresentamos os elementos fundamentais dessa perspectiva teórica, enfatizando especialmente a tese de que a mudança pós-materialista estaria associada aos processos de estabelecimento, consolidação e aprofundamento de regimes democráticos.

Para alcançar esse objetivo, primeiramente apresentamos os argumentos fundamentais dessa proposta teórica, caracterizando-a como um resultado interessante da revisão dos postulados clássicos da teoria da modernização.

Na seqüência, discutimos os elementos básicos de uma suposta síndrome de valores pós-materialistas, que estaria associada aos processos de modernização em perspectiva mundial, mas principalmente nas sociedades de industrialização avançada.

Enfocando as conseqüências políticas desse processo, em uma terceira seção analisamos o argumento de que existiria um relacionamento entre as mudanças nas prioridades valorativas individuais e os processos de estabelecimento e consolidação de democracias. Nesse momento, nos dedicamos principalmente à identificação do impacto dos chamados valores pós-materialistas sobre o

conjunto dos valores e atitudes que configuram uma cultura política pró-democracia.

Desenvolvimento Socioeconômico e Prioridades Valorativas

A complexa relação entre desenvolvimento socioeconômico e processos de alteração e permanência de tradições culturais específicas tem preocupado diferentes cientistas sociais nas últimas décadas.

Tais pesquisadores parecem se agrupar em duas perspectivas distintas. De um lado, localizamos aqueles que enfatizam a mudança cultural como resultado da modernização, chegando inclusive a prever o declínio dos valores tradicionais e a sua gradual substituição por uma visão de mundo moderna e universal (Meyer *et al.*, 1997; Stevenson, 1997). De outro lado, se agrupam os que destacam a persistência de valores tradicionais a despeito do processo de modernização, concluindo que essa dimensão cultural seria relativamente independente da base material (DiMaggio, 1994).

Penetrando nesse debate, Inglehart (1990; 2001), com a teoria do desenvolvimento humano, propõe a validação parcial de ambas as perspectivas, tentando superar eventuais tendências ao determinismo econômico e cultural. Desde suas primeiras formulações em *The silent revolution* (1977), esse pesquisador norte-americano já afirmava que havia associação entre desenvolvimento econômico e mudanças nos sistemas de normas e valores em escala internacional.

Segundo seus argumentos, o desenvolvimento material aumentaria a produtividade do trabalho, levaria à especialização ocupacional, elevaria os níveis educacionais e de renda e, no longo prazo, causaria mudanças culturais que impactariam diretamente as relações de gênero, as disposições em relação

à autoridade, as normas sexuais, os valores e comportamentos políticos (Inglehart e Welzel, 2005, p. 19).

Também reconhece, entretanto, que tal mudança seguiria caminhos distintos em cada nação, em decorrência das suas distintas matrizes culturais construídas ao longo de histórias particulares (*Idem, ibidem*). Apesar do impulso das forças de modernização supostamente orientar os diferentes países em uma mesma direção, em grande medida previsível, os seus valores não seriam tão convergentes como o termo “globalização cultural” poderia sugerir (Stevenson, 1997).

A solução conciliadora entre as duas posições defendidas pelos criadores da teoria do desenvolvimento humano pode ser sintetizada da seguinte forma: o desenvolvimento econômico é acompanhado por uma mudança significativa nos valores sociais em uma direção previsível, porém essa mudança se processa por caminhos relativamente estabelecidos por tradições culturais específicas, formadas ao longo da história de cada país e região, com alto poder de permanência.

Nesse sentido, essa perspectiva pretende compreender a relação entre o desenvolvimento material e as mudanças sociais, culturais e políticas como um processo não-linear, apesar de seguirem pautas coerentes, conjuntas e congruentes (Inglehart, 2001).

Sendo assim, podemos concluir inicialmente que tal proposta se distingue das clássicas teorias da modernização pelo fato de integrar as dimensões econômica e cultural em uma única explicação sobre as mudanças sociais, culturais e políticas ocorridas nas últimas décadas. Negando o determinismo econômico, traz no seu interior a afirmação de que as tradições culturais específicas têm alto poder de permanência e podem sim influenciar os processos de mudanças impulsionados pela modernização.

Essa postura, todavia, não conduz à negação ou redução da importância das condições básicas de reprodução da existência humana. Na realidade, ela defende a proeminência explicativa dessa estrutura econômica sobre os demais fatores a partir de argumentos derivados de duas hipóteses complementares: a da escassez e a da socialização (Inglehart, 1977).

Nas palavras do próprio autor, a primeira hipótese afirma que “as prioridades individuais refletem o ambiente socioeconômico: as pessoas colocam maior valor subjetivo sobre as coisas que são relativamente mais escassas”¹ (Inglehart, 1990, p. 68).

A menção ao tema da escassez nos remete a um dos princípios elementares da ecologia, segundo o qual o crescimento populacional de qualquer espécie tende a ser maior do que a oferta de alimentos, tornando a luta pela sobrevivência uma constante na história natural.

No caso específico da humanidade, a cultura teria desempenhado, e continuaria desempenhando, um papel fundamental na contenção da competição pela sobrevivência, minimizando os dilemas da existência física, limitando as aspirações por melhores posições sociais, levando à aceitação da ordem existente e mantendo os conflitos em níveis aceitáveis. Além disso, ao impor normas que limitam a reprodução da espécie, acabaria impedindo graves situações geradas pela elevação descontrolada das taxas de natalidade (Inglehart e Welzel, 2005, p. 22).

Além da cultura, outros fatores também exerceriam influência sobre as condições materiais de existência dos homens, mas nenhum deles provocaria tantas mudanças quanto o desenvolvimento econômico, tal como afirmam autores como Amartya Sen (1999), ao associá-lo às condições de exercício da liberdade humana.

Inglehart argumenta que o desenvolvimento tecnológico e produtivo dessa base material afeta diretamente o sentimento de segurança existencial compartilhado pelos membros de uma sociedade, que podem entender a sobrevivência física como garantida ou como incerta (Inglehart, 1990; 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

Indivíduos que precisam cotidianamente lutar para superar constrangimentos à sua reprodução física, devido à escassez de recursos e à violência, naturalmente tendem a se sentir inseguros e, conseqüentemente, priorizar objetivos relacionados com o desenvolvimento material em oposição a metas transcendentais, subjetivas ou de longo prazo. A sobrevivência se impõe, obviamente, como primeira necessidade.

Como o próprio Inglehart (1990; 2001) reconhece, essa hipótese é similar ao princípio da utilidade marginal decrescente da teoria econômica, associado ao conceito complementar de hierarquia das necessidades de Maslow (1988), segundo o qual as necessidades fisiológicas possuem maior prioridade que aquelas de natureza não-fisiológica.

Necessidades sociais, intelectuais e estéticas ocupariam posições inferiores nessa hierarquia, o que só poderia ser alterado quando as condições materiais de existência deixassem de ser a principal fonte de preocupação e estresse. Nesse novo contexto, a utilidade marginal do desenvolvimento material tenderia a decrescer e, em trajetória inversa, as demais necessidades ganhariam importância.

Isso ocorre porque os valores, prioridades, normas de conduta, ou seja, a cultura partilhada por um conjunto específico de indivíduos não é estática, adaptando-se ao ambiente em que está inserida através de processos de mutação aleatória e seleção natural (Inglehart, 2001).

Por meio desses processos, traços culturais que funcionam relativamente bem em um local e contexto específico tenderiam a se reproduzir e expandir em razão de conferirem vantagens de sobrevivência (Dawkins, 1989). As prioridades valorativas que enfatizam as necessidades fisiológicas seriam, portanto, traços culturais adaptados e vantajosos em um contexto de insegurança material.

Com a melhoria das condições de sobrevivência física, mudanças coerentes tenderiam também a ocorrer no nível cultural. Prioridades e estratégias vantajosas em um contexto de escassez poderiam não mais produzir efeitos desejados em cenários distintos, sendo gradualmente substituídas por outras, mais compatíveis com a nova configuração.

O impacto das mudanças no nível tecnológico e econômico sobre a dimensão cultural, entretanto, não é tão simples e direto quanto a hipótese da escassez pode deixar transparecer quando tomada isoladamente. Por isso, Inglehart alerta para o fato de que esse processo depende do sentimento de segurança material, que é subjetivo, e não do nível econômico objetivo dos indivíduos. A percepção que o indivíduo desenvolve sobre a sua situação não depende apenas do quanto suas necessidades fisiológicas são satisfeitas, pois os níveis de satisfação de cada pessoa variam enormemente em razão do entorno cultural em que a mesma está inserida e, sobretudo, no qual foi socializada.

Sendo assim, o efeito do desenvolvimento econômico não seria verificado imediatamente no plano das prioridades valorativas. A hipótese da escassez, portanto, deve necessariamente ser interpretada em combinação com a da socialização, segundo a qual

o relacionamento entre ambiente socioeconômico e prioridades valorativas não é de ajuste imediato: um significativo intervalo

de tempo está envolvido porque, em grande medida, os valores básicos das pessoas refletem as condições que prevaleceram durante seus anos de infância e juventude (Inglehart, 1990, p. 68).

Inglehart (2001) lembra que essa hipótese nada mais faz que referendar a noção de que a estrutura básica da personalidade humana tende a se cristalizar quando o indivíduo atinge a fase adulta, mudando pouco a partir desse ponto.

A socialização que ocorre nas primeiras etapas da vida dos indivíduos seria, nesses termos, mais importante do que as experiências da fase adulta, o que não implica considerar as experiências adultas como insignificantes, pois em algumas situações elas são marcantes (Erikson, 1982; Brim e Kagan, 1980).

Os defensores da teoria do desenvolvimento humano afirmam que períodos relativamente longos de crescimento e prosperidade econômica não produziram efeitos significativos nos valores das populações adultas, porque essas não se encontram mais nos seus períodos de maior suscetibilidade. O efeito só poderia ser verificado entre os membros das gerações que vieram a experimentar essas melhores condições materiais nos seus períodos de socialização infantil e pré-adulta. Dessa forma, a mudança das prioridades valorativas só se manifestaria com a mudança geracional (Inglehart, 1977; 1990; 2001).

As mesmas experiências em relação às condições econômicas seriam, portanto, interpretadas de maneiras distintas por indivíduos representantes de diferentes gerações. O que seria considerado como uma situação de segurança para um poderia não representar o mesmo para outro. Logo, as prioridades defendidas por esses distintos grupos tendem a não serem as mesmas.

Indivíduos que, ao longo de sua infância, experimentaram situações de profunda insegurança física, quando adultos tenderiam a continuar priorizando a sobrevivência fisiológica sobre todas as demais necessidades, mesmo quando as condições objetivas não mais justifiquem tal grau de preocupação.

Em síntese, a junção das duas hipóteses defendidas por Inglehart e seus colaboradores compõem a seguinte tese: o crescimento econômico produz efeitos importantes sobre o nível cultural, seja em termos do projeto societal, dos valores individuais ou do padrão de autoridade, porém, esse impacto só pode ser verificado no longo prazo, quando as jovens gerações que experimentaram essas novas condições atingem a idade adulta.

A partir desses elementos teóricos, pesquisadores têm identificado nas últimas décadas a emergência do que chamam de uma síndrome de valores pós-materialistas em escala mundial. Na próxima seção, pretendemos identificar os componentes fundamentais dessa suposta mudança de valores.

Pós-modernização e Novas Prioridades

Nos termos expostos acima, os partidários da teoria do desenvolvimento humano têm defendido a tese de que as alterações socioeconômicas que caracterizam as sociedades pós-industriais estariam produzindo mudanças significativas nas prioridades valorativas individuais, direcionando-as para a ênfase na auto-expressão, escolha humana, autonomia e criatividade (Inglehart e Welzel, 2005). Assim, a busca pelo lucro e pelo crescimento econômico estaria gradualmente perdendo espaço para estratégias alternativas de maximização do bem-estar no mundo contemporâneo.

Inglehart e seus colegas ressaltam que a mudança de rumo não seria conseqüência do fracasso da estratégia anterior, pelo contrário, a busca por esses objetivos materialistas teria alcançado muito êxito, gerando grande produção e bem-estar significativo nas sociedades de industrialização avançada. Porém, os seus rendimentos teriam decrescido com o passar do tempo (*Idem*).

A mudança em curso refletiria a utilidade marginal decrescente do determinismo econômico, expressa nos seguintes termos: “los factores económicos tienden a jugar un papel decisivo en condiciones de escasez económica, pero a medida que disminuye esa escasez, otros factores moldean la sociedad en un grado cada vez mayor” (Inglehart, 2001, p. 77).

Mais do que proposição teórica, o pesquisador demonstra que essa afirmação possui consistência no campo empírico. Selecionando a expectativa de vida (expectativa de anos de vida ao nascer) como uma medida do êxito das estratégias de maximização do bem-estar e o Produto Interno Bruto (PIB) anual *per capita* como medida do crescimento econômico, chegou a duas conclusões complementares. Primeiramente, confirmou a validade da estratégia de maximização do desenvolvimento econômico para a melhoria das condições de vida, uma vez que as variáveis em questão se mostraram claramente associadas. Mas também constatou que o impacto de tal desenvolvimento vai-se reduzindo com o avançar do PIB, de modo que se torna decrescente a partir de determinado ponto. Alcançado um patamar específico, fatores associados a estilos de vida, como os de natureza cultural, começam a influenciar mais as medidas de bem-estar (*Idem*, pp. 79-80).

Essa tendência decrescente não se verificaria apenas em indicadores concretos, mas também em medidas de bem-estar subjetivo.

vo, como o grau de felicidade e de satisfação com a vida (*Idem*, pp. 80-2)

Essas análises levam o autor à afirmação de que, a partir de um ponto específico, o crescimento econômico gera apenas elevações mínimas nos indicadores de bem-estar, o que tornaria plausível e viável uma estratégia racional de valorização dos assuntos relacionados à qualidade de vida.

Como propõe a hipótese da socialização, a cultura não muda abruptamente. Mas com a elevação da segurança econômica, em determinado momento ela se alteraria e surgiriam novas formas de melhorar o bem-estar subjetivo através de mudanças nas prioridades, nas normas e padrões de vida.

A complementaridade entre fatores econômicos e culturais torna-se evidente nesse raciocínio. Por um lado, as condições socioeconômicas afetariam no longo prazo o sistema cultural; por outro, este último, quando se adapta às condições objetivas de existência, passaria a influenciar a vida social, econômica e política. Novas estratégias de sobrevivência seriam criadas no contexto de segurança econômica e elas seriam as responsáveis pela continuidade na elevação nos níveis de satisfação material e subjetiva.

Além disso, é preciso destacar que, com o decréscimo dos benefícios advindos da estratégia desenvolvimentista, tornam-se cada vez mais evidentes os elevados custos ambientais e subjetivos implicados nesse comportamento.

Como aponta Beck (1992), com seu conceito de *sociedade do risco*, os conflitos na sociedade pós-industrial têm-se fundamentado na questão da distribuição dos riscos decorrentes da tecnologia nuclear, das pesquisas genéticas e das ameaças ao meio ambiente e não mais sobre o tema da distribuição dos bens, como a propriedade, a renda e o emprego, tal como ocorria na sociedade industrial.

É justamente entre os públicos de sociedades com maior expectativa de vida que essa percepção do risco tem aumentado, tornando-se tema central na agenda política das duas últimas décadas. Na verdade, trata-se de algo lógico, pois é justamente porque superaram os limites da mera sobrevivência que esses indivíduos podem se preocupar com outros temas.

A partir desses argumentos, Inglehart defende que o impacto do desenvolvimento socioeconômico sobre as mudanças culturais ocorre em duas fases distintas. Na primeira, a da industrialização, teria surgido a burocratização e a secularização; na segunda, da pós-industrialização,² a tendência se altera em direção à autonomia individual e aos valores de auto-expressão (Inglehart, 2001).

Os públicos das nações pós-industriais, mas não apenas delas, estariam gradualmente abandonando uma tendência materialista em favor de uma postura pós-materialista, ou seja, em vez de priorizarem predominantemente metas relacionadas com a segurança física e econômica, estariam atribuindo valor crescente a outras metas, como necessidades sociais, estéticas ou intelectuais. Isso, todavia, não indicaria que estão se tornando não-materialistas, muito menos antimaterialistas. O termo pós-materialismo, na realidade, é empregado no interior dessa perspectiva teórica para designar um conjunto de metas que são buscadas depois de alcançada a segurança material e apenas porque ela foi alcançada (Inglehart, 2001).

As populações dos países pós-industriais estariam experimentando desde o término da Segunda Guerra Mundial um expressivo crescimento econômico, o que teria produzido altos níveis de segurança existencial, manifestos na elevação dos níveis de renda, ampliações da expectativa de vida e outros indicadores. Tal desenvolvimento teria diminuído sensivelmente os obstáculos que

se impõem à autonomia, à criatividade e à possibilidade de escolha dos seres humanos (*Idem*).

Inglehart argumenta que os caminhos pelos quais esse processo estaria se dando são diversos. Primeiramente, a simples redução da pobreza diminuiria os constrangimentos à escolha humana e contribuiria para o desenvolvimento de um sentimento de segurança econômica e física. Também ampliaria os níveis educacionais das populações e favoreceria o acesso à informação através dos meios de comunicação de massa (Inkeles, 1983). A emergência da sociedade do conhecimento mobilizaria as habilidades cognitivas dos indivíduos (Bell, 1973; Inglehart, 1990). Assim, o desenvolvimento econômico diminuiria os constrangimentos cognitivos e alimentaria a independência intelectual dos habitantes das sociedades pós-industriais.

Além disso, essa fase da modernização produziria uma ampliação da especialização ocupacional e maior complexidade social, diversificando as interações humanas, o que potencializaria um processo já descrito por sociólogos clássicos como Durkheim (1995) e Tönnies (1977), de passagem da solidariedade mecânica para a orgânica e da comunidade para a sociedade. Em vez de normas e padrões fixos de comportamento, essa nova configuração social abriria espaço para as preferências individuais.

Sintetizando esse argumento, escreve que “pela redução da insegurança econômica, pela mobilização cognitiva e pela diversificação das interações humanas, o desenvolvimento socioeconômico diminui os constrangimentos objetivos sobre a escolha humana” (Inglehart e Welzel, 2005, p. 24). Ou seja, a teoria do desenvolvimento humano aponta para uma situação em que, paulatinamente, os indivíduos ganham mais espaço como atores que aspiram à autonomia.

Valores Pós-materialistas e Democracia

De maneira bastante otimista, Inglehart e Welzel (2005) escrevem que a emergência dos valores de auto-expressão tem transformado a modernização em “um processo de desenvolvimento humano, fazendo emergir um novo tipo de sociedade humanística que promove a emancipação humana por várias vias”. Pode-se questionar essa aposta humanista, mas o fato é que os envolvidos nas pesquisas sobre o tema têm acumulado robustas evidências empíricas que atestam a existência de importantes conseqüências políticas desse redirecionamento das prioridades individuais e da metas societais.

Nesta seção, pretendemos discutir alguns desses efeitos que dizem respeito mais diretamente a uma suposta relação existente entre valores pós-materialistas e a emergência e consolidação de democracias.

Nos marcos dessa teoria, pesquisadores têm apontado que o desenvolvimento socioeconômico, os valores de auto-expressão e as instituições democráticas atuam juntos, como peças de um quebra-cabeça que conduz à ampliação da autonomia nas escolhas dos indivíduos (*Idem*).

Os elementos básicos do desenvolvimento humano, portanto, seriam três: (a) as capacidades objetivas que eliminam os constrangimentos à escolha; (b) as motivações subjetivas que levam os indivíduos a agir de acordo com suas escolhas; (c) a designação legal que, a partir do reconhecimento legal dos direitos civis e políticos, possibilita a ação a partir das escolhas autônomas (*Idem*).

Os relacionamentos supostos entre esses elementos não são afirmados apenas no nível teórico pelos autores, mas testados empiricamente. Por meio do emprego de uma série de indicadores que servem de medidas de democracia para mais de cin-

qüenta sociedades, incluindo o Brasil, os autores sustentam a tese de que os valores no nível individual estão fortemente conectados às instituições democráticas, sobretudo, a priorização da autonomia e da auto-expressão (Inglehart e Welzel, 2005).

Identificar essa ligação, entretanto, é apenas parte do problema quando se trata de analisar o relacionamento entre variáveis culturais e instituições. Apesar de acreditarmos que a posição mais prudente e plausível sobre o tema seja considerar a existência de uma mútua determinação dos componentes culturais e institucionais nos processos de democratização, a polêmica acerca desse assunto continua, sendo possível identificar a existência de duas orientações distintas e opostas.

De um lado, temos estudiosos afirmando que os valores de massa desempenham papel fundamental no processo de democratização. Confiança, tolerância, sentimento de eficácia política e um extenso conjunto de virtudes cívicas desempenhariam papel fundamental no efetivo funcionamento das instituições democráticas para um grupo de pesquisadores (Putnam, 2000; Gibson, 1997; Inglehart, 1988).

De outro lado, encontramos analistas afirmando que é o aprendizado institucional, ou seja, o fato de os indivíduos viverem sob instituições democráticas é que gera uma cultura pró-democrática (Muller e Seligson, 1994; Jackman e Miller, 2005).

Inglehart e Welzel (2005) explicitamente se colocam no primeiro grupo e pretendem demonstrar que as instituições afetam pouco os valores e que, na direção contrária, a ênfase da auto-expressão produz impacto significativo sobre as instituições democráticas.

A partir dos dados obtidos pelas duas últimas ondas de sondagens do projeto World Values Survey (WVS), esses autores tratam de sustentar que os valores pós-mate-

rialistas antecedem e, em grande medida, explicam o estabelecimento de democracias ao redor do mundo. Utilizando modelos de regressão, eles identificam que as medidas relativas aos valores verificados uma década antes explicam significativamente os níveis de democratização na virada do milênio em nível mundial, mesmo quando seu impacto é controlado pelos possíveis efeitos do desenvolvimento socioeconômico (*Idem*).

A hipótese contrária, ou seja, de que níveis de democracia anteriores conduzem ao estabelecimento de valores de auto-expressão, não se mostrou consistente. Níveis de democracia medidos no início da década de 1980 não produziram impacto importante sobre a ênfase nesses valores medida na década de 1990. Esses últimos são explicados de maneira considerável pelos níveis de recursos econômicos, cognitivos e sociais existentes uma década antes (*Idem*).

Em síntese, os testes contribuem para que os autores defendam que a intensidade do associação é muito mais forte quando se mede o efeito dos valores relacionados com a mudança pós-materialista sobre a democracia do que o inverso.

Sendo assim, seguindo essa perspectiva, podemos entender que o desenvolvimento socioeconômico não conduz diretamente à democracia, sendo necessário um conjunto de variáveis intervenientes entre esses dois fenômenos. Os valores pós-materialistas, principalmente a ênfase na auto-expressão, estabeleceriam essa conexão necessária.

Neste momento, trataremos de analisar alguns detalhes dessa associação, verificando quais orientações subjetivas compõem essa tendência de busca pela autonomia e independência. Pretendemos explorar a hipótese de que uma cultura política congruente com a forma democrática estaria relacionada à mudança pós-materialista. Trata-se de verificar se a ênfase na auto-expressão identifica-

da em escala mundial seria já o reflexo de uma mudança nas orientações políticas dos indivíduos que estariam desenvolvendo uma visão de mundo cada vez congruente com a democracia.

O primeiro elemento dessa mudança seria a emergência de atitudes mais participativas entre os públicos das sociedades que experimentaram períodos relativamente longos de crescimento econômico (Inglehart, 1990; 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

Já no seu estudo inicial, *The silent revolution* (1977), Inglehart previa que, juntamente com a ampliação do número de pós-materialistas, ocorreria uma redução das taxas de mobilização política tradicionais e o crescimento de atividades de contestação.

A causa primeira desse fenômeno seria a elevação gradual no número de pós-materialistas, o que significaria que um número cada vez maior de pessoas teria condições de se preocuparem com assuntos não relacionados com a sobrevivência física, como os de natureza política. Essa preocupação geraria o desejo de tomar parte dos assuntos públicos (Inglehart, 1990).

Além disso, essa mudança nas prioridades valorativas estaria associada intimamente ao processo de mobilização cognitiva que viria produzindo elevação significativa do que chama de “intervenção cidadã na política” (Inglehart, 2001, p. 221).

Níveis elevados de educação formal e a mudança da natureza das atividades laborais, que teriam deixado de ser meramente repetitivas, provavelmente contribuíram para a independência de pensamento e de ação (Inglehart, 1990; 2001). Os efeitos desse processo sobre os cidadãos acabam por extrapolar os limites da esfera produtiva e “las técnicas que aprenden en la educación superior y en su vida laboral los convierten en participantes políticos cada vez más expertos” (Inglehart, 2001, p. 222).

Novas habilidades que potencializam a capacidade para a participação política são desenvolvidas e acabam engendrando a formulação de demandas por participação através de novos canais que valorizam a autonomia da pessoa.

Essas afirmações, entretanto, causam certa surpresa se considerarmos recentes pesquisas que têm indicado declínio das taxas de politização em escala mundial. Putnam, por exemplo, em livro com o sugestivo título de *Bowling alone* (2000), defende a tese de que o declínio nos níveis de capital social estaria produzido públicos politicamente cínicos ou apáticos.

Estaríamos, portanto, experimentando uma situação contraditória. Por um lado, segundo os defensores da teoria do desenvolvimento humano, as condições e habilidades necessárias para ocorrer maior participação foram e continuam sendo ampliadas pela modernização. Por outro, os indicadores de politização entre diferentes grupos e principalmente entre os jovens têm decaído (Inglehart, 1990; 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

A contradição, todavia, seria apenas aparente. Se as manifestações políticas clássicas, tal como o voto e a filiação a instituições políticas tradicionais, têm declinado, outras formas de atuação estariam emergindo com grande força. As novas condições sociais e econômicas estariam conduzindo à elevação do número de indivíduos interessados em política, ao aumento da participação em formas não-convencionais de ação política e ao surgimento dos novos movimentos sociais (Inglehart e Welzel, 2005).

Em vez de serem dirigidas por organizações burocráticas comandadas por elites, as pessoas estariam procurando estratégias para a manifestação de suas preferências sobre assuntos específicos, tais como o aborto, os direitos das mulheres e homossexuais, a cor-

rupção das elites, e as questões ambientais (Inglehart e Welzel, 2005, p. 116).

Evidências empíricas sobre esse fenômeno foram apresentadas já no final da década de 1970 (Barnes *et al.*, 1979), indicando que os valores pós-materialistas estavam fortemente associados a ações políticas não-convencionais, tais como manifestações, boicotes ou ocupações.

Essa tendência se apresentou consistente no tempo, como demonstram as quatro ondas do WVS. As atividades não-convencionais de contestação têm-se tornado ações relativamente normais entre os públicos de nações pós-industriais (Inglehart e Welzel, 2005).

Como se trata de um fenômeno associado à mudança pós-materialista, esse novo ativismo político se manifestaria através da mudança geracional, ou seja, na medida em que os grupos mais jovens, mais educados e mais pós-materialistas passam a compor a população adulta, essas práticas participativas se tornariam mais comuns (Inglehart, 1990; 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

Dispondo os dados coletados em 1974 pelo projeto *Political Action* e as quatro ondas do WVS (1981, 1990, 1995 e 2000) em uma tabela, Inglehart e Welzel mostram que o percentual de pessoas que afirmaram estar envolvidas em ações políticas não-convencionais só aumentou (Inglehart e Welzel, 2005).

Em 1974, uma média de 32% da população dos oito países cobertos pelas pesquisas declarou ter assinado petições. A cada nova sondagem, esse número foi aumentando, chegando a 63% em 2000, totalizando um acréscimo de 31 pontos. O mesmo ocorreu em relação à participação em manifestações (acréscimo de 12%) e em boicotes a produtos específicos (acréscimo de 9%) (Inglehart e Welzel, 2005, pp. 121-2).

É importante destacar que todas as oito sociedades que manifestaram essas elevações

são classificadas como de alta renda, o que vem confirmar a hipótese de que essa tendência de participação em ações não-convencionais faz parte das mudanças pós-materialistas explicadas em última instância pela modernização. Não se trata, portanto, de um fenômeno mundialmente uniforme, mas conectado aos níveis de desenvolvimento econômico de cada sociedade.

Sendo assim, seria previsível que os níveis de auto-expressão estivessem, em escala mundial, associados com a prática de ações de contestação. De fato, os autores mostram que quanto maior a ênfase nos valores de auto-expressão, mais comuns são as práticas políticas dessa ordem (*Idem*, p. 124).

Como parte do conjunto de mudanças culturais denominadas de síndrome pós-materialista, teríamos, portanto, o desenvolvimento de uma postura crítica e participativa por parte dos cidadãos, que seria congruente com processos de ampliação e fortalecimento da democracia.

Outro elemento que caracterizaria esse novo padrão de atitudes e comportamentos políticos seria a tolerância em relação às diferenças. A respeito desse tema, os autores se debruçam particularmente sobre a questão da aceitação da homossexualidade, escrevendo que “pós-materialistas e jovens são marcadamente mais tolerantes à homossexualidade do que os materialistas e as pessoas mais velhas e isso é parte de um padrão importante – a emergência de normas humanísticas que enfatizam a emancipação humana e a auto-expressão” (*Idem*, p. 126).

Essa tolerância maior a comportamentos que desviam dos padrões tradicionalmente aceitos não se limita a esse aspecto, pois tal conexão também teria sido identificada, desde a década de 1980, em relação a aborto, divórcio, relacionamentos extraconjugais e prostituição (Inglehart, 1990).

Atitudes positivas em relação à igualdade de gênero seriam também componentes dessa reorientação subjetiva. Os autores mostram que o percentual de discordância à sentença “Quando os empregos são escassos, os homens devem ter mais direitos a eles que as mulheres” tem aumentado na grande maioria dos países. De cinquenta sociedades investigadas, 37 (74%) mostraram aumento nesse indicador de apoio à igualdade de gênero (Inglehart e Welzel, 2005).

Mais expressivos ainda são os resultados obtidos diante da afirmação “Homens são melhores líderes políticos que mulheres”. Nove em cada dez países cuja maioria da população se mostrou contrária à sentença são classificados pelo Banco Mundial como nações de alta renda (*Idem*).

O conjunto desses dados e argumentos conduz os pesquisadores à conclusão de que os valores pós-materialistas, a ampliação da participação em ações políticas não-conventionais, o aumento da tolerância, o apoio à igualdade de gênero, dentre outros elementos, fazem parte de uma única tendência em direção ao estabelecimento de uma cultura pró-democrática (Inglehart, 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

Gibson e Duch (1994), em estudo sobre a democratização na antiga União Soviética na década de 1990, realizam um teste interessante sobre esse tema analisando a relação entre o pós-materialismo e um conjunto mais amplo de orientações valorativas relacionadas à cultura política.

Utilizando dados obtidos a partir de sondagens realizadas no ano de 1990, esses pesquisadores tomam como hipótese de trabalho algo similar ao que propõem Inglehart e seus colaboradores, ou seja, que os valores pós-materialistas estariam conectados a um grupo de crenças sobre os processos e instituições democráticas e também a formas de participação política não-conventionais. Mais especificamente, supu-

nam que os pós-materialistas dessa sociedade tenderiam à adotar “uma variedade de pontos de vista democráticos, mudando suas atitudes em relação a instituições majoritárias como os parlamentos para questões sobre tolerância e minorias políticas” (Gibson e Duch, p. 10)

Para verificar a validade dessa hipótese, construíram um indicador de apoio aos valores democráticos bastante amplo, envolvendo valorização da liberdade, apoio às normas democráticas, consciência em relação aos direitos de cidadania, apoio ao dissenso e à oposição, à mídia independente, à competição eleitoral e tolerância a minorias políticas (*Idem*, pp. 33-4).

A partir desse índice, por meio da técnica de análise fatorial, os respondentes foram classificados em três grupos, em razão dos escores obtidos no conjunto das respostas sobre esses temas. Distinguem-se, portanto, entre os que manifestam alto, médio ou baixo apoio a tais valores e normas.

O cruzamento dessa dimensão com aquela gerada pelo índice de pós-materialismo demonstrou que os pós-materialistas são mais propensos a manifestar altos níveis de apoio aos valores democráticos. Mais de 80% dos que foram incluídos nesse grupo, que enfatiza os valores de auto-expressão, manifestaram altos índices de adesão às normas e crenças pró-democracia.³

Para aprofundar a compreensão sobre esse relacionamento, os pesquisadores também construíram um modelo de regressão em que os valores democráticos aparecem como variável resposta e o pós-materialismo como preditor. Para evitar conclusões espúrias, como estratégia de controle também foram inseridas no modelo algumas variáveis demográficas, tais como idade e nível educacional. Os resultados obtidos indicaram que, mesmo sendo controlado por essas variáveis, o impacto da medida de pós-materialismo continuou significativo (*Idem*, p. 21).

Por fim, também verificaram que, entre o público soviético, os pós-materialistas também são os que mais afirmaram ter se envolvido em ações políticas não-convencionais, tal como definidas anteriormente (*Idem*, p. 27). Essa mesma associação foi também verificada por Opp (1990) em pesquisa realizada na então Alemanha Ocidental.

Essa pesquisa de Gibson e Duch nos parece particularmente interessante pelo fato de que a União Soviética do final da década de 1980 não era um exemplo de desenvolvimento econômico e o número de indivíduos pós-materialistas era bastante reduzido (11%). Ainda assim, a associação verificada em nível internacional se repetiu nesse contexto.

Considerações Finais

Nossa intenção neste artigo foi apresentar os argumentos fundamentais dessa perspectiva teórica e empírica, que tem gerado intenso debate no interior da ciência política internacional nas últimas décadas. Mais especificamente, tratamos de destacar a seqüência dos argumentos presentes nessa formulação, que terminam por afirmar as conseqüências do processo de modernização e da emergência de novas prioridades valorativas sobre o estabelecimento de uma cultura política congruente com a democracia.

A pertinência desses argumentos nos leva a pensar sobre as suas potencialidades

explicativas em realidades como a brasileira, na qual uma cultura política com traços pouco democráticos tem demonstrado possuir grande poder de permanência. Talvez fosse interessante analisar em que medida os valores pós-materialistas estão associados ao florescimento de uma cultura política democrática entre nós.

As seguintes questões poderiam ser formuladas por pesquisadores nacionais a partir desse aporte teórico: seriam os pós-materialistas brasileiros, ainda que em número reduzido, mais democráticos que os materialistas? A mudança pós-materialista, ainda que incipiente no Brasil e na América Latina como um todo, estaria produzindo impactos positivos em nossa cultura política?

Investigações acerca desses temas em sociedades específicas como a nossa seriam valiosas, pois poderiam captar particularidades que escapam ao analista em estudos que se debruçam sobre conjuntos relativamente amplos de nações, tais como os realizados por Inglehart e seus colegas. Estudos particulares são necessários, sobretudo em realidades sociais, políticas e econômicas que se distanciam daquelas condições existentes nas chamadas sociedades pós-industriais.

A análise das questões e hipóteses colocadas pela teoria do desenvolvimento, em sociedades em que a segurança física e econômica ainda não são uma realidade para a maioria da população, poderia contribuir significativamente no médio e longo prazo para o debate sobre a suposta emergência de uma postura pós-materialista em perspectiva mundial, bem como sobre seus potenciais efeitos.

Notas

- 1 Todas as citações foram livremente traduzidas pelo autor.
- 2 Em, *Modernización y posmodernización*, Inglehart (2001) não se refere a duas fases da modernização. Ele utiliza o termo pós-modernização para designar a nova configuração social das sociedades desenvolvidas.

- 3 Apesar de os autores utilizarem dados de duas amostras distintas (uma referente à Moscou e outra à URSS europeia), estamos aqui nos referindo apenas aos resultados da primeira.

Bibliografia

- BARNES, Samuel *et al.* (1979), *Political Action*. Beverly Hills, Sage.
- BECK, Ulrich. (1992), *Risk society*. Londres, Sage.
- BELL, Daniel. (1973), *The coming of postindustrial society*. Nova York, Basic Books.
- BRIM, Orville G. & KAGAN, Jerome. (1980), *Constancy and change in human development*. Cambridge, Harvard University Press.
- DAWKINS, Richard. (1989), *The selfish gene*. Oxford, Oxford University Press.
- DiMAGGIO, Paul. (1994), "Culture and economy", in N. J. Smelser & R. Swedberg (orgs.), *The handbook of economic sociology*, Princeton, Princeton University Press.
- DURKHEIM, Emile. (1995), *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes.
- ERIKSON, Erik H. (1982), *The life cycle completed: a review*. Nova York, Norton.
- GIBSON, James L. (1997), "Mass opposition to the Soviet Putsch of August 1991: collective action, rational choice, and democratic values". *American Political Science Review*, 91: 671-84.
- GIBSON, James L. & DUCH, Raymond M. (1994), "Postmaterialism and the emerging soviet democracy". *Political Research Quarterly*, 47: 5-39.
- INGLEHART, Ronald. (1977), *The silent revolution*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1988), "The renaissance of political culture". *American Political Science Review*, 82 (4): 1.203-30.
- _____. (1990), *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (2001), *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madri, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno.
- INGLEHART, Ronald & WELZEL, Christian. (2005), *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. Nova York, Cambridge University Press.
- INKELES, Alex. (1983), *Exploring individual modernity*. Nova York, Columbia University Press.
- JACKMAN, Robert & MILLER, Ross. (2005), *Beyond norms*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MASLOW, Abraham. (1988), *Motivation and personality*. Nova York, Harper & Row.
- MEYER, John W. *et al.* (1997), "World society and Nation-State". *American Journal of*

Sociology, 103: 144-81.

MULLER, Edward N. & SELIGSON, M. (1994), "Civic culture and democracy: the question of causal relationships". *American Political Science Review*, 88: 635-52.

OPP, Karl-Dieter. (1990), "Postmaterialism, collective action, and political protest". *American Journal of Political Science*, 34: 212-35.

PUTNAM, Robert. (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. Nova York, Simon and Schuster.

SEN, Amartya. (1999), *Development as freedom*. Nova York, Knopf.

STEVENSON, Mark. (1997), "Globalization, national cultures, and cultural citizenship". *Sociological Quarterly*, 38: 41-67.

TÖNNIES, Ferdinand. (1977), "Comunidade e sociedade", in P. Birnbaum e F. Chazel, *Teoria sociológica*, São Paulo, Hucitec/Edusp.

• *Artigo recebido em abr/2007*

• *Aprovado em ago/2007*

Resumo

Teoria do desenvolvimento humano, cultura política e democracia

O artigo apresenta os elementos fundamentais da teoria do desenvolvimento humano proposta por Ronald Inglehart e seus colaboradores, enfatizando suas hipóteses acerca do relacionamento entre desenvolvimento socioeconômico, prioridades valorativas e os processos de democratização. Inicialmente são apresentados os argumentos centrais que sustentam essa perspectiva, caracterizada como uma revisão crítica das formulações clássicas da teoria da modernização. Na seqüência, discutimos a suposta relação entre desenvolvimento material e a emergência dos chamados valores pós-materialistas em perspectiva mundial. Por fim, analisamos a hipótese da associação entre essa mudança valorativa e os processos de democratização, enfatizando especialmente os impactos da síndrome pós-materialista sobre a constituição de uma cultura política democrática.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano; Prioridades valorativas; Democracia; Cultura política; Pós-materialismo.

Abstract

Theory of the human development, political culture, and democracy

The article presents the fundamental elements of the theory of the human development proposed by Ronald Inglehart and his collaborators, emphasizing his hypotheses concerning the relationship among socioeconomic development, value priorities, and the democratization processes. Initially, central arguments that sustain that perspective are presented, characterized as a critical revision of the classic formulations of the theory of the modernization. In sequence, we discuss the supposed relationship between material development and the emergence of the so-called post materialistic values in the world perspective. Finally, we analyzed the hypothesis of the association between that values change and the democratization processes, especially emphasizing the impacts of the post materialistic syndrome about the constitution of a democratic political culture.

Keywords: Human development; Value priorities; Democracy; Political culture; Post materialism.

Résumé

Théorie du développement humain, culture politique et démocratie

L'article présente les éléments fondamentaux de la théorie du développement humain proposée par Ronald Inglehart et ses collaborateurs. L'accent est mis sur ses hypothèses à propos du rapport entre le développement socio-économique, les priorités de valeurs et les processus de démocratisation. L'auteur présente, tout d'abord, les arguments centraux qui soutiennent cette perspective, qui se caractérise comme étant une révision critique des formulations classiques de la théorie de la modernisation. Il aborde, par la suite, selon une perspective mondiale, le rapport supposé entre le développement matériel et l'émergence des soi-disant valeurs post-matérialistes. Finalement, il analyse l'hypothèse de l'association entre ce changement de priorités de valeurs et les processus de démocratisation, particulièrement en ce qui concerne les impacts du syndrome post-matérialiste sur la constitution d'une culture politique démocratique.

Mots-clés: Développement humain; Priorités de valeurs; Démocratie ; Culture politique; Post-matérialisme.

**Sindicatos em Transformação.
“Modelos” de Ação Sindical: o Debate Internacional***

Sônia M. K. Guimarães

Introdução

Falar de sindicalismo hoje é falar da crise dessa instituição. Especialistas têm discutido a questão, perguntando-se qual a possibilidade de o sindicalismo readquirir o papel influente que deteve no passado ou, mais precisamente, qual seria o futuro dessa instituição nas sociedades do século XXI. Qual o papel dos sindicatos nas sociedades informacionais? Estaria essa instituição fadada ao desaparecimento ou, ao contrário, adquiriria nova identidade e potencialidades? Admitida a hipótese de sua permanência, que mudanças teria que promover para alcançar uma atuação eficaz diante de uma nova realidade do trabalho e dos trabalhadores? A lógica de ação que presidiu sua existência até recentemente, baseada predominantemente no conflito entre capital e trabalho poderia ou deveria persistir, ou seria necessário construir uma nova identidade, uma nova lógica de ação? Como se caracterizariam essa nova identidade e nova lógica de ação? Quais os riscos, quais os ganhos e potencialidades, tendo em vista mudanças de identidade? Seria a evolução suficiente à transformação dos sindicatos ou teriam eles que experimentar uma revolução?

As respostas a essas e outras questões são complexas e exigem sério esforço de pesquisa tanto no nível teórico como empírico.

Os estudos sobre sindicalismo no Brasil têm produzido um vasto e profícuo conjunto de dados que se traduzem em análises que abordam diferentes aspectos do fenômeno sob perspectivas diversas (por exemplo, o sindicato como instituição e como movimento social), em distintos períodos históricos (desde os movimentos anarquistas do início do século XX, até o chamado novo sindicalismo e o sindicalismo dos anos 1990), em diferentes regiões, ramos e setores econômicos. Apesar do volume e riqueza da produção científica brasileira na área, a mesma tem-se fundamentado, sobretudo, em uma perspectiva empírica e descritiva, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com a produção norte-americana, francesa e britânica, que apresenta um notável esforço de teorização (entre outros, Kochan, Katz e McKersie, 1986; Locke e Thelen, 1998; Heckscher, 1996; Kelly, 1998; Hyman, 2001; Durand, 2004; Turner, 2006).

A insuficiente reflexão teórica no Brasil, tende a restringir a capacidade para um olhar mais abstrato e objetivo sobre o fenômeno. Por exemplo, entre outros aspectos, há carência de teoria para explicar os diferentes ciclos

* A primeira versão deste artigo foi apresentada no XXIX Encontro Anual da Anpocs, GT 26 – Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea, 25-29 out. 2005, Caxambu, MG.

na existência da instituição, suas diferentes manifestações, bem como questões referentes à relação partido-sindicato. Carecemos de ferramentas teóricas que nos habilite a pensar as questões que afetam o sindicalismo de forma mais objetiva e abrangente. Tende-se a considerar a globalização como fator fundamental para explicar os problemas atuais do sindicato. Nessa perspectiva, são muitas vezes deixados de lado outros fatores, tanto de ordem estrutural ou conjuntural (como esgotamento do processo de substituição de importações, estabilidade da economia, despreparo dos sindicatos), como de ordem subjetiva (questões de identidade, crenças e valores da instituição e dos filiados). A ausência de reflexão teórica impede a discussão sobre questões e conceitos como “interesse dos trabalhadores” – o qual tende a ser *taken for granted* a partir do ponto de vista da análise marxista.

Tal lacuna está a exigir urgência em complementar a pesquisa na área: há necessidade de investigar os diferentes tipos de sindicatos (observa-se, no Brasil, nos últimos vinte anos, um viés – *wishful thinking* – no sentido de privilegiar a investigação sobre os sindicatos *cutistas*, como se inexistissem os demais sindicatos),¹ não apenas em termos do espectro “direita” e “esquerda”, mas também de distintas tendências observadas em sindicatos pertencendo ao mesmo ramo e/ou à mesma federação. Seria necessário aprofundar-se na diversidade e complexidade do fenômeno.

Conforme acima indicado, estudos sobre a crise dos sindicatos tendem a evidenciar os impasses que se lhes apresentam, explicando-os como conseqüências de mudanças: (a) econômicas – globalização, liberalização dos mercados e conseqüente acirramento da competição, financeirização da economia, que privilegia os acionistas na busca de lucros elevados em detrimento dos

demais agentes econômicos – e/ou (b) no mundo do trabalho, como a introdução de novas tecnologias, que elimina postos de trabalho e altera o perfil dos novos empregados, a reestruturação das empresas e transformações na organização do trabalho, que modificam de forma significativa as relações de trabalho.

A perspectiva acima apresenta pelo menos duas limitações: de um lado, explica o debilitamento dos sindicatos em decorrência de uma visão que privilegia fatores estruturais, externos; de outro lado, simplifica a questão, considerando-a de forma homogênea, enfatizando as convergências e minimizando as divergências. Deixa-se assim de evidenciar a pluralidade de orientações e perspectivas que caracteriza a realidade concreta dos sindicatos e que se expressam em valores e atitudes que correspondem a situações histórico-político-sociais do ambiente em que atuam. Ao obscurecer as diferenças, obtêm-se conclusões equivocadas, pois iguala-se o que é desigual e impede-se a percepção mais fina que permitiria compreender de forma mais acurada o fenômeno em estudo.

Há que, antes de tudo, ter claro que o termo “sindicalismo” supõe pluralidade de concepções de ação e orientações, muitas vezes, conflitantes.

Este artigo procura levantar aspectos relacionados a tais questões, a partir do exame de uma literatura representativa do esforço teórico realizado por estudiosos europeus e norte-americanos na tentativa de avançar no entendimento do problema de forma mais abrangente, ultrapassando assim os limites da análise descritiva.

Sobre as Perspectivas de Análise

Sabemos que a escolha de uma dada perspectiva de análise condiciona a explica-

ção do fenômeno investigado. Os estudos sobre os sindicatos têm sido desenvolvidos a partir de diferentes abordagens, dentre elas destacam-se a abordagem estrutural e a abordagem acionista. Na primeira, supõe-se que a configuração econômico-institucional (natureza do contexto econômico, do regime jurídico-organizacional, das relações dos sindicatos com o Estado e com os partidos políticos) contribuiria para moldar atitudes e comportamentos, determinando a ação dos agentes sociais; na segunda, o pressuposto seria de que as práticas são forjadas a partir de experiências dos agentes sociais, resultando em ações/estratégias baseadas no exame dos limites e possibilidades em face das situações existentes. A perspectiva estrutural tenderia a explicar os problemas atuais do sindicalismo como resultado de fatores predominantemente externos, decorrentes de mudanças ocorridas na realidade econômica e, em consequência, no mundo do trabalho. Quando pautada pela perspectiva marxista, essa abordagem parte do pressuposto de que existiria uma relação necessária de conflito entre capital e trabalho, cuja concretização – eliminar a sociedade capitalista – seria o verdadeiro “interesse dos trabalhadores”. Tenderia, assim, a uma homogeneização dos resultados. A perspectiva acionista, sem retirar a importância dos fatores estruturais, privilegia a dinâmica de estratégias dos agentes sociais. Nesse sentido, o desenvolvimento de estratégias de conflito ou de cooperação obedeceria a um cálculo que avaliaria como obter o máximo de ganhos considerando um contexto particular que incluiria a estrutura de relações entre capital e trabalho, valores subjetivos e apelos que compõem as ideologias.

A perspectiva acionista tem sido cada vez mais incorporada pela sociologia contemporânea. Entretanto, aqui também há o risco de graves distorções – o risco de ceder-

se ao voluntarismo. Cabe aqui destacar a abordagem de Giddens (1986), que, atribuindo capacidade de agência aos indivíduos e, portanto, rejeitando o pressuposto de determinação das estruturas, reconhece que os agentes não são autônomos em seu agir, posto que, de um lado, não detêm a totalidade de conhecimento sobre o contexto em que atuam e, por outro, podem deparar-se com conseqüências não esperadas de suas ações. “Agência”, nesse sentido, referir-se-ia não à intenção, mas à capacidade de realizar coisas, de tal forma que, tivesse a ação sido diferente, determinados eventos não teriam ocorrido. Tal abordagem pressupõe que o ator social (indivíduo, grupo ou instituição) teria capacidade de alterar o curso dos eventos.

Avaliar, portanto, as ações dos agentes exigiria do observador conhecer a maneira como eles procuram “adequar” suas escolhas ao contexto em que se aplicam, ou seja, seria necessário investigar não apenas o grau de conhecimento do agente sobre a situação, mas também a sua capacidade de criar estratégias inovadoras. Nessa perspectiva, a análise comparativa torna-se fundamental, pois permite evidenciar limites e possibilidades decorrentes da “estrutura de oportunidades” diante da presença ou ausência de obstáculos econômico-institucionais. Apesar da importância desse último aspecto, seria sempre possível encontrar resultados distintos, em contextos sociais, econômicos, políticos e culturais similares, bem como resultados similares em contextos distintos (Turner, 2006, p. 100). Tal conclusão destaca a importância das “estratégias inovadoras” criadas pelos agentes, apesar dos limites existentes. Privilegia-se, assim, a diferença de resultados, fruto de escolhas realizadas a partir da capacidade dos agentes de influenciar um processo em curso, seja diretamente através das próprias ações, seja através da

ação de outros, que levam em consideração a capacidade de ação dos agentes (Locke e Thelen, 1998; Bacon e Blyton, 2004; Turner, 2006), considerando-se distintas conjugações de fatores. Nessa perspectiva, seria importante distinguir os “modelos” de práticas e explicar as razões das diferenças. Como afirmam Katz e Darbishire (1998), trata-se de evidenciar a heterogeneidade ao invés das semelhanças, as divergências ao invés das convergências.

Os sindicatos constituem-se em “ator social” por excelência: não apenas atuam diretamente, como influenciam a ação de outros (Estado e empresas) a partir da capacidade de atuação que demonstram ter. Tal perspectiva parece adequar-se à análise do mundo do trabalho, posto que este é hoje marcado pela diversidade e pela simultaneidade de situações divergentes. Daí o risco de tomar como verdadeiras as evidências que se baseiam em generalizações apressadas, desconsiderando a diversidade de situações.

De posse dessas observações, as seções a seguir destacarão aspectos que parecem relevantes na construção de um quadro de análise para exame do sindicalismo contemporâneo, considerando-se diferentes perspectivas.

Sobre os Interesses dos Trabalhadores

Ao analisar os problemas do sindicalismo atual, Kelly (1998) critica a tendência que, baseada na tese marxista, considera os “interesses” dos trabalhadores como unificados e identificados com o desejo de derrotar o capitalismo. Tal abordagem suporia, equivocadamente, que aqueles interesses seriam: (a) decorrentes de fatores estruturais e (b) facilmente transformados em conflito, constituindo-se este em traço permanente das relações de trabalho. Por essa perspectiva,

concluir-se-ia de forma não-problemática que a conduta dos sindicatos deveria fundamentar-se no antagonismo e no conflito de classe. Esse pressuposto ignoraria, segundo Kelly, a especificidade e contradições próprias à constituição dos “interesses” dos trabalhadores, ao mesmo tempo que conceberia, de forma simplista, a natureza complexa da relação entre conflito de interesses e comportamento conflitivo. Como afirma Kelly, o comportamento dos trabalhadores seria complexo e a relação entre capital e trabalho necessariamente implicaria conflito e cooperação: ao mesmo tempo que “resiste” à “exploração”, o trabalhador também coopera com o empregador para garantir o funcionamento da empresa e, dessa forma, sua sobrevivência. Kelly vale-se da teoria de Tilly (1978) sobre ação coletiva para formular algumas questões fundamentais: de que forma os trabalhadores vivem seus interesses diante dos do capital – iguais a, diferentes de, em oposição a? Tais interesses seriam definidos em termos individuais, coletivos, de ambas as formas? Como proceder para atender a demandas tão diferenciadas?

Kirk Adams, diretor da American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), chama a atenção para a necessidade de se conhecer melhor os interesses, expectativas e desejos do trabalhador e alerta para a mistificação de certos pressupostos abstratos: “assumimos que os trabalhadores desejam ter um sindicato (...) muitos deles, de fato, o desejam (...) mas por que razão desejam tê-lo não é normalmente discutido” (citado em Herzenberg, 2002, p. 130). Desconhecendo tais razões, sustentam-se idéias equivocadas como a de supor que o principal fator aglutinador dos trabalhadores seja o ódio ao patrão. Portanto, segundo Adams, haveria necessidade de estabelecer maior diálogo sobre as necessidades do trabalhador, conhe-

cer melhor suas demandas, o que permitiria ultrapassar o apelo “contra a empresa” e, em seu lugar, desenvolver a luta em favor da “cidadania no trabalho”.

Esse parece ser um dos equívocos dos sindicatos: tendem a organizar os trabalhadores com base no pressuposto de que estes têm sérios conflitos com os empregadores. A maioria dos trabalhadores, no entanto, não teria conflitos pessoais com a empresa, mas desejaria apenas melhorias salariais, estabilidade de emprego, e uma parte dos mesmos gostaria de ser ouvido no ambiente de trabalho (Herzenberg, 2002).

Kelly (1998) afirma que a oposição de interesses dos trabalhadores diante do capital tenderia a emergir não apenas com o sentimento de insatisfação, mas com os sentimentos de injustiça e ilegitimidade. Se tal afirmação parece consistente, há que considerar, entretanto, que as razões pelas quais expressam tais sentimentos tendem a ser bastante heterogêneas, distinguindo-se de acordo com funções e condições de trabalho e de emprego. O sindicalismo do século XX, que se baseava na idéia de homogeneidade, atuava na perspectiva fordista, ou seja, as demandas privilegiadas eram impostas pelos setores mais bem colocados no mercado de trabalho.

Em relação à discussão sobre “interesses” dos trabalhadores, seria importante reter, como afirma Hyman (2001, p. 170), que “a noção de interesses contém tanto dimensões objetivas quanto subjetivas (...) de modo que a relação entre eles (capital e trabalho) não poderá jamais ser determinada”.

Entre Mercado, Classe e Sociedade

Ainda que se apoiando na perspectiva institucionalista, Hyman não se deixa seduzir pelo determinismo: os problemas atuais do sindicalismo seriam reforçados, mas não

explicados pelos processos econômicos mais gerais, posto que fatores internos aos sindicatos (recursos do poder de que dispõem), que os caracterizaram como atores sociais do século XX, tenderiam a dificultar o ajustamento dos mesmos ao novo contexto.

O autor parte de um exame das diferenças, utilizando-se da noção de polarização triangular – mercado, classe e sociedade – representados na figura de um triângulo, em que cada um dos termos se localizaria em um dos ângulos, definindo-se assim três tipos ideais de sindicalismo, concebidos como: (a) veículo de mobilização anticapitalista, tendo em vista promover a luta de classes; (b) agente de integração social na busca de realização da justiça social através da melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores; e (c) agente de defesa do mercado de trabalho e representante de interesses corporativos.

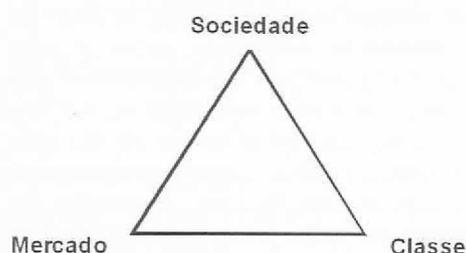
A construção desses tipos ideais associar-se-ia a distintas identidades que definiriam modelos de sindicatos com diferentes objetivos. No primeiro caso, o modelo que emerge com as lutas de esquerda, pautar-se-ia pela oposição anticapitalista, priorizando a organização da militância e a mobilização política; em oposição ao modelo baseado no antagonismo de classes, emerge ao final do século XIX, a perspectiva de integração social, pautada pelos princípios do catolicismo social, a partir de uma visão organicista da sociedade. O terceiro modelo é o chamado *sindicalismo de negócios*, com enraizamento maior nos Estados Unidos, cuja prioridade seria a consecução de objetivos estritamente econômicos, rejeitando perspectivas revolucionárias ou reformistas e considerando-as como obstáculos às reais necessidades dos trabalhadores, como a busca de oportunidades de emprego.

O argumento de Hyman é de que os modelos acima deveriam ser compreendidos

como *tipos ideais* e como tal não seriam encontrados na realidade. Os sindicatos viveriam a permanente tensão de ter de conduzir-se pelos três eixos referidos, ou seja, não poderiam ignorar o mercado (a preocupação com os salários), a divisão de interesses entre empregados e empregadores (a presença das classes sociais), bem como a coexistência com um quadro social mais amplo, a sociedade, que lhes imporiam condicionamentos sociais. Portanto, segundo Hyman, na prática, a identidade dos sindicatos seria definida por sua localização não nos ângulos do triângulo – o que definiria o tipo puro –, mas em um dos lados do mesmo, inclinando-se de forma mais ou menos contraditória para dois dos modelos: entre classe e mercado; entre mercado e sociedade e entre sociedade e classe (ver Figura 1). Considerando-se cada lado do triângulo como um contínuo, teríamos assim uma pluralidade de orientações. As localizações e o grau de inclinação refletiriam tanto circunstâncias objetivas, materiais, como orientações subjetivas, ideológicas. Teríamos assim uma matriz complexa que definiria distintas estratégias e formas de ação. Em tempos de mudança, tenderia a ocorrer reorientações de posição.

Na perspectiva do sindicalismo de mercado, uma das funções precípua dos sindicatos seria a de garantir padrões aceitáveis em termos de salários, jornada de trabalho, elementos básicos de saúde, segurança no trabalho, as quais seriam preferivelmente definidas por intermédio de negociação coletiva (outras formas: contrato individual, seguro mútuo ou obrigação legal). O sindicalismo seria nesse caso concebido sob uma perspectiva economicista, cujo objetivo seria lutar para elevar o bem-estar material de seus membros, especialmente no que se refere ao aumento de salários. A organização e a negociação coletiva aumentaria o poder de

Figura 1
Eixos de Orientação dos Sindicatos



Fonte: Hyman (2001)

barganha dos trabalhadores, permitindo a obtenção de vantagens acima das condições de mercado. Essa perspectiva basear-se-ia num pretensão equilíbrio da correlação de forças entre as partes em negociação, a qual em termos dos trabalhadores dependeria muito das condições do mercado de trabalho. Tenderia, portanto, a privilegiar os trabalhadores em vantagem no mercado de trabalho, constituindo-se também em limite dessa estratégia.

Tal economicismo, argumenta Hyman, não poderia deixar de ser político, já que a lógica puramente de mercado não se sustentaria sem regulação; portanto, ao tentar impor-se no mercado, torna-se inevitável influenciar o Estado. Da mesma forma, as regras de mercado originar-se-iam na estrutura das relações sociais; a noção de “salário justo” apóia-se em valores definidos pela idéia de normas e obrigações sociais – a “economia moral”, de Durkheim.

Tais argumentos, segundo o autor, demonstrariam a impossibilidade de existência de um sindicalismo puramente de negócios, posto que os aspectos políticos e sociais estariam, de uma forma ou de outra, sempre presentes.

O chamado sindicalismo revolucionário baseava-se no pressuposto de que a luta coletiva por melhores condições de trabalho ten-

deria a radicalizar-se, posto que contribuiria para formar entre os trabalhadores a percepção de interesses comuns e de desenvolvimento de um sentimento de antagonismo contra os patrões, decorrente da impossibilidade de atendimento das reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho nos limites do capitalismo. A subversão da ordem seria inevitável.

Os pressupostos acima não se verificaram: o aumento da produtividade permitiu redistribuição de ganhos para determinados segmentos de trabalhadores; no entanto, por ocasião das crises, no lugar de radicalizações, observam-se concessões por parte dos trabalhadores preocupados em garantir a sobrevivência da empresa e dos próprios empregos. Diante disso, a esquerda condenava a negociação coletiva e a burocracia sindical por julgá-las responsáveis pela acomodação dos trabalhadores ao sistema.

Hyman corretamente pondera sobre a não-linearidade da realidade: o conflito não pode ser usado permanentemente, tanto porque geraria retaliação por parte dos empregadores, como também porque os trabalhadores não estariam dispostos, exceto em casos extremos, a assumir os custos de uma estratégia de antagonismo. Ademais, prossegue o autor, historicamente, a atos de subversão da ordem seguiram-se regimes autoritários que destruíram direitos dos sindicatos autônomos.

Sendo assim, até que ponto seria correta a idéia de sindicalismo de classe? Alguns argumentos indicariam a inadequação dessa perspectiva: o sindicalismo careceria da possibilidade de promover a unidade de classe em razão da profunda divisão dos trabalhadores por tipos de ocupação, de qualificação, por tipos de contrato de trabalho, de atributos demográficos, divisões essas que acabariam por gerar motivações e interesses distintos. Além disso, em relação ao concei-

to de classe na versão marxista, Hyman problematiza pelo menos três aspectos: (a) o capitalismo não teria gerado a pretensa polarização de classes; (b) a formulação puramente econômica de classe seria inadequada; e (c) a definição “objetiva” da classe não garantiria a emergência da consciência de classe e da ação coletiva.

A idéia de sindicalismo de classe expressaria, assim, um paradoxo: a representação do grupo não poderia basear-se em unidade de interesses em razão de profunda divisão dos mesmos; não poderia também apelar à oposição de classe sob pena de ser deslegitimado. Por outro lado, a realidade das classes manifestar-se-ia pela percepção da exploração e da insegurança. Ainda que indiretamente, o sindicalismo seria um agente de classe. Residiria aí o dualismo: o sindicato uniria e dividiria, promoveria lutas, ao mesmo tempo que regulamentaria e normalizaria as relações de emprego. Este é o paradoxo.

No entanto, conforme Hyman salienta, a experiência histórica mostrou que o radicalismo de classe poderia levar não à destruição do capitalismo, mas à emergência de regimes autoritários como o fascismo. Os sindicatos de classe transformaram-se, aceitando a defesa da ordem e da estabilidade econômica em detrimento da política de classe; os que continuaram com a retórica radical entraram em contradição com a prática cotidiana.

Em oposição à concepção de sindicalismo de classe, desenvolve-se a noção de sindicalismo como agente de integração à sociedade civil, o qual se expressa no pós-guerra, como “parceria social”. A expressão tem origem na doutrina católica e fundamenta-se na idéia de harmonia social e de reciprocidade funcional entre capital e trabalho. Poderia também expressar a idéia de uma relação igualitária entre parceiros ou

ainda uma relação entre instituições com recursos de poder que buscam uma situação de equilíbrio pragmático entre os interesses de ambos. Nesse caso, cooperação não significaria harmonia de classe ou subordinação, mas transformação do conflito em permanente “guerra de manobra”, na expressão gramsciana; não como ideologia do consenso, mas como relações institucionalizadas entre oponentes em igualdade de condições.

Hyman chama a atenção para o fato de que, na primeira geração de pactos sociais, vigorou a lógica de ganhos compartilhados com distribuição regulada do crescimento econômico, relativo pleno emprego e expansão do Estado de Bem-Estar Social.

Na Europa dos anos 1960 e 1970, difundiu-se a opção neo-corporativista ou social-democrata, síntese entre negociação coletiva pragmática e política pública de Estado orientada para a reforma econômico-social. Os sindicatos aceitavam restrições salariais em troca de funções consultivas na formulação e implementação de políticas econômicas e sociais. Verificava-se, assim, mudança de arena – da fábrica para a política; da pressão econômica à influência política. A partir do final dos anos 1960, a agenda avançou em favor dos trabalhadores, incorporando questões como humanização das condições de trabalho, alteração da divisão de trabalho excessiva, autonomia, oportunidades de desenvolvimento de carreira. Nesse sentido, a opção neo-corporativista diferenciar-se-ia do sindicalismo de negócios, já que as atividades sindicais não se restringiriam à agenda da negociação coletiva.

Os ganhos dessa perspectiva estariam na possibilidade de construção de uma ordem social mais justa numa conjuntura de crescimento econômico expressivo e de mercado de trabalho favorável. Mesmo assim, os críticos afirmam que os sacrifícios foram maiores que os benefícios. Os ganhos desaparece-

riam com a perda de poder de barganha dos trabalhadores a partir do último quartel do século XX, em razão de mudanças econômico-políticas desfavoráveis a certos segmentos de trabalhadores.

Examinando empiricamente os três tipos ideais de sindicalismo, Hyman discute os exemplos da Grã-Bretanha, da Alemanha e da Itália do pós-guerra.

O “modelo britânico”, cujas origens remontam há mais de dois séculos, baseou-se, segundo o esquema de Hyman, no eixo *mercado-classe*. O movimento sindical britânico defendeu com ardor a livre negociação coletiva e, ao contrário do que ocorreu em outros países europeus, as relações sindicais na Grã-Bretanha caracterizaram-se pela baixa intervenção do Estado, refletindo-se na quase inexistência de legislação trabalhista (tradição voluntarista). De outro lado, o movimento sindical britânico expressou a forte identidade de classe, característica dos trabalhadores que representava. A retórica socialista não impediu, no entanto, uma pragmática acomodação ao sistema (Hyman, 1999).

A ascensão do governo Thatcher, em 1979, representou, segundo Hyman, algo como uma revolução: a política liberal que impunha disciplina monetária, fim do protecionismo estatal e liberalização dos mercados incluía restrição à ação sindical.

Inúmeras medidas legais passaram a regular e a limitar a ação dos sindicatos, inclusive o direito de greve, alterando, assim, o princípio da não-intervenção do Estado. Por outro lado, a política econômica, juntamente com tendências que vinham se afirmando (como queda dos índices de industrialização e crescimento do setor de serviços) contribuiu para a ocorrência de mudanças significativas no mercado de trabalho, expressas, entre outras, pelo aumento no índice de desemprego, redução do emprego no serviço público, crescimento da jornada

flexível, bem como novas formas de organização do trabalho e de remuneração, que tiveram impacto negativo na taxa de sindicalização e, em consequência, no número de greves e conflitos trabalhistas. O enfraquecimento dos sindicatos se refletiria na instância partidária, com a perda de poder de influenciar decisões. Em consequência, a vitória do Labour Party, em maio de 1997, não resultou em alterações nos princípios que regeram a economia e as relações sindicais durante o governo conservador.

A resposta dos sindicatos britânicos, em face da conjuntura adversa, foi a de alterar a natureza do modelo que o caracterizara até então – o eixo mercado-classe –, passando a pautar-se pelos princípios da “parceria social”. A maior parte dos acordos negociados sob tais princípios, nos anos 1990, envolviam a aceitação de maior flexibilidade no trabalho em troca de garantia do emprego. Seria, portanto, o fim do “modelo mercado-classe” e o início do chamado *mercado-social*, não sem conflitos, contradições e desequilíbrio nas relações entre patrões e empregados, que tenderia a conceder à empresa os benefícios maiores, frutos gerados através da política de parceria social (Hyman, 1999).

Na Alemanha, o chamado capitalismo organizado teria estabelecido um certo equilíbrio entre as forças de mercado e as de coordenação e regulação do Estado, o que garantiria lucro aos empresários e bem-estar aos trabalhadores. Os sindicatos constituíam-se em atores de conflito, mas respeitando os limites de regras definidas pela ordem social, na defesa de metas sociais partilhadas também por outros atores sociais. Tal modelo era garantido por expressivo crescimento econômico com estabilidade, favorecendo a expansão do mercado de trabalho. Expressava-se assim o modelo que tinha como eixos o mercado e a sociedade, ou seja, o mercado-social (Hyman, 2001, p. 121).

Nos anos 1970, esse esquema passa a ser desafiado por uma onda de greves espontâneas contra a política sindical de coalizão, pela produtividade, que tendia a excluir segmentos da classe trabalhadora, como mulheres, trabalhadores imigrantes e de baixa qualificação. Nos anos 1980, o crescimento do desemprego, a desindustrialização, a corrupção, a má administração, colocaram os sindicatos na defensiva e contribuíram para a perda do apoio público.

Na Itália do pós-guerra, os sindicatos adquiriram influência como atores político-sociais pela ativa contribuição na construção de uma estrutura social de bem-estar. Nos anos 1970, cerca de 50% da força de trabalho era sindicalizada; a agenda das negociações coletivas fora ampliada, incluindo questões relativas às condições de trabalho e de vida (desafio à disciplina fabril, ao intenso ritmo de trabalho e à fragmentação de tarefas, demandas relativas a rebaixamento dos custos de moradia, transporte e eletricidade e questionamento sobre a desigualdade regional no país).

A experiência do fascismo levava a esquerda a compreender a impossibilidade da luta pela transformação socialista através da mobilização da classe trabalhadora, surgindo assim o chamado compromisso histórico – aliança do PCI (Partido Comunista Italiano) com outros partidos, incluindo a Democracia Cristã, com o objetivo de lutar pela melhoria nas condições dos trabalhadores. Tal estratégia corresponderia, segundo Hyman, ao modelo *classe-sociedade*. A globalização, as novas tecnologias, novos métodos de organização do trabalho, as privatizações, evidenciaram a forte presença do mercado nos anos 1980 e 1990. Os sindicatos perderam força e tanto os empregadores como os governos puderam mais facilmente dispensá-los nas negociações.

Os argumentos de Hyman seriam de que a atuação dos sindicatos no século XX

pautou-se pela disciplina e padronização do mundo *fordista* e foi imposta pelos trabalhadores *core*, qualificados, predominantemente, homens, que também foram seus beneficiários; corresponderia, assim, ao conceito de solidariedade mecânica formulado por Durkheim. Contudo, as concepções de mercado, sociedade e classe que definiram as ações sindicais, configuravam-se nos limites da nação. O impasse atual residiria no fato de que os sindicatos deveriam atuar como mediadores de forças econômicas transnacionais.

A alternativa, segundo Hyman, seria construir uma nova agenda de regulação pautada por parâmetros supranacionais, enquanto as novas utopias deveriam igualmente orientar-se por essa dimensão (solidariedade transnacional). As ações sindicais deveriam substituir a conformidade organizacional pela coordenação da diversidade – sobrepondo a “solidariedade mecânica” a “solidariedade orgânica”, no sentido empregado por Durkheim. Tal coordenação constituir-se-ia em tarefa complexa: conjugar diferenças, o que requereria negociação contínua. As novas tecnologias e seu uso inteligente constituir-se-iam em instrumentos importantes no suporte de estratégias organizacionais.

Como acima referido, ao explicar o declínio dos sindicatos, certos analistas tendem a privilegiar fatores externos, como a globalização, as novas tecnologias, a reestruturação produtiva, posto que tais fatores contribuem para alterar significativamente os princípios que regeram o mundo do trabalho em boa parte do século XX. Entretanto, como afirmam Hyman (1999) e Dombois e Pries (1998), os impactos desses fenômenos sobre os sindicatos não são análogos –: enquanto os sindicatos mais fortes e bem estruturados teriam melhores condições de enfrentar a nova situação, podendo

até dela saírem fortalecidos, o contrário ocorreria com os mais fracos –, o que leva à relativização o peso dos fatores externos. Portanto, reforçar-se-ia a tese de que os problemas que atingem os sindicatos não poderiam ser explicados diretamente pelos processos de globalização, liberalização e de privatização, senão por uma série complexa de fatores estruturais e conjunturais, internos e externos. Nesse sentido, poder-se-ia concluir com Western (citado por Hyman, 1999, p. 127) que “os fatos recentes não indicam o triunfo dos mercados sobre as instituições, mas a limitada capacidade das instituições nacionais para controlar os efeitos de um contexto institucional global”.

Hyman (1996) critica também a tese que atribui o declínio do sindicalismo a aspectos subjetivos baseados na idéia que opõe ao coletivismo do passado o individualismo do presente. De um lado, afirma ele, o suposto “coletivismo solidário do passado” também representou “um veículo mais eficaz para apoiar as metas econômicas individuais” (Hyman, 1996, p. 20) e, de outro, o “individualismo do presente” representaria, muitas vezes, um movimento contra um sindicalismo voltado para trabalhadores qualificados, do setor industrial, do sexo masculino, regido por princípios hierárquicos e centralizadores. Nesse sentido, o “novo individualismo” teria o mérito de ampliar o escopo do velho coletivismo economicista das negociações coletivas, ao preocupar-se em incorporar, entre as demandas dos trabalhadores, aspectos relacionados à qualidade de vida e à ampliação da participação.

Sindicato Competente

Segundo Durand (2004), o surgimento dos sindicatos relacionava-se à luta contra as más condições de trabalho, em busca de

benefícios materiais (elevação dos salários) e simbólicos (dignidade e identidade do trabalhador). O desenvolvimento do capitalismo e, mais recentemente, da economia de serviços, se não eliminou os problemas no trabalho (insegurança, intensificação do ritmo de trabalho), trouxe compensações, como elevação da qualificação, redução do autoritarismo, melhor comunicação com as chefias, as quais tendem a substituir algumas das demandas sindicais.

Durand aponta também para os equívocos que muitas vezes incorrem os sindicatos ao interpretarem as opções dos trabalhadores: os sindicatos opuseram-se à adoção de horários flexíveis supondo que tenderiam a desestruturar os coletivos de trabalho. Os trabalhadores, no entanto, muitas vezes os preferem para melhor conciliar a jornada de trabalho com a vida privada. No Brasil, é ilustrativo o que ocorreu com a política de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR): rejeitada pelos sindicatos, passou a vigorar em muitas empresas por acordo entre estas e os trabalhadores, já que os valores pagos eram de interesse dos trabalhadores. Durand critica igualmente os discursos sobre o sofrimento do trabalho que, segundo o autor, ignoram as satisfações, prazeres, *status*, obtidos no local e através do trabalho e que invalidariam as teses miserabilistas.

Durand argumenta que, com a complexificação da estrutura do capitalismo e as transformações no mundo do trabalho, altera-se o papel dos sindicatos: a oposição entre “sindicalismo revolucionário” e “sindicalismo reformista” cedeu lugar à oposição “sindicalismo reivindicativo” e “sindicalismo cooperativo”. Decorreria daí a necessidade de os sindicatos se capacitarem, de forma a alcançar o nível de conhecimento das gerências com quem devem negociar. Durand afirma que, no caso da França, houve subutilização pelos sindicatos da possibilidade,

prevista em lei, de desenvolver “competência técnica”. Igualmente importante seria adquirir conhecimento a respeito da gestão econômica e financeira da empresa.

Nessa perspectiva, os sindicatos não deveriam limitar-se a gerir ou reparar as conseqüências sociais dos processos de reestruturação, mas antecipar-se e intervir desde o início do processo, lutando para obter informações estratégicas, pressionando as gerências para influenciar nas decisões. Portanto, mesmo assumindo uma posição cooperativa, os sindicatos não fugiriam à confrontação. Cooperação e confrontação, participação e conflito não seriam termos excludentes, mas, ao contrário, seriam integrados à política sindical, uma vez que esta não poderia desenvolver-se sob conflito permanente – a produção é a sua condição de existência – e nem em cooperação total – sob pena de eliminar a razão de ser dos sindicatos. O modelo de cooperação, portanto, não significaria apenas negociar de acordo com o princípio de ganhos mútuos; muitas vezes, torna-se necessário forçar a aceitação de reformas importantes.

Sindicato como Agente Social

Partindo de uma perspectiva que privilegia a estratégia dos agentes sociais, Bacon e Blyton (2004) constroem uma matriz de possíveis respostas dos sindicatos durante as negociações, utilizando-se de duas dimensões: orientação ideológica e ação. Os autores buscam avaliar a natureza das respostas e o impacto das mesmas sobre a reestruturação no local de trabalho.

Dada a complexidade do contexto, os negociadores teriam dificuldades em definir o curso racional da ação e prever resultados. Diante de tais situações, os negociadores tenderiam a empreender todos os

esforços para alcançar resultados que mantivessem certo equilíbrio entre objetivos conflitantes.

A matriz construída a partir da combinação das duas dimensões – orientação ideológica e ação – prevê quatro possibilidades de respostas:

1) *Engajamento cooperativo*. Os sindicatos cooperam com a empresa sobre a questão das mudanças; tendem a acreditar que a empresa agiria de forma justa; a tendência seria haver uma distribuição dos ganhos ao final das negociações. O risco dessa estratégia seria adotar a agenda da empresa em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

2) *Oposição militante*. Os sindicatos podem recusar-se a cooperar. Baseiam-se na idéia de “batalha final”; para obter sucesso, necessitariam de uma liderança de esquerda muito bem organizada.

3) *Oposição moderada*. Sindicatos moderados podem, às vezes, recusar-se a cooperar e opor-se às mudanças. Isso pode ocorrer quando a empresa exige muitas concessões dos sindicatos sem compensações aos trabalhadores.

4) *Engajamento militante*. Sindicatos com orientação militante podem cooperar taticamente, sempre que os interesses dos trabalhadores e da empresa coincidem; a cooperação pode ocorrer sobre questões específicas, como saúde e segurança. Terão dificuldades em convencer a empresa de que estão sendo sinceros, assim como convencer os filiados de que cooperar não significa “vender-se” ao capital.

A pesquisa realizada pelos autores, para analisar os resultados de negociações em que as posições acima foram adotadas, concluiu que os sindicatos militantes que possuem organização no local de trabalho, quando cooperam por razões táticas, podem obter benefícios significativos, em razão da possibilidade/ameaça de recorrer à oposição.

Entretanto, advertem os autores, essa conclusão não deveria sustentar o argumento nem a favor da cooperação por si mesma – esta apenas funcionaria quando detendo a ameaça real de oposição – nem de rejeição *a priori* da cooperação.

Os autores chamam a atenção para a importância de avaliar-se os resultados considerando a combinação entre ação na negociação e orientação ideológica. Esta influenciaria fortemente as escolhas e decisões de seus representantes no processo de negociação, já que condicionaria os sindicatos para agir de acordo com a decisão de cooperar ou não. A ideologia dos sindicatos influenciaria também a estratégia da empresa: sindicatos com ideologias militantes inibiriam a empresa de impor mudanças, uma vez que o risco de não chegar a um acordo seria maior. Ao contrário, pareceria igualmente racional aos gerentes forçar os sindicatos moderados a fazer concessões.

Segundo Bacon e Blyton, tais conclusões demonstrariam que explicar resultados valendo-se apenas das ações dos sindicatos durante as negociações levaria a equívocos. Por outro lado, avaliar os resultados considerando apenas as implicações para os empregados (demissões, salários, satisfação no trabalho e estresse no trabalho), poderia levar à conclusão de que a orientação militante seria a mais recomendável e que os moderados agiriam de forma irracional. Os autores concordam com a afirmação de Kelly (1998) de que o comportamento dos trabalhadores é complexo: resistem à “exploração” ao mesmo tempo que cooperam com a empresa para garantir a viabilidade dos empregos.

Na pesquisa realizada por Bacon e Blyton, um dos sindicatos investigados havia cooperado para a introdução de “trabalho em equipe”, na expectativa de que essa forma de organização do trabalho contri-

buisse para o aumento de produtividade da planta, ainda que o resultado fosse maior intensificação no ritmo de trabalho e demissões. Em outro caso, resultados semelhantes foram rejeitados, tendo em vista que o aumento de produtividade seria pequeno. No caso de um sindicato de oposição militante, a intensificação do ritmo de trabalho foi rejeitada e a satisfação no trabalho elevou-se. Em outro exemplo, o sindicato impediu mudanças no trabalho, mas com baixa elevação na satisfação no trabalho e menor impacto na produtividade do que no número de demissões.

As tomadas de decisões no curso das negociações são complexas e os resultados nem sempre são os esperados. O importante a reter seria que os atores agiriam racionalmente segundo seus objetivos.

Decorreria daí, segundo os autores, o equívoco das análises marxistas, cujo foco, dirigindo-se apenas à ideologia e aos ganhos dos trabalhadores, avalia a moderação dos sindicatos como concessão, ignorando que a estratégia dos mesmos obedece a uma lógica em busca de fins racionais. Por exemplo, em um dos casos estudados por Bacon e Blyton, a tradição de moderação do sindicato, relacionava-se, em parte, ao fato de, por um lado, a empresa em questão pagar percentual significativo de altos salários e, de outro, à ausência de alternativas de emprego na localidade em questão.

Conclusões

Estaria o sindicalismo em crise ou em busca de novas estratégias? A literatura examinada leva-nos a concluir que ambas as alternativas são possíveis, e a visualização de uma ou de outra depende da perspectiva do observador. A idéia de crise apresenta-se para os que percebem os sindicatos como

um movimento classista, atuando sob o princípio da “solidariedade mecânica”, em esfera própria do mundo *fordista*, na perspectiva do conflito. Esse sindicalismo está, realmente, em crise. A idéia de “novas estratégias” se afirma para os que percebem a realidade em movimento e os agentes sociais reorientando-se, criando novos campos de conflito e de negociação, a despeito dos constrangimentos. Nessa perspectiva, considera-se a idéia de transição – que para os sindicatos talvez seja longa e gradativa – em que a realidade não se acha estagnada, nem os atores congelados, mas reagindo a novas situações, propondo novas agendas, criando alternativas.

A ênfase na perspectiva baseada na “agência” e nas estratégias inovadoras dos atores, a qual se destaca nos autores examinados, não deve obscurecer o fato de que aquelas são facilitadas ou dificultadas pelo *leque de oportunidades* decorrente de um sistema institucional existente (padrão de organização, legislação) e de um contexto social mais amplo (níveis de crescimento econômico, de desemprego, de inovação tecnológica). O que parece valer a pena destacar é que, mesmo em condições bastante difíceis, escolhas importantes podem ser feitas: ou permanecer no passado e sucumbir, ou valer-se de oportunidades que emergem da nova situação e, assim, buscar novos caminhos.

A diversidade que se manifesta em todas as dimensões da realidade do trabalho veio para ficar. Os sindicatos que escolherem continuar como atores sociais relevantes terão de basear suas ações no princípio da diversidade. Suas ações terão de ser consideradas num contínuo que vai da cooperação ao antagonismo, do mercado à classe, utilizando-se de um e/ou de outro, em graus distintos, de acordo com as circunstâncias, o que requer a aplicação de novos conceitos políticos e

sociais e, sobretudo, uma radical mudança cultural (Katz, Batt e Keefe, 2002, p. 2).

Ganhará quem for capaz de reverter situações contingentes e flexíveis a seu favor. Será necessário formular políticas alternativas de forma criativa. Para tanto, torna-se fundamental um forte investimento em capacitação das lideranças sindicais no sentido de superar certos dogmas que se mostram, atualmente, sem eficácia.

A história é feita de transformações e rupturas e, a despeito dos impasses e obstáculos que se criam, especialmente para certos segmentos sociais, a mesma história ensina-

nos que estratégias inovadoras são capazes de obter ganhos em quaisquer contexto.

É evidente que as relações entre os sindicatos e as empresas globais são desiguais, mas isso não necessariamente significa supor que o mais fraco será o perdedor. É importante que os sindicatos adquiram novas competências técnicas assim como novas atitudes e valores: conceitos como contingência, flexibilidade, diversidade, pluralidade, produtividade e qualidade tornam-se fundamentais para tratar com a nova realidade. Justiça e igualdade não podem mais ser identificados com homogeneidade e uniformidade.

Nota

- 1 Como observa Ramalho (1999, p. 220): “o fato de pertencer a uma Central mais conservadora parece não ter até aqui impedido uma atuação efetiva dos sindicatos a favor dos operários”.

Bibliografia

- BACON, Nicolas & BLYTON, Paul. (2004), “Trade union responses to workplace restructuring: exploring union orientations and actions. *Work, Employment and Society*, 18: 749-73, Londres, Sage.
- DOMBOIS, Rainer. (2003), “El camino hacia relaciones laborales internacionales?”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, año 8, n. 16, México, Alast, pp. 161-87.
- DOMBOIS, Rainer & PRIES, Ludger. (1998), “Un huracán devastador o un choque catalizador? Globalización y relaciones industriales en Brasil, Colômbia e México”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, año 4, n. 8, México, Alast, pp. 59-87.
- DURAND, Jean-Pierre. (2004), *La chaîne invisible. Travailler aujourd’hui: flux tendu et servitude volontaire*. Paris, Seuil.
- GITTEL, Jody H.; VON NORDENFLYCHT, Andrew & KOCHAN, Thomas. (2004), “Mutual gains or zero sum? Labor relations and firm performance in the airline industry”. *Industrial and Labor Relations Review*, 57 (2): 163-80, January, Ithaca/Londres, NY, Cornell University Press.
- GIDDENS, Anthony. (1986). *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*. 3. ed. Cambridge/Oxford, Polity Press & Basil Blackwell Ltd. [paperback].

HECKSCHER, Charles C. (1996), *The new unionism: employee involvement in the changing corporation*. Ithaca, ILR Press, Cornell University Press.

HERZENBERG, Stephen. (2002), "Reinventing the US Labour movement. Inventing post-industrial prosperity: a progress report", in A. V. Jose, *Organized labour in the 21st century*, Genebra, ILS.

HYMAN, Richard. (1996), "Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, año 2, n. 4, México, Alast, pp. 9-28.

_____. (1999), "Sistemas nacionais de relações industriais e os desafios da transnacionalização: um balanço bibliográfico". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, año 5, n. 9, São Paulo, Alast, pp. 115-42.

_____. (2001), *Understanding European trade unions. Between market, classes and society*. Londres, Sage.

KATZ, Harry & DARBISHIRE, Owen. (1998), "Convergências e divergências nos sistemas de emprego". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, año 4, n. 8, São Paulo, Alast, pp. 5-26.

KATZ, Harry; BATT, Rosemary & KEEFE, Jeffrey. (2002), *The revitalization of the CWA: integrating collective bargaining, political action, and organizing*. Apres. no IRRA Meeting, January, Atlanta, Georgia [digitado].

KOCHAN, Thomas A.; KATZ, Harry C. e McKERSIE, Robert B. (1986), *The transformation of American industrial relations*. Nova York, Basic Books.

KELLY, John. (1998), *Rethinking industrial relations*. 2. ed. Londres, Routledge.

LOCKE, Richard & THELEN, Kathleen. (1998), "Comparações contextualizadas: uma abordagem alternativa para a análise da política sindical". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, año 4, n. 8, São Paulo, Alast, pp. 109-49.

RAMALHO, José Ricardo. (1999), "Novas fábricas do setor automobilístico: o caso do Sul Fluminense", in Iram J. Rodrigues, *O Novo Sindicalismo – vinte anos depois*. Rio de Janeiro, Vozes/Educ/Unitrabalho, pp. 211-228.

TILLY, C. (1978), *From mobilization to revolution*. Nova York, McGraw Hill.

TURNER, Lowell. (2006), "Widening the circle. Social dialogue and the politics of urban coalition building". *Social Actors, Work organization and New Technologies in the 21th century*. IIRA 14th World Congress, Lima, Peru, Fondo Editorial, pp. 97-115.

• Artigo recebido em jan/2007

• Aprovado em ago/2007

Resumo

Sindicatos em transformação: “modelos” de ação sindical – o debate internacional

O artigo aborda a atual crise que, de modo geral, atinge os sindicatos, a partir do exame de uma literatura representativa, cujo mérito encontra-se no esforço teórico realizado por estudiosos europeus e norte-americanos, na tentativa de avançar no entendimento do fenômeno, buscando ultrapassar os limites da análise empírico-descritiva. Os autores em questão propõem diferentes modelos de análise, mas tendem a convergir no sentido de privilegiar como fatores decisivos para a compreensão do fenômeno aspectos internos aos sindicatos (recursos de poder, estratégias inovadoras, renovação das lideranças), rejeitando as análises baseadas na perspectiva do conflito estrutural que definiria as relações entre capital e trabalho e que explicariam o declínio dos sindicatos a partir de fatores externos, tais como mudanças ocorridas na economia e no mundo do trabalho. Ao contrário dessas últimas, que tendem a evidenciar a homogeneidade de resultados, os autores examinados enfatizam a diversidade de situações, que dependeria não apenas do contexto social mas, sobretudo, da capacidade dos atores (sindicatos) de atuar estrategicamente diante de novos desafios.

Palavras-chave: Crise do sindicalismo; Modelos de estratégias sindicais; Interesse de classe; Agência.

Abstract

Unions in transformation: union action “models” – the international debate

The article deals with the present crisis of unions by examining a foreign literature which tries to develop theoretical frameworks to advance a better understanding of the phenomenon. The analyzed authors have the merit of seeking to overcome the limits of the empirical-descriptive analysis. Instead, they propose different models of analysis, although tending to converge by focusing on the internal aspects to the unions (power resources; innovative strategies; leadership renovation), considered as decisive factors for the understanding of the phenomenon. They reject, therefore, the analyses based on the ideas of a structural conflict between capital and labor and that the decline of the unions would be explained by external factors alone, such as the changes in the economy and in the world of labor. Contrary to the homogeneity of the outcomes shown by the latter assumption, the authors emphasize the diversity of situations, a result not only of the social context, but overall, of the actors' (unions) capacities of acting strategically in face of the new challenges.

Keywords: Unions' crisis; Models of unions' strategies; Class interests; Agency.

Résumé

Syndicats en transformation: "modèles" d'action syndicale – le débat international

Cet article aborde la crise actuelle qui, de façon générale, atteint les syndicats. Le sujet est abordé à partir de l'examen d'une littérature représentative dont le mérite repose sur l'effort théorique réalisé par des auteurs européens et nord-américains qui essaient d'approfondir la compréhension de ce phénomène en cherchant à dépasser les limites de l'analyse empirique et descriptive. Ces auteurs proposent différents modèles d'analyse mais tendent à privilégier des facteurs internes aux syndicats comme éléments décisifs à la compréhension du phénomène (ressources du pouvoir, stratégies innovantes, renouvellements des cadres). Ils rejettent ainsi les analyses qui, basées sur la perspective du conflit structurel, définiraient les relations entre capital et travail et expliqueraient le déclin des syndicats à partir de facteurs externes tels les changements survenus dans l'économie et dans le monde du travail. Contrairement à ces analyses qui visent à mettre en évidence l'homogénéité des résultats, les auteurs étudiés mettent en avant une diversité de situations qui ne dépendrait pas uniquement du contexte social, mais davantage de la capacité des acteurs (les syndicats) à agir stratégiquement face à de nouveaux défis.

Mots-clés: Crise des syndicats; Modèles d'action syndicale; Intérêts de classe; Agence.

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de
Pesquisa - COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento - CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos – CEA - USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea - CEDEC
www.cedec.org.br

Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação
História Contemporânea CPDOC - FGV-
RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos - CRH - UFBA
www.crh.ufba.br

FGV – Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de
Pesquisas Sociais - FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião - ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-
PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/iri

IUPERJ - Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emilio Goeldi - UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos -
NAEA - UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre
Democracia e Desenvolvimento –
NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação Cultural - UFC
www.ch.ufc.br

Núcleo de Documentação e Informação
Histórica – NDHIR/UFPB
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU –
UNICAMP
www.unicamp.br/pagu/consulta.htm

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas -
NEPP - UNICAMP
www.nepp.unicamp.br

Núcleo de Estudos de População - NEPO -
UNICAMP
www.unicamp.br/nepo

Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais -
NEPS - UFC
www.ch.ufc.br

PUC-MG – Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais – Gestão Cidades
www.pucminas.br/cursos/mestrado

PUC-RJ – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.puc-rio/ensinopesquisa/ccpg

PUC-SP - Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.pucsp.br/pos

UEL – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.uel.br/cch/pos/mestsoc

UENF – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política
www.uenf.br/uenf.pages

UERJ - Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.2.uerj.br/~ppcis

UFAL – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.ufal.br/propeg/posgraduacao

UFBA - Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.ppgs.ufba.br

UFC - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.ufc.br/posgraduacao

UFF – Programa de Pós-Graduação em
Antropologia
www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm

UFF - Programa de Mestrado em Ciência
Política-UFF
www.uff.br/pgcp

UFF – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Direito
www.uff.br/ppgsd

UFG - Programa de Mestrado em
Sociologia
www.fchf.ufg.br/pos-sociologia

UFJF – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.mestradosociais.ufjf.br

UFMA – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.pgcs.ufma.br

UFMG - Programa de Mestrado em
Ciência Política
www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm

UFMG - Programa de Mestrado em
Sociologia e Antropologia
www.fafich.ufmg.br/soa

UFMG – Programa de Pós-Graduação em
Antropologia
www.fafich.ufmg.br/antro-pos

UFPA – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.ufpa.br/cfch

UFPB - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.prpg.ufpb.br

UFPE – Mestrado em Ciência Política
www.politica.ufpe.br

UFPE - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia
www.ufpe.br/antropologia

UFPE - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br

UFPR - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia
www.humanas.ufpr.br/pos/antropol

UFPR - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio

UFS – Programa de Pesquisa e Pós-
Graduação em Ciências Sociais
www.posgrap.ufs.br

UFRGS - Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur

UFRGS - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas

UFRGS - Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br

UFRGS - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia

UFRJ - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social - Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/~museuhp/pesq.htm

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp

UFRJ - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa

UFRN – Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social
www.cchla.ufrn.br

UFRN - Programa de Mestrado em
Ciências Sociais
www.cchla.ufrn.br

UFRRJ - Curso de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade
www.alternex.com.br/~cpda

UFSC - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos

UFSC - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.ppgpol.ufscar.br

UFSCar - Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcs

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.ppgs.ufscar.br

UNB - Programa de Mestrado em Ciência
Política
www.unb.br/ipol

UNB - Programa de Mestrado em Relações
Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm

UNB - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos

UNB - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao

UNESP - Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais

UNESP-Araraquara - Programa de Pós-
Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc

UNESP/UNICAMP/PUC-SP – Programa
de Pós-Graduação em Relações
Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp

UNICAMP - Programa de Doutorado em
Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Mestrado em
Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Mestrado em
Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Pós-Graduação
em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Política
Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS – Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social
www.fflch.usp.br/da

USP - Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives
dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie
www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa
www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da unicamp
www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST
www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da unicamp
www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo
www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth
www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br

Archivo General de Indias
www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española
www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora
www.clionet.ufjf.br/ahufff/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional
www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial
www.museuimperial.gov.br/arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador
www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo
www.prodam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern
e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da unicamp
www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes da unicamp
www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional
www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do
Rio de Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.ape.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm

Arquivo Público Municipal de Além Paraí-
ba – MG (Arquivo Público Municipal Ge-
raldo de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html)

Centro Brasileiro de Análise e Planejam-
to (cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural Alexan-
dre Eulálio da unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória da
unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemso-
mos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagi-
na=120](http://www.itaucultural.org.br/quemso-
mos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagi-
na=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/

Centro de Documentação Memória Sindi-
cal da CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contempo-
rânea (cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais –
CIS/NADD
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records Administra-
tion (NARA)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (abecin).
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(ABARQ)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/fo-
rum/default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/fo-
rum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público
do Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gra-
duação em Ciência da Informação e Biblio-
teconomia (ANCIB)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Bibliothèque Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do
Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Temáticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB - Bibliographic records of Unesco documents, publications and Library collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especialização em Organização de Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religião
www.iser.org.br

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio
de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas Ge-
rais (Graduação em Ciência da Informação)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(Mestrado e Doutorado em Comunicação e
Semiótica - área: Tecnologias da Informação)
www.pucsp.br/~cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro
(Graduação em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto. de
Ciências da Informação/Depto. de História
(Graduação em Arquivologia; Especializa-
ção em Gerência de Unidades e Serviços de
Informação)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/Ar-
quivologia
(Graduação em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto.
de Documentação
(Graduação em Arquivologia, Especializa-
ção em Planejamento, Organização e Dire-
ção de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação - área: Planejamento de Processos Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação - área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências - área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/pos-grad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufff.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufff.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufff.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnhome.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade - Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (SciELO Brazil)
www.scielo.br/

Trabalhos Publicados: 1975-2007

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil"; *Lícia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"; *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Lícia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"; *Bila Sorj*, "O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina"; *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"; *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giraldia Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Cas-*

tro, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Lais Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guita Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campeinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth”.

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes*

Ferreira, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, “Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lás Abramo e Cecília Montero*, “A So-

ciologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”); *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Lúis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de

Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Gláucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Velho*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual:

Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuza Cambrata Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade:

Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A medida das leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma breve história *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): uma síntese”; *Delma Pessanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Arminda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jacquet e Lúvia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados

nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Pannel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria democrática atual: esboço de mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “As democracias participativas através das lentes da pós-graduação: uma revisão da produção acadêmica no Brasil 1988-2002”; *Simone Bohn*, “Política comparada: um mapeamento do debate entre propostas teóricas e metodologias de pesquisa alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, direito penal e justiça criminal no Brasil: uma revisão da pesquisa recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da mística: uma revisão de literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios; *Fabiola Rohden*, A constituição dos

saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise; *Piero de Camargo Leirner*, *Perspectivas Antropológicas da Guerra*; *Artur Zimmerman*, *Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil*; *Paulo Sérgio Peres*, *O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico*.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “A cigarra e a formiga: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira*, *Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

BIB 62

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Tráfico de Drogas: Uma Revisão Tipográfica”; *Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”.

BIB 63

Reginaldo Prandi, “As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: uma Conferência, uma Bibliografia”; *Maria Aparecida Chaves Jardim*, “Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais”; *André Borges*, “Desenvolvendo

Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa”; *Andrei Koerner*, “Instituições, Decisão Judicial e Análise do Pensamento Jurídico: o Debate Norte-Americano”; *Rousiley C. M. Maia*, “Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública”.

BIB 64

Eugênio Carlos Ferreira Braga, “Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica”; *Cláudia Barcellos Rezende*, “Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social”; *Carla Machado e Ana Rita Dias*, “Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura”; *Ednaldo Ribeiro*, “Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia”; *Sônia M. K. Guimarães*, “Sindicatos em Transformação. ‘Modelos’ de Ação Sindical: o Debate Internacional”.

Publicações

ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS) existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*. Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB) é uma publicação semestral que já conta com 64 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 60

Internacional: US\$ 70

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 40

Internacional: US\$ 60

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 90

Intenacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 116 - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3091-4664 Fax: (11) 3091-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____



A Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB – passou a divulgar recentemente endereços de fontes de pesquisa visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica. Depende, portanto, da colaboração dos leitores para a manutenção de um catálogo mais completo e atualizado. Envie suas contribuições para o endereço eletrônico *anpocs@anpocs.org.br* ou à sede da instituição.

ANPOCS

Editoria da Revista BIB
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
Universidade de São Paulo – FFLCH
05508-900 São Paulo - SP